



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS - PUC GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

TATIANA CARILLY OLIVEIRA ANDRADE

O SABER DO JORNALISMO

GOIÂNIA
2015

TATIANA CARILLY OLIVEIRA ANDRADE

O SABER DO JORNALISMO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu - Curso de Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor.

Área de Concentração: Educação, Sociedade e Cultura

Orientador: Prof. Dr. José Ternes

GOIÂNIA

2015

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas PUC Goiás)

A553s Andrade, Tatiana Carilly Oliveira.
O saber do jornalismo [manuscrito] / Tatiana Carilly
Oliveira Andrade – Goiânia, 2015.
138 f. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de
Goiás, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em
Educação, 2015.

“Orientador: Prof. Dr. José Ternes”.

Bibliografia.

1. Jornalismo. 2. Educação. 3. Poder (Ciências sociais). 4.
Civilização moderna I. Título.

CDU 070:37(043)

FOLHA DE APROVAÇÃO

TATIANA CARILLY OLIVEIRA ANDRADE


O SABER DO JORNALISMO

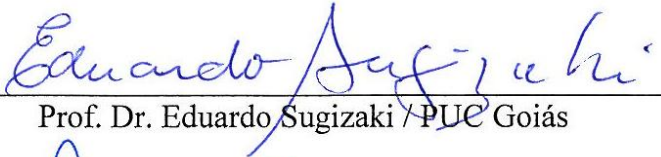
Tese apresentada à Banca Examinadora de Defesa do Doutorado em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC/GO como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação, sob a orientação do Professor Doutor José Ternes.


Aprovada em 18 de junho de 2015.


Banca Examinadora


Prof. Dr. José Ternes / PUC Goiás (Orientador)


Prof.^a Dra. Ana Carolina Rocha Pessoa Temer / UFG


Prof. Dr. Eduardo Sugizaki / PUC Goiás


Prof. Dr. Goiamérica Felício Carneiro dos Santos / UFG


Prof. Dr. João Carlos de Brito Neto / PUC Goiás

DEDICATÓRIA/AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho, fruto do engajamento com o saber, e agradeço aos que me acompanharam neste percurso de doutoramento dividindo as sombras e as luzes do se haver com o conhecimento:

à minha família – Jaziva Andrade e Walter Andrade (meus pais); Adriano Andrade (meu irmão) e Silvana Mano (cunhada); Vítor Andrade e Isabela Andrade (meus sobrinhos); Arnaldo Freire (meu esposo); Nice Andrade (minha filha) e Nino (em memória);

ao meu orientador, professor Dr. José Ternes, que me ensinou que “ensinar é uma das mais belas imprudências” e que o “pensamento é guerra”, assim estimulando meu crescimento intelectual e como ser humano;

aos professores que compuseram as bancas de qualificação e defesa, por contribuírem de forma significativa para revisões importantes do pensamento e direcionamentos enriquecedores, ao trazerem a este trabalho olhares atentos (Prof.^a Dra. Ana Carolina Temer, prof. Dr. Eduardo Sugizaki, prof. Dr. Goiamérico Felício dos Santos, prof. Dr. Joãoimar Carvalho, prof. Dr. José Ternes);

aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação PUC-GO, em especial aos que ministraram disciplinas para a turma de 2012 (Prof. Dr. José Ternes, prof.^a Dra. Beatriz Aparecida Zanatta, prof.^a Dra. Elianda Figueiredo Arantes Tiballi, prof.^a Dra. Glacy Queirós de Roure, prof.^a Dra. Iria Brzezinski, prof.^a Dra. Joana Peixoto, prof. Dr. José Carlos Libâneo, prof. Dr. José Maria Baldino, prof.^a Dra. Maria Zeneide Carneiro Magalhães de Almeida, prof.^a Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas, coordenadora do curso);

aos colegas de turma e de grupo de estudos (Bachelard e Michel Foucault) conduzidos pelo professor Dr. José Ternes. Em especial, aos amigos Ana Beatriz de Freitas e Ademar Santos;

aos jornalistas e professores que se dedicam à revisão constante do saber jornalístico de forma ética e comprometida.

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(MICHEL FOUCAULT, 1984)

RESUMO

Esta tese se propôs a pensar o objeto *saber jornalístico* partindo da questão-problema *O que é o saber do jornalismo?* Objetivou-se analisar a constituição do saber jornalístico pela via metodológica do arquivo ou arqueologia - no sentido de verificar os possíveis discursos que constituíram o campo jornalístico desde o seu nascimento até hoje - e também da genealogia, na perspectiva de que o campo jornalístico constitui o seu saber e vice-versa. Por meio de um estudo bibliográfico das áreas filosófica e da comunicação/jornalismo, foi possível pensar o saber jornalístico à luz da *episteme* moderna, constituído pelos discursos histórico, tecnológico, acadêmico e do campo profissional. Assim, este trabalho abrange três capítulos. O primeiro analisa a constituição do saber jornalístico elencando algumas condições essenciais para o surgimento e desenvolvimento do jornalismo no mundo; também, discute a relação campo-poder-saber. Baseando-se na história das ideias, o segundo capítulo apresenta a constituição do campo jornalístico – desde a comunicação oral aos webjornais - e dos cursos de graduação em Jornalismo no Brasil – da implantação do primeiro curso, passando pelos currículos mínimos às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas em 2013. O terceiro capítulo discute a influência da técnica/tecnologia na constituição do saber jornalístico, além da construção das teorias da comunicação e do jornalismo. Por fim, acena-se para a possibilidade de uma formação outra em jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Saber. Poder. Modernidade.

ABSTRACT

This thesis discussed journalistic knowledge from the basic question: what is knowledge of journalism? The main purpose of this research was to analyze the structure of journalistic knowledge through methodological journalistic files or archaeology - in order to verify the possible discourses that constituted the journalistic field since its birth until today - and also of the genealogy, from the perspective that the journalistic field constitutes its knowledge and vice versa. By means of a thorough bibliographical review of the philosophical areas and communication/journalism, it was possible to analyze journalistic knowledge in the light of the modern episteme composed of historical, technological, academic, and professional-based discourses. This work is presented in three chapters. The first analyses the constitution of journalistic knowledge by pointing out essential conditions for the emergence and development of journalism in the world; it discusses also the relationship area-power-knowledge. Based on the history of ideas, the second chapter presents the establishment of the journalistic field - from oral communication to webjornais - and undergraduate courses in Journalism in Brazil - from the foundation of the first course, to the minimum national curricular guidelines adopted in 2013. The third chapter discusses the influence of the technique/technology in the constitution of journalistic knowledge, besides the establishment of journalistic theories of communication and journalism. Finally, it is discussed the possibility of alternative formation in journalism.

Keywords: Journalism. Knowledge. Power. Modernity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1	
A CONSTITUIÇÃO DO SABER JORNALÍSTICO	14
1.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO JORNALISMO/SABER JORNALÍSTICO...	14
1.2 O PODER E O SABER JORNALÍSTICO.....	24
CAPÍTULO 2	
A CONSTITUIÇÃO DO SABER JORNALÍSTICO NO BRASIL	37
2.1 DA COMUNICAÇÃO ORAL AOS WEBJORNAIS	37
2.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR EM JORNALISMO NO BRASIL	51
CAPÍTULO 3	
DOS CURRÍCULOS MÍNIMOS A UM JORNALISMO ALÉM DA TÉCNICA	64
3.1 A TÉCNICA E O SABER JORNALÍSTICO	64
3.2 O SABER JORNALÍSTICO E A CONSTITUIÇÃO DE SUAS TEORIAS À LUZ E SOMBRAS DA <i>EPISTEME</i> MODERNA	77
3.3 UMA FORMAÇÃO OUTRA EM JORNALISMO.....	106
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	124

INTRODUÇÃO

O jornalismo está em crise de valores e de identidade, e, pelo jeito, o seu ensino também está sendo questionado e menosprezado [...]. Assim como o jornalismo, as escolas de jornalismo também estão em crise de identidade e objetivos. Existem, mas não sabem muito bem para que servem ou como ensinar um ofício em constante evolução.

(ANTÔNIO CLÁUDIO BRASIL, 2007)

Em 2009, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a obrigatoriedade do diploma de jornalismo¹ para o exercício da profissão. Em uma primeira análise, a não exigência de uma formação específica em cursos de graduação em Jornalismo pode representar um golpe contra a categoria, já que além de colocar um fim à reserva de mercado pode fragilizar a produção de pesquisas voltadas especificamente ao saber jornalístico. Acredita-se também que essa decisão afeta a categoria, o seu ofício e por meio dele toda a sociedade, ao retirar o potencial de o jornalismo atuar como instrumento de democracia, como bem alerta a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)². Além disso, tudo indica que as empresas de comunicação poderiam se beneficiar com a desregulamentação da profissão de jornalismo, uma vez que a grande oferta de mão de obra oriunda de diversos outros campos de formação acarretaria salários menores com possibilidade de rotatividade de profissionais e conseqüentemente desvalorização da categoria.

A decisão também pode ser vista como uma tentativa de diminuir o poder do campo jornalístico, se pressupuser-se que uma graduação em Jornalismo forma muito mais que um profissional com competências técnicas, éticas e humanas para atuar no mercado, mas antes de tudo um intelectual que, por meio do exercício de sua atividade profissional - o jornalismo -, lida com um bem simbólico de grande valor nesta sociedade da informação e do conhecimento - a informação/o conhecimento - e por isso desempenha um papel de construtor de realidade/verdade e se situa em relações de poder com esferas política, sociais e econômicas.

¹ A profissão de jornalismo foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, instituído durante o regime militar com o intuito de controlar as informações veiculadas em meios de comunicação, afastando publicação de ideias contrárias ao governo vigente. Consta em seu texto a exigência de graduação em Jornalismo para o exercício profissional, que foi revogada em 2009 (BRASIL, 1969).

² Em 2005 a FENAJ, em Campanha em Defesa da Formação e Regulamentação Profissional dos Jornalistas, publicou carta solicitando apoio de entidades ligadas ao jornalismo para mobilizar a sociedade sobre a importância do diploma do jornalismo em uma sociedade. No documento estão elencadas considerações que explicam a necessidade da formação específica em jornalismo e explica porque considera a desregulamentação da profissão uma questão política (Ver Anexo A).

No ano de 2012, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição Nº 386 de 2009 (PEC dos Jornalistas), que torna obrigatório o diploma de graduação em Jornalismo para o exercício profissional. Em 2013, a Comissão de Constituição de Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou a admissibilidade da PEC dos Jornalistas, que agora deve ser analisada por comissão especial e depois aprovada ou não. Nesse combate observam-se dois distintos discursos: de um lado, acredita-se que a exigência do diploma de Jornalismo para que se exerça essa atividade profissional fira a Constituição Brasileira, ao restringir a liberdade de expressão; e de outro, tem-se a ideia de que o que está em jogo nessa decisão tem a ver com política e poder, como bem alerta o jornalista e professor Carlos Chagas:

No fundo, pretendem os inimigos do diploma evitar o que passou a acontecer após a obrigatoriedade, o desembarque nos jornais de uma categoria já forjada nas salas universitárias, unida e cônica de seus deveres e de seus direitos, disposta a não se curvar às imposições não raro ditadas por interesses econômicos, políticos ou pessoais. Como, da mesma forma, pronta a reivindicar salários dignos e condições elementares de trabalho. Escolhendo jornalistas como se colhem frutos no pomar, de acordo com o gosto de cada um, os donos de jornal ficam mais à vontade para exercer a ditadura de suas idiossincrasias (CHAGAS, 2008, p. 135).

É importante destacar que não é a primeira vez que a formação específica em jornalismo por cursos universitários é questionada. Também não é o Jornalismo o único curso a passar por essa situação. A Pedagogia é outro exemplo. Torna-se aqui oportuno um retorno ao pensamento dos pedagogos Freire e Guimarães (1984, p. 14) em relação à mídia, mas que também vale para a área da Educação. Segundo eles, “o problema é perguntar a serviço de quê e a serviço de quem os meios de comunicação se acham. E esta é uma questão que tem a ver com o poder e que é política”. Em analogia a esse pensamento, pode-se colocar a seguinte questão: para que serve e a quem serve a graduação em Jornalismo? E ainda: por que o jornalismo e o seu ensino, historicamente, são alvos de interferências políticas?

O professor e pesquisador de jornalismo Eduardo Meditsch (2012) denuncia que na década de 1980, quando já vigorava a lei de anistia, as salas de aula e todo o trabalho intelectual ainda sofriam vigilância por parte de órgãos de segurança da ditadura. Além disso, a grande imprensa, apesar de também lutar contra a censura e pela liberdade de expressão, não via as escolas de Comunicação como parceiras que pudessem contribuir para o aperfeiçoamento do saber jornalístico; foi solicitado, inclusive, o fechamento delas.

Este trabalho não tem a pretensão de analisar essa decisão do STF³, mas foi motivado por ela e por esse cenário que indica uma suposta crise da profissão e de seu ensino em cursos de graduação. Pretendeu-se, por isso, tomar como objeto de estudo o saber jornalístico. Em *A Arqueologia do Saber*, Foucault (2014a) esclarece:

[...] Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos **que irão adquirir ou não um status científico** (o saber da psiquiatria, no século XIX, não é a soma do que se acreditava fosse verdadeiro; é o conjunto das condutas, das singularidades, dos desvios de que se pode falar no discurso psiquiátrico); **um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso** (neste sentido, o saber da medicina clínica é o conjunto das funções de observação, interrogação, decifração, registro, decisão, que podem ser exercidas pelo sujeito do discurso médico); **um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam** (neste nível, o saber da história natural, no século XVIII, não é a soma do que foi dito, mas sim o conjunto dos modos e das posições segundo os quais se pode integrar ao já dito qualquer enunciado novo); finalmente, **um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso** (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus prontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas). **Há saberes que são independentes das ciências** (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); **mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma** (FOUCAULT, 2014a, p. 219-220, grifos nossos).

Entendendo o saber como uma prática discursiva, parte-se da ideia de aquilo que já foi possível pensar ou dizer sobre o jornalismo/saber jornalístico desde sua invenção é o que o constitui e o configura na forma como se apresenta na atualidade. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar a constituição do saber jornalístico apresentando suas condições de possibilidade de pensamento⁴, de modo a verificar possíveis rupturas ou descontinuidades que possam ter alterado sua natureza. Esta investigação parte da hipótese principal de que o saber jornalístico vem se transformando desde a sua invenção; assim, pode ser que hoje seja outra coisa, ou que revele outra espécie. Dessa forma, a questão-problema que norteou toda a discussão apresentada nesta pesquisa foi: O que é o saber do jornalismo?

³ No artigo *A formação superior específica como forma de qualificação e acesso democrático à profissão de jornalista*, o professor e jornalista Edson Spenthof analisa a decisão do STF. Segundo ele, o jornalismo foi julgado pelo que não é. O STF não teria separado de forma adequada liberdade de expressão e de imprensa e teria entendido o jornalismo como o “exercício da livre expressão da opinião” (SPENTHOF, 2010, p. 51).

⁴ Foucault (1999) utiliza a expressão “condições de possibilidade de pensamento” para se referir ao que foi possível pensar ou dizer sobre determinada ciência ou saber em épocas distintas: Renascimento, Idade Clássica, Modernidade.

Como bem apontou o filósofo e professor Eduardo Sugisaki⁵ (2015), essa questão “nos remete ao arquivo deste saber”; arquivo este que, como se verá no percurso da construção deste texto, é composto pelos distintos discursos possíveis, em cada época, e que ao longo do tempo vem constituindo o saber jornalístico que, agora, é questionado em sua atualidade.

Nessa perspectiva, optou-se pela metodologia arqueológica e genealógica elaboradas por Foucault e apresentadas nas obras *Arqueologia do Saber* (2014a) e na coletânea de textos de *Microfísica do Poder* (2014b). Assim, a discussão fundamentou-se nas noções de *episteme*, *arqueologia* e *genealogia* propostas pelo filósofo Michel Foucault (1999, 2014a, 2014b).

Episteme, para Foucault (1999), são disposições gerais que configuram uma cultura. Diz respeito a ordens do saber. Trata-se de um solo epistemológico, onde há um certo *húmus* que alimenta ou é condição de possibilidade de pensamento.

A *arqueologia* propõe se distanciar dos conhecimentos revelados pelos historiadores como se estivessem dados, porém estariam ocultados para serem descobertos. Segundo Ternes (2004), trata-se de um projeto que não ousa fazer *histórias das ideias*, e sim descrever *epistemes*. A isso acrescenta: “A arqueologia, já vimos, não julga a ciência. Descreve as condições de possibilidade do que efetivamente é dito” (TERNES, 2009a, p. 106). Roberto Machado, em texto introdutório de *Microfísica do Poder* (2014b), de Michel Foucault, explica que a arqueologia “ao procurar estabelecer a constituição dos saberes privilegiando as inter-relações discursivas e sua articulação com as instituições, respondia como os saberes apareciam e se transformavam” (FOUCAULT, 2014b, p. 2). De acordo com ele, esse método desenvolvido por Foucault pode ser considerado “[...] um instrumento capaz de refletir sobre as ciências do homem como saberes, neutralizando a questão de sua cientificidade” (MACHADO, 2007, p. 9). Esse autor desenvolve ainda a tese de que o método arqueológico de Foucault sofreu mudanças que podem ser observadas em suas obras: passou-se de uma arqueologia de percepção, em *A História da Loucura*, para uma arqueologia do olhar, em *O nascimento da Clínica*, à arqueologia do saber, em *As palavras e as coisas*. Gilles Deleuze (2013) chama a atenção para o fato de que a arqueologia não é um método de interpretação, mas de experimentação.

E a *genealogia* dos saberes ou *genealogia* dos poderes tem como princípio que as relações de poder constituem um campo de saber e vice-versa. Tratar-se-ia, segundo Foucault (2014b, p.43), de “[...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele

⁵ Texto elaborado pelo professor e filósofo Eduardo Sugizaki apresentado durante a banca de qualificação desta tese realizada em 26 de março de 2015.

transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história”. Esse projeto propõe uma “batalha dos saberes contra os efeitos de poder do discurso científico” (FOUCAULT, 2014b, p. 271). Sendo assim, declara Foucault (2014b, p. 270), “[...] Enquanto a arqueologia é o método próprio à análise da discursividade local, a genealogia é a tática que, a partir da discursividade local assim descrita, ativa os saberes libertos da sujeição que emergem dessa discursividade”. A genealogia e a arqueologia propõem-se a “realizar análises fragmentárias e transformáveis” (FOUCAULT, 2014b, p. 13).

Esta tese tem como referencial teórico autores da filosofia e da comunicação, entre eles: Michel Foucault, Gilles Deleuze, Gaston Bachelard, Martin Heidegger, Hanna Arendt, José Ternes, Paulo Freire, Ciro Marcondes Filho, José Marques de Melo, Ana Carolina Temer, Marialva Barbosa, Eduardo Meditsch, Joãomar Carvalho de Brito Neto, entre outros. A ideia é analisar o saber jornalístico sob uma perspectiva crítica na tentativa de tornar visível, pela via do arquivo ou arqueologia, o imperceptível, como ensina Foucault em *O nascimento da Clínica* (1994), *A história da loucura* (2003) e *As palavras e as coisas* (1999). Não se trata de revelar verdades ocultas, mas de analisar a constituição do saber. Nessas obras pode-se observar que o saber/pensamento é uma prática discursiva. Nelas Foucault vai ao passado, não por curiosidade ou erudição, não para buscar o ponto de partida ou a origem, mas para mostrar experiências do pensamento que podem ter ou não relação com o presente. Assim, pode-se dizer que Foucault, que se define como um arqueólogo/arquivista⁶, faz história do pensamento, ou seja, vai ao arquivo como monumento, e não como documento, e escreve uma história diferente da dos historiadores. Prática ousada, admirada por alguns, criticada por outros. Assim Gilles Deleuze se refere a Foucault:

Um novo arquivista foi nomeado na cidade. Mas será que foi mesmo nomeado? Ou agiria ele por sua própria conta? As pessoas rancorosas dizem que ele é o novo representante de uma tecnologia, de uma tecnocracia estrutural. Outros, que tomam sua própria estupidez por inteligência, dizem que é um epígono de Hitler, ou, pelo menos, que ele agride os direitos do homem (não lhe perdoam o fato de ter anunciado a morte do homem). Outros dizem que é um farsante que não consegue apoiar-se em nenhum texto sagrado e que mal cita os grandes filósofos. Outros, ao contrário, dizem que algo de novo, de profundamente novo, nasceu na filosofia, e que esta obra tem a beleza daquilo que ela mesma recusa: uma manhã de festa (DELEUZE, 1988, p. 13).

⁶ Para Gilles Deleuze a arqueologia é o arquivo. Para o filósofo José Ternes (2010, p. 239), “[...] Arquivologia ou arqueologia, pouco importa a palavra. Importa uma nova atitude intelectual, estranha a uma longa tradição histórica. Importa, de alguma forma, ‘fazer filosofia’.”

Sob as considerações das ideias até aqui apresentadas, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro, “A constituição do saber jornalístico” traz a reflexão sobre a construção do jornalismo/saber jornalístico a partir, principalmente, das noções de *episteme* e *saber-poder*. A primeira seção, intitulada “Condições de possibilidade do jornalismo/saber jornalístico”, orienta-se com vistas a levantar alguns “elementos transformáveis” considerados imprescindíveis para o surgimento e desenvolvimento desse saber. Já a seção seguinte, “O poder e o saber jornalístico”, dedica-se a trabalhar a noção positiva de poder proposta por Foucault (2012), isto é, a perspectiva de que ele cria, fabrica o campo jornalístico, o profissional jornalista e, conseqüentemente, o saber da área.

O capítulo 2 traz a proposta de discutir a edificação do jornalismo e do saber jornalístico tomando como referência a história. A seção “Da comunicação oral aos webjornais” retoma os primórdios do jornalismo, situando-o nas terras brasileiras, apontando seu surgimento, desenvolvimento e mudanças. Já a seção “A construção histórica do ensino superior em jornalismo no Brasil” apresenta brevemente o desenvolvimento do ensino superior brasileiro no intuito de que seja possível verificar em que contexto educacional surgem os cursos de graduação em Jornalismo, suas legislações e o estabelecimento de suas diretrizes curriculares. A ideia é verificar, a partir dessas seções, a construção do saber jornalístico, tanto no campo profissional quanto no acadêmico, em meio à teia de micropoderes exercidos entre os sistemas políticos, econômicos e culturais.

O capítulo 3, “Dos currículos mínimos a um jornalismo além da técnica”, traz a reflexão sobre a técnica e sua influência sobre o ofício e o ensino do jornalismo nos cursos de graduação, de modo a levar à reflexão sobre a relevância da técnica/tecnologia na construção e possível alteração da natureza do jornalismo/saber jornalístico. O capítulo também discute a construção das teorias da comunicação e do jornalismo que formam o saber da área e, finalmente, com prioridade nas ideias de Gaston Bachelard, na fundamentação, apresenta algumas lições possíveis a partir dos saberes modernos, inclusive os científicos, que podem servir a uma educação em jornalismo mais comprometida com o saber. Anuncia-se, assim, a possibilidade de “arejar” e devolver a “turbulência” ao saber jornalístico.

CAPÍTULO 1

A CONSTITUIÇÃO DO SABER JORNALÍSTICO

1.1 CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DO JORNALISMO/SABER JORNALÍSTICO

[...] todo saber assegura o exercício de um poder. Cada vez mais se impõe a necessidade de o poder se tornar competente. Vivemos cada vez mais sob o domínio do perito. Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber, devendo enviar aos que lhe delegaram um poder um determinado saber correlativo do poder que exerce. [...] O saber funciona na sociedade dotado de poder. É como saber que tem poder.

(ROBERTO MACHADO, 2007)

Esta seção propõe-se a analisar as condições de possibilidade do jornalismo/saber jornalístico, pensando-se essa lógica de saber-poder. Trata-se de um saber que se constitui nas relações de saberes e poderes distintos, não se restringindo ao discurso acadêmico, tampouco ao discurso da prática jornalística, mas com abrangência nas relações com as esferas políticas, econômicas, sociais e técnicas. O fato é que o jornalismo/ saber jornalístico, considerado até então o quarto poder, chega ao século XXI em crise⁷. Muitas de suas características, tais como: objetividade, verdade, imparcialidade, clareza, encontram-se questionadas em vários estudos da área⁸.

O que por muito tempo foi cultuado e contribuiu para constituir o pensamento jornalístico, marcado por valores e modos próprios de ver e se haver no mundo, acabou encontrando no solo da *episteme moderna*⁹ suas fragilidades. Todo um discurso que constituiu o jornalismo como um instrumento político poderoso em defesa da sociedade, todas as tentativas de resguardar a produção de notícias de subjetividades, todo o empenho de buscar a

⁷ Vários estudos apontam para uma crise do jornalismo e de seu ensino; citam-se entre eles: Meyer (2004); Brasil (2007); Relatório Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo (2009); Marshall (2003); Traquina (2001, 2005, 2008) e Marcondes Filho (2002).

⁸ As obras de Marcondes Filho (2002), Felipe Pena (2005), Traquina (1993, 2001, 2005), Ana Carolina Temer (2014), entre outras, apresentam reflexões críticas sobre a definição de jornalismo, suas características, seus mitos, sua cultura, suas lutas políticas e intelectuais, suas tentativas de se emancipar de saberes de outras áreas e de se tornar um saber autônomo.

⁹ Na obra *As palavras e as coisas* Foucault (1999) descreve o surgimento e o desaparecimento de três *epistemes* distintas: a renascentista, a clássica e a moderna. Analisando a formação de saberes em cada uma dessas épocas, o autor verifica que o pensamento muda de natureza ou de estatuto. Na Idade Clássica (século XVII, XVIII) o saber exige ordenação e classificação, e o conhecer se dá por representação. Essa *episteme* cartesiana rompe com a Renascentista (século XV), marcada por ausência de teoria, de ordem. Trata-se de um solo que jamais alimentaria o nascimento dos saberes científicos. Já na *episteme* moderna (a partir do século XIX) são possíveis saberes até então inimagináveis, que vão propor novos objetos e uma forma de conhecer singular. O pensamento/saber, agora, vai exigir construção, invenção. Foucault não aponta em seus estudos para a constituição de uma pós-modernidade. Em sua concepção, o solo em que os saberes estão se constituindo é o da *episteme* moderna.

verdade, a realidade, alimentam-se, agora, de um *húmus* singular em que os fundamentos desaparecem. Verdadeiro caos com uma potencialidade incrível de construção, de devir. A questão trazida por Traquina (2001, p. 187) “Quem vigia o quarto poder?” torna-se possível e atual neste espaço da modernidade. É também nele que as novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo, instituídas em 2013 no Brasil, passam a vigorar, um momento em que se requer urgentemente revigorar ou rejuvenescer o jornalismo/saber jornalístico.

Como escapar das sombras e condicionamentos dos discursos de outras áreas do saber ¹⁰, legitimar-se com um discurso autônomo, identificar suas transformações, descontinuidades, verificar o que na atualidade pode ser dito sobre o jornalismo/saber jornalístico, revelando sua natureza? A que discursos esse saber ainda se prende e que podem ser seus obstáculos? O que envelheceu? O que precisa ser arejado ou rejuvenescido, como propõe Gaston Bachelard (1996) em *A Formação do Espírito Científico*. Estas são perguntas que bordejam a questão-problema desta pesquisa: O que é o saber do jornalismo? São esses questionamentos que levam à necessidade de pensar a constituição do saber jornalístico levando em conta suas condições de possibilidade de existência ou *episteme*¹¹, como sugere Foucault em *As palavras e as coisas* (1999).

Pensar a constituição do saber jornalístico a partir da ideia do projeto arqueológico de Foucault (2014a, s.p.) requer um retorno à história, não para interpretar textos, “desvendar movimentos secretos do pensamento”, mas para revelar “o nível das ‘coisas ditas’: sua condição de aparecimento, as formas de seu acúmulo e encadeamento, as regras de sua transformação, as descontinuidades que as escandem”. Segundo o autor, a tarefa da arqueologia é analisar o domínio das coisas ditas, que é o arquivo.

Várias obras já se propuseram a contar a história do jornalismo, a história da imprensa e a história da comunicação, mas neste trabalho o desafio é outro. Trata-se de buscar nesses textos elementos que revelem as condições de possibilidade do saber jornalístico, suas possíveis transformações ou descontinuidades, de modo a apresentar como ele vem sendo constituído.

¹⁰ Pode-se afirmar que os estudos sobre jornalismo produzidos por jornalistas no Brasil são recentes. Ainda na década de 1980 grande parte da bibliografia era estrangeira, o que acabava deixando de fora as peculiaridades da constituição do saber jornalístico. “A nossa área não possuía reconhecimento e prestígio entre as demais áreas científicas, com apenas três cursos de pós-graduação, todos recentes e liderados por titulados de outras áreas, funcionando só no centro do país, e entidades representativas bem longe de estar consolidadas” (MEDITSCH, 2012, p. 17-18).

¹¹ Segundo Roberto Machado (2007, p. 133), “*Episteme* não é sinônimo de saber; significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecida pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* é a ordem específica do saber; a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma positividade como saber”.

Foucault situa o jornalismo no solo epistêmico da modernidade, como uma “invenção fundamental do século XIX” (2014b, p. 339). Nessa época, segundo Traquina (2001), foi se formando nas sociedades ocidentais o “campo jornalístico” juntamente com o desenvolvimento do capitalismo, os avanços tecnológicos, os processos de industrialização, educação em massa e o surgimento da imprensa como meio de comunicação de massa. Nesse contexto

[...] As notícias tornaram-se simultaneamente um gênero e um serviço; o jornalismo tornou-se um negócio e um elo vital na teoria democrática; e os jornalistas ficaram empenhados num processo de profissionalização que procurava maior autonomia e estatuto social (TRAQUINA, 2001, p. 20).

Embora já houvesse jornais impressos circulando na virada do século XVII para o XVIII, “nessa época não havia efetivamente jornalismo, no sentido que conhecemos hoje”, como avalia o jornalista e professor Marcondes Filho (2002, p. 16). De acordo com ele, a impressão do primeiro jornal se dá mais de um século após a criação dos tipos móveis por Johannes Gutenberg (1398-1468)¹², que pode ser considerada fundamental para a constituição do jornalismo e de seu saber em sua primeira fase. A *Gazette*¹³, de Théophraste Renaudot, apesar de parecer um livro, possuía três a quatro páginas nas quais feitos militares, notícias da corte real e advertências morais com função disciplinadoras atendiam “com exclusividade a alguns núcleos de poder econômico e financeiro da época mercantilista”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 16).

É importante, porém, deixar claro que, numa perspectiva arqueológica, em que não se privilegia o jogo das causalidades, a origem¹⁴ do jornalismo e de seu saber não estaria na invenção de Gutenberg. Não é a partir dela que foi possível pensar o jornalismo. As formações do campo e do saber jornalístico não se deram a partir da criação dos tipos móveis, da prensa. O que está em jogo é a sua constituição, que tem a ver com discursos possíveis em determinada época. Por outro lado, a criação dessa tecnologia pode ser vista como um

¹² O jornalista e professor Felipe Pena (2005, p. 27-28) chama a atenção para o fato de que o tipo móvel foi uma invenção chinesa no ano de 1040 e que o primeiro livro teria sido impresso na China em 868. Gutenberg teria sido reconhecido por imprimir os primeiros livros no Ocidente, entre eles a Bíblia, em 1456. O que importa nesta pesquisa, porém, é a invenção de uma tecnologia que permitiu reproduzir em grande quantidade vários textos o que pode ser visto como condição de possibilidade de existência do jornalismo e de seu saber.

¹³ A *Gazette* é herdeira das *lettere d'avvisi*, informações manuscritas que se desenvolveram junto ao comércio e à vida urbana nos séculos XIV e XV. Essas se transformariam em gazetas que já apresentarão características básicas dos jornais nas formas como conhecemos hoje, tais como a periodicidade, as notícias da vida urbana, do comércio, da corte real (PENA, 2005).

¹⁴ É importante pontuar que este trabalho não busca a origem do saber jornalístico, mas sim analisar sua constituição por meio de uma descrição arqueológica que, diferentemente da história das ideias, dirige-se ao discurso na qualidade de monumento, e não documento. Ela não está à procura de um discurso oculto e, como afirma Foucault (2014a, p. 170) “recusa-se a ser ‘alegórica’”.

elemento decisivo no desenvolvimento do jornalismo e, diante disso, ser entendida como condição de possibilidade da constituição do saber jornalístico, assim como a invenção da escrita, a comunicação humana, a livre circulação de informações como ideal iluminista e a invenção do público.

É inegável a interferência do desenvolvimento técnico/tecnológico na constituição do ofício e do saber jornalístico. A escrita e a impressão, utilizando os tipos móveis, são invenções imprescindíveis para o surgimento e desenvolvimento deles. Impossível pensá-los sem essas invenções técnicas, mesmo nos casos do radiojornalismo e telejornalismo, em que o público recebe as notícias por meio de uma comunicação oral. Grande parte de seus textos veiculados oralmente - roteiros/*scripts*¹⁵, reportagens, notas, escaladas¹⁶, entre outros - são previamente escritos para serem lidos. Além disso, as pautas¹⁷ que nortearão o trabalho do repórter irão compor uma lauda escrita que será reproduzida em impressoras, hoje modernas.

A escrita, que foi recebida com desconfiança por filósofos como Sócrates e Platão, como menciona a linguista Lúcia Santaella (1996), fará parte do jornalismo e de seu saber já em sua primeira fase. A possibilidade de a informação não precisar da memória humana confere um valor a mais para o jornalismo/saber jornalístico, pois, ao mesmo tempo que se produzem notícias, fabrica-se um acervo dos acontecimentos de uma sociedade. Temer (2014) ressalta que a escrita não só armazena a informação, como exerce o poder de ampliação temporal de seus efeitos. Permite-se, por meio dela, elaborar e reelaborar ideias de várias gerações. Para a autora, desde sua origem o jornalismo está condicionado à linguagem escrita e pode ser entendido, então, como um código que se estabelece a partir de um anterior.

A arte asiática de imprimir utilizando caracteres móveis foi aperfeiçoada pelo alemão Johannes Gutenberg, no século XV. Ele desenvolveu a prensa de imprimir, uma nova tinta de impressão e os tipos móveis de chumbo, favorecendo sua utilização indefinidamente. A partir de então, tornou-se possível a reprodução de diferentes tipos de impressos de forma rápida e a baixo custo. Essa evolução técnica permitiria a constituição do jornalismo sob uma lógica empresarial, bem como demonstra Temer:

¹⁵ *Roteiros/scripts* são textos de telejornais que serão lidos em estúdio pelos apresentadores para introduzir uma reportagem.

¹⁶ *Escaladas* são textos escritos nos roteiros de telejornais que têm como objetivo anunciar os assuntos mais importantes que farão parte do programa telejornalístico.

¹⁷ *Pautas* são textos produzidos por jornalistas com o objetivo de nortear o trabalho da reportagem. Nelas são escritos os dados referentes ao assunto que será coberto, quem será o especialista que dará explicações/opiniões/afirmações e os direcionamentos que devem ser dados na construção do material, levando em conta a linha editorial.

A tipografia Gutenbergiana, somada ao aumento da produção do papel, alicerça a formação de uma indústria gráfica rentável, abrindo espaço para os primeiros projetos industriais do jornalismo. A inversão dos tipos móveis investiu dignidade a figura do impressor-editor elevando-os ao status de profissionais especializados na escala dos ofícios burgueses. Os editores encarnavam um espírito racional burguês e urbano: o individualismo, a busca do lucro sem culpa e a racionalidade, questionando a influência da religião, atuando a favor da democratização, da liberdade do pensamento e do inconformismo. (TEMER, 2014, p. 80-81).

Sobre a comunicação humana, observa-se que por meio dela o jornalismo se realiza, fabricando notícias, construindo discursos e formando o imaginário coletivo. Nessa perspectiva deve ser compreendida como condição de possibilidade do saber jornalístico. Destaca-se aqui que o jornalismo/saber jornalístico construirá uma comunicação estratégica, com linguagem específica que ao longo do tempo se especializará cada vez mais, seguindo a tendência dos saberes modernos, como mostra o filósofo Bachelard (1977) ao trabalhar as ideias de *organizações racionais do saber*¹⁸ e *racionalismo regional*¹⁹.

Na obra *Flertando com o caos: comunicação, jornalismo e televisão*, a professora e jornalista Ana Carolina Temer dedica um capítulo à história, definição e reflexão sobre comunicação, que deve ser entendida, a seu ver, como “um produto humano em constante processo de recriação” (TEMER, 2014, p. 28). Ela ressalta também o caráter de imprevisibilidade de seus efeitos e o poder de se transformar, à medida que exerce o poder de também modificar a sociedade. “Ocorre que a comunicação não é estática, ela é vida e movimento” (TEMER, 2014, p. 51), escreve a autora, que também entende haver na comunicação um potencial estratégico, tanto fortalecedor quanto destruidor da sociedade. Diante disso, compreendê-la como simplesmente instrumento de transmissão de informações é reduzir o seu potencial de construção social, de tornar possível a aquisição de experiências de outros indivíduos, de formação de um conhecimento comum e de uma memória e um imaginário coletivos.

¹⁸ A ideia de *organizações racionais do saber* está relacionada ao fato de na modernidade não haver possibilidade de existência de uma *Mathesis Universalis*, ou seja uma ciência geral capaz de explicar tudo. Nesse espaço fala-se em ciências, em disciplinas.

¹⁹ A ideia de *racionalismo regional* refere-se à tendência das ciências e saberes, na modernidade, à especialização.

Torna-se oportuno destacar que a atividade jornalística utiliza tipos distintos de comunicação - oral²⁰, escrita²¹, visual²² -, tanto para se relacionar com as fontes com o objetivo de elaborar textos informativos, quanto para difundir informações. Estabelece-se, assim, com o público uma comunicação social. Levando isso em conta, a comunicação torna-se inerente ao jornalismo/saber jornalístico, integrando sua natureza. Trata-se de um dos elementos essenciais e indispensáveis que o torna possível.

A relevância da comunicação social, da transmissão de informações pode ser observada antes mesmo de o jornalismo se estabelecer como ofício. Retomando a história, Temer (2014) faz referência à fase pré-histórica do jornalismo. Ressalta-se que, no antigo Egito, os faraós divulgavam atos e medidas de interesse público. Os gregos, no século V a.C. , demonstravam preocupação entre separar mitos e fatos sinalizando para uma noção de verdade, além de serem inventores das efemérides (*Ephemeris*), catálogo em que se registravam os acontecimentos da Grécia clássica de modo a preservar os fatos da história e difundir as notícias.

A busca pela fidelidade do relato também é observada em *Acta Diurna* produzida pelos romanos, que eram publicações compostas por informações de interesse público e circulavam inclusive fora de Roma. De acordo com a autora, foi na Idade Média que surgiram as primeiras ordenações e punições contra as notícias falsas. Mas foi também nessa época que o modelo pré-jornalístico da *Acta* perdeu força, porque houve um retorno à oralidade. O que mais se aproximava de um estilo jornalístico eram as crônicas herdeiras dos *Annali* romanos, as cartas informativas e os relatos de viagens. Acerca disso, Temer (2014, p. 77) explica que “[...] as informações eram transmitidas oralmente por jograis, comerciantes, guerreiros e peregrinos, além de pregoeiros, que avisavam a população sobre execução de sentenças e questões relativas ao governo”.

Ainda de acordo com a autora, no final do século XIV e meados do XVI, o processo de urbanização, a consolidação do comércio e da burguesia, o desenvolvimento da indústria de papel e, em seguida, a possibilidade de impressão foram elementos que favoreceram o surgimento do comércio institucionalizado de notícias. As cartas ganharam novos formatos,

²⁰ Tratando-se especificamente da comunicação oral, cabe destacar os relatos orais como uma forma de pré-jornalismo. Os jornalistas Bill Kovach e Tom Rosenstiel lembram que, “[...] Com o fim da Idade Média, as notícias surgiram na forma de música e relatos, nas baladas cantadas pelos jograis ambulantes” (KOVACH; RESENSTIEL, 2004, p. 37). Posteriormente, o radiojornalismo se utilizará, também desse tipo de comunicação.

²¹ A comunicação escrita pode ser observada tanto na fase do pré-jornalismo, com os manuscritos, quanto na sua consolidação e desenvolvimento, já com a possibilidade de impressão dos tipos.

²² A comunicação visual pode ser observada a partir das ilustrações manuais e conforme os avanços tecnológicos; verifica-se, também, nas fotografias e nas imagens em movimento veiculadas na TV.

surgiram os livros noticiosos e as folhas volantes, também conhecidas por folhas noticiosas ou folhas ocasionais, que difundiam conteúdo informativo com assuntos variados, porém seguiam um modelo de narrativa cronológica, geralmente monotemático, e não tinham periodicidade. Em seguida surgem as gazetas, que se apresentavam mais enxutas em termos de volume noticioso que os livros noticiosos, com custo mais baixo e periodicidade. Sobre isso, escreve Temer:

[...] A partir das gazetas, **o jornalismo se afasta das publicações ocasionais e monotemáticas e começa a se aproximar do jornalismo moderno**: as primeiras páginas são tituladas e eventualmente ilustradas, há a inclusão de assuntos diferentes e de diferentes proveniência, em geral paginadas por colunas (eventualmente em ordem cronológica, mas também sem ordem aparente), **com uma preocupação clara de dar informações recentes, preferencialmente do dia anterior, que por sua vez eram elaboradas por profissionais especializados, e eventualmente com a inclusão de anúncios pagos** (TEMER, 2014, p. 81, grifos nossos).

No século XVI o ofício²³ já consolidado apresentará dois modelos normativos e funcionais: o inglês, que apresenta maior liberdade de expressão e marcaria o jornalismo ocidental contemporâneo, e o francês, que se estabeleceria em meio à censura e a serviço do absolutismo. Em ambos os modelos percebe-se preocupação com a informação atualizada e com a rigidez da notícia, ainda que os textos opinativos tivessem destaque.

Outra condição de possibilidade de existência do jornalismo e de seu saber está na livre circulação das informações. Fora necessário libertar as informações/conhecimentos do domínio das bibliotecas secretas do tempo renascentista e das universidades, retirar todo um pensamento de que alguns nasciam com o direito de ter acesso a elas e outros não. Logo, criar a ideia de que deveriam circular de forma livre faz parte de um ideal iluminista, essencial para a constituição e desenvolvimento do jornalismo e de seu saber. Outros movimentos, como a Revolução Francesa e a Declaração de Direitos de 1789, foram também importantes para o desenvolvimento do jornalismo/saber jornalístico. A partir da regulamentação da liberdade de expressão, observam-se a expansão do número de veículos de imprensa e a replicação do modelo britânico de jornalismo em vários países, “caracterizado por uma liberdade de expressão alicerçada em propostas do racionalismo e na pluralidade de títulos destinados a diferentes públicos” (TEMER, 2014, p. 83).

²³ Na última década do século XVII é fundado, em Boston, o Jornal *Public Occurrences Both Foreign and Domestic*. O jornalismo, entendido como instrumento de transmissão de informações, chega então à América. Não demorou muito para que fosse encerrado por autoridades coloniais (TEMER, 2014).

O fato é que a informação²⁴, matéria prima essencial da atividade jornalística, vai circular, a partir de então, além dos muros das igrejas e das universidades. Estava preparado o solo em que o saber jornalístico e o jornalismo teriam condições de se desenvolver e se constituir na forma em que se encontra na atualidade. Acerca disso, o professor e jornalista *Ciro Marcondes Filho* (2009, p.18) afirma: “O jornalismo é filho legítimo da Revolução Francesa”²⁵. E acrescenta que

[...] todo o saber acumulado e reservado aos sábios passa agora a circular de forma mais ou menos livre. E são os jornalistas que irão abastecer esse mercado; sua atividade será de procurar, explorar, escavar, vasculhar, virar tudo de pernas para o ar, até mesmo profanar, no interesse da notícia (MARCONDES FILHO, 2009, p. 18).

Assim, a hipótese de que o jornalismo e seu saber teriam absorvido o discurso revolucionário francês e os ideais iluministas pode ser verificada em suas tentativas de tornar a informação transparente e verdadeira. Acerca disso, *Marcondes Filho* acrescenta:

O jornalismo é a síntese do espírito moderno: a razão (a ‘verdade’, a transparência) impondo-se diante da tradição obscurantista, o questionamento de todas as autoridades, a crítica da política e a confiança irrestrita no progresso, no aperfeiçoamento contínuo da espécie (MARCONDES FILHO, 2002, p. 9).

Mas, como bem alerta *Foucault* (2012, p. 209), “[...] As ‘Luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas.” Como será visto no capítulo seguinte, o jornalismo tem papel importante nessa forma de controle social pela política do olhar, da visibilidade. Nasce aí uma das grandes crises de existência do jornalismo e de seu saber. Afinal, como buscar a verdade se esta não está dada? Como ser transparente se toda luz que se projeta cria uma sombra?

Outra invenção que pode ser considerada condição de possibilidade do jornalismo e de seu saber é o público. *Pena* (2005) sustenta a tese de que o homem tem medo do desconhecido e, nisso, o jornalismo acabaria tendo um papel primordial ao disponibilizar às pessoas

²⁴ O professor e jornalista *Eduardo Meditsch* (2012, p. 21) afirma que na sociedade atual “informação é poder”. O filósofo *Gilles Deleuze* (2013, p. 57) acrescenta a isso que “a linguagem é um sistema de comando” e que não há informações inocentes.

²⁵ *Ciro Marcondes Filho* (2009) observa que em 1631 já existiam jornais e cita como exemplo a *Gazette de Théophraste Renaudot*. Porém, o valor que a informação terá a partir dos valores idealistas do Iluminismo é que estará em jogo na constituição do saber jornalístico e na forma como o percebemos nos dias atuais.

informações, principalmente em suas primeiras fases de existência²⁶. Tomar conhecimento dos acontecimentos seria uma forma, apesar de ilusória, de ter o controle sobre as situações. Além disso, com o público de forma direta (venda do jornal) e/ou indireta (venda de anúncios nos jornais impressos, radiofônicos, televisivos e na internet), o jornalismo recebe pelo seu serviço prestado à sociedade.

Até o século XIX, as informações dos jornais abrangiam os interesses de grupos intelectuais e aristocráticos e em suas páginas as opiniões das elites eram predominantes. A partir de então, de acordo com Habermas (1984), a imprensa desenvolveria seu caráter comercial. A consequência disso é a interdependência entre notícia e opinião pública, tendo como objetivo o alcance do sucesso empresarial. Assim, os jornais passam a buscar adesão do público à visão de mundo oferecida pelas notícias e opiniões transmitidas. Segundo Kovach & Rosenstiel (2004), ao se livrar do controle político, o jornalismo atrai o público por meio da exposição de notícias que tendem ao sensacionalismo, entre elas, as que causam fortes emoções, as referentes a crimes, ao culto às celebridades e a escândalos.

É importante lembrar que cada uma das condições de possibilidades do jornalismo e de seu saber elencadas até aqui são elementos transformáveis que independem do jornalismo e de seu saber para existir. Já o saber jornalístico/jornalismo, por sua vez, é constituído essencialmente por eles - a comunicação humana, a livre circulação da informação, a escrita, o público - e sofrem suas interferências, suas transformações. Ou seja, a reunião desses elementos somada a um solo em que foi possível pensar os jornais como um negócio diferenciado do discurso publicitário possibilitou a constituição do jornalismo/saber jornalístico na forma como se vê hoje. Acerca disso, Traquina escreve:

Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo – a chamada “*penny press*” – os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando como objetivo fundamental o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais oferecem um novo produto – as notícias, baseadas nos fatos. [...] Assim, no século XIX, verificamos a emergência de um novo paradigma – informação, não propaganda – que é partilhado entre os membros da sociedade e os jornalistas; a constituição de um novo grupo social – os jornalistas – que reivindica um monopólio do saber – o que é notícia; e a comercialização da imprensa – a informação como mercadoria, visível com

²⁶ Marcondes Filho (2002) e Pena (2005) elencam em suas obras quatro fases do jornalismo: o primeiro jornalismo (1789 a 1830), marcado pelo conteúdo literário e político escrito por intelectuais, políticos e escritores; o segundo jornalismo (1830-1900), em que ocorre a imprensa de massa, a profissionalização do jornalismo e a consolidação da empresa jornalística; o terceiro jornalismo (1900 a 1960), em que a imprensa monopolista trabalha com grandes tiragens e os grupos editoriais dominam o mercado; o quarto jornalismo (a partir de 1960), que apresenta informação eletrônica e interativa, crise da imprensa escrita e mudança das funções dos jornalistas.

o surgimento de uma imprensa mais sensacionalista nos fins do século, aquilo que se chamou o “jornalismo amarelo” nos Estados Unidos (TRAQUINA, 2001, p. 34).

Situando o surgimento do jornalismo como o conhecemos na atualidade, assim como Foucault (2014b), Traquina (2001, p. 33) afirma: “[...] O jornalismo que conhecemos hoje nas sociedades democráticas tem as suas raízes no século XIX. Foi durante o século XIX que se verificou o desenvolvimento do primeiro “*mass media*”, a imprensa”. Desde então, a tendência desse saber seguiu o caminho da profissionalização em busca de “maior liberdade e autonomia” e “estatuto social identificado com as profissões dos médicos e advogados” (TRAQUINA, 2001, p. 34-35).

Com a expansão dos jornais nessa época, tornou-se possível criar novos empregos na área e assim permitiu a um número crescente de pessoas dedicar-se em tempo integral à atividade jornalística, que durante todo o século XIX passou a ter como foco central a oferta de informação, e não a propaganda. Este novo paradigma apoiou-se em valores que ainda hoje constituem o jornalismo: “as notícias, a procura da verdade, a independência dos jornalistas, a exatidão e a noção do jornalismo como um serviço ao público – uma constelação de ideias que dão forma ao emergente ‘pólo ideológico’ do campo jornalístico” (TRAQUINA, 2001, p. 34).

No artigo *Jornalismo e representação do mundo*, o professor Marconi Oliveira da Silva (2005) relata que, a partir de 1865, o jornalismo adotará a imparcialidade e a objetividade como elementos que deverão nortear a atividade. Esse modelo se apresentará em grande parte das empresas jornalísticas do Ocidente a partir de então. De acordo com Silva (2005), as teorias da correspondência²⁷ e da causalidade²⁸ vão influenciar o método científico e várias áreas do conhecimento, inclusive o jornalismo. A partir delas surgirá a concepção do jornalismo como retrato da realidade.

Nessa perspectiva, os jornalistas são instrumentos para que a realidade chegue à sociedade tal como é. “A conclusão a que se chega, partindo das premissas do método científico adaptado para o jornalismo, é que a notícia e a reportagem, por exemplos, são o mundo transformado em textos e imagens”, explica Silva (2005). Acrescenta-se a isso o fato

²⁷ A teoria da correspondência “em síntese afirma que a palavra corresponde a objetos do mundo, tal como um espelho reflete o mundo”. (SILVA, 2005, p. 20).

²⁸ Segundo Silva (2005, p. 20), ao adotar a teoria da causalidade, de David Hume, os fatos jornalísticos se tornarão “possuidores de um valor de verdade, porque são resultados de causas percebidas e descritas da realidade”. De acordo com essa teoria, “a ordenação do mundo se realiza via nossas experiências, em conformidade com a categoria de causa e efeito”.

de as empresas jornalísticas aderirem a esse valor de verdade a ideia de credibilidade, que traz implicitamente o conceito de ética.

Michael Kunczik (2002, p. 23) mostra que “só no século XIX o jornalismo chegou a ser uma profissão de tempo integral, onde se podia sobreviver economicamente na Europa e nos EUA”. Referindo-se ao texto de Engelsing (1976, p. 406) no *Der literarische Arbeiter* (O trabalhador Literário), relata que os jornalistas tendiam,

Devido à sua educação e às normas e aos propósitos decorrentes dessa educação, devido à sua autovalorização e à composição e exigências de seus empregadores e leitores, a se verem, mesmo em sua vocação política, como eruditos. Tinham também a tendência de aplicar um enfoque e um método científico ao seu trabalho jornalístico. Até os anos 1880, utilizavam-se na Alemanha os termos redator jornalístico e doutor com o mesmo sentido (KUNCZIK, 2002, p. 23-24).

Segundo Temer (2014), durante o século XX são criadas as modernas empresas jornalísticas ou midiáticas de comunicação que transformariam a informação em bem de consumo. Consagrar-se-á o modelo de jornalismo burguês influenciado pelo pensamento positivista, que valorizará o modo de produção capitalista, o discurso de liberdade de expressão e a estruturação técnica/tecnológica. Nessas empresas atuarão profissionais cada vez mais especializados no trato da notícia.

Kunczik mostra que na Alemanha, assim como nos EUA, o jornalismo segue cada vez mais esse processo de profissionalização. Ele afirma que inicialmente os jornalistas eram, em geral, pessoas de classe média e se dedicavam à profissão sem terem concluído algum curso de graduação. Com o tempo, surgiram cursos na área e na atualidade percebe-se que a entrada na profissão vem exigindo muito mais que dom, como se observava no passado.

No Brasil, a profissão foi regulamentada na década de 1960 e os cursos de graduação em Jornalismo, que emergiram nos anos de 1940, tornaram exigência para o exercício profissional até o ano de 2009. Diante disso, torna-se relevante também analisar o saber produzido na academia e sua influência na constituição desse campo, como se verá no terceiro capítulo desta tese. Antes disso, porém, torna-se oportuno discutir o saber jornalístico levando em conta sua constituição na relação de saber-poder.

1.2 O PODER E O SABER JORNALÍSTICO

“[...] o poder não é algo que se detém como uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. Não existe de um lado os que detêm o poder e de outro aqueles que se encontram alijados dele. [...] o poder é algo

que se exerce, que se efetua, que funciona. E funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada num lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação”.

(MICHEL FOUCAULT, 2004b).

Nesta seção, pretende-se pensar o jornalismo/saber jornalístico considerando o poder exercido por diferentes agentes sociais, de modo a se formar uma rede de micropoderes. Isso não deve ser entendido somente por seus aspectos negativos, mas principalmente por sua positividade, no sentido de que produz e fabrica indivíduos, como adverte Foucault (2014b). A disputa pelo poder acaba tanto por influenciar sua constituição, suas transformações, quanto por construir discursos sociais tidos como verdadeiros.

Inicialmente, porém, faz-se necessário localizar o espaço em que as relações de poder ocorrem e verificar como o jornalismo vem se constituindo nessa malha de poderes e se relacionando com os demais. Torna-se então relevante um retorno aos séculos XVIII e XIX, no intuito de compreender em que solo ou *episteme* nasce e se desenvolve o jornalismo/saber jornalístico. Afinal, ele será o *húmus* que o nutrirá e o constituirá, levando em conta os discursos possíveis sobre esse ofício e seu saber.

Percebe-se que há no discurso jornalístico uma pretensão de que o ofício possa ser, para a sociedade atual, instrumento na busca pelo exercício democrático. Filho do Século das Luzes, o jornalismo/saber jornalístico parece carregar em seu código genético essa herança de luta por igualdade. Por outro lado, dá seus primeiros passos na sociedade disciplinar²⁹, caracterizada pela invenção das disciplinas que funcionam “como técnicas que fabricam indivíduos úteis” (FOUCAULT, 2012, p. 199), impondo-lhes “uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT, 2012, p. 133).

Nesse solo das disciplinas observou-se a burguesia se estabelecer como classe dominante politicamente, apoiada em um quadro jurídico explícito e codificado que garantia a igualdade, ao mesmo tempo “sustentado por mecanismos miúdos, cotidianos e físicos, por todos esses sistemas de micropoder essencialmente inigualitários e assimétricos que constituem as disciplinas” (FOUCAULT, 2012, p. 209). Os jornais se constituiriam permeados por esses discursos/poderes, exercendo o papel de instrumento de busca pela igualdade, ao mesmo tempo que, de forma discreta, serviriam também para fabricar o quê e

²⁹ De acordo com Deleuze (2013, p. 220), “Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades de disciplina [...]. Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

no quê pensar, como bem avalia a teoria do agendamento ou *agenda-setting*³⁰, formulada no século XX por McCombs e Shaw em 1972.

E por que não afirmar que o jornalismo/saber jornalístico serve à sociedade disciplinar, de modo a adestrar e tornar dócil e útil uma coletividade? Afinal, como bem adverte Foucault, “[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 2014b, p. 45). Nessa perspectiva, os jornais são disciplinas, ao mesmo tempo que exercem poder e produzem saber.

Foucault mostra que saber e poder se implicam, de modo que toda relação de poder acaba por constituir um campo de saber, e este, por sua vez, constitui também outras relações de poder. Escreve o autor: “Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber” (FOUCAULT, 2014b, p. 28). Assim, ele mostra que o hospital não só é lugar de cura, como também é “instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber” (FOUCAULT, 2014b, p. 28). A isso acrescenta outros exemplos, como a escola na origem do saber pedagógico, a prisão constituindo a criminologia e o hospício, a psiquiatria. “Mais especificamente, a partir do século XIX, todo agente do poder vai ser um agente de constituição de saber”, acrescenta Foucault (2014b, p. 28).

Em analogia a essa ideia, os jornais estariam na origem do saber jornalístico, ao mesmo tempo que tornariam públicos e visíveis os saberes de outras áreas, além de revelarem suas disputas pelo poder. Mas os séculos seguintes deixariam para trás essa configuração das sociedades disciplinares e anunciariam uma novidade: o surgimento das sociedades de controle. Acerca disso, Deleuze (2013, p. 220) escreve: “Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

De fato, a partir das últimas décadas do século XX observam-se transformações essenciais na forma como se estabelecem os modos de comunicação, principalmente com o advento da rede mundial de computadores, que muda a relação de tempo e espaço e permite novas formas de exercer o poder, já que a partir de então esse exercício se dá também de forma não presencial e conectada mundialmente. De acordo com Thompson (2008, p. 14), “de

³⁰ O paradigma da *agenda-setting* consiste na afirmação de que os meios de comunicação têm o poder de agendar os assuntos a serem debatidos na esfera pública. Este pressuposto influenciou inúmeros trabalhos desde sua formulação. O conceito foi construído inicialmente baseado na observação de pesquisa eleitoral, a fim de verificar a influência dos mídia no eleitorado. De acordo com Traquina (2001), a grande maioria dos estudos do agendamento refere-se a análises das produções de notícias construídas pelo campo jornalístico.

um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum”.

O solo do poder disciplinar, observado principalmente nos séculos XVIII e XIX, dá lugar à sociedade do controle, como anuncia Deleuze:

O que conta é que estamos no início de alguma coisa. No regime das prisões: a busca de penas “substitutivas”, ao menos para a pequena delinquência, [247] e a utilização de coleiras eletrônicas que obrigam o condenado a ficar em casa em certas horas. No regime das escolas: as formas de controle contínuas, e a ação da formação permanente sobre a escola, o abandono correspondente de qualquer pesquisa na Universidade, a introdução da “empresa” em todos os níveis de escolaridade. [...] No regime de empresa: as novas maneiras de tratar o dinheiro, os produtos e os homens, que já não passam pela antiga forma-fábrica. São exemplos frágeis, mas que permitiriam compreender melhor o que se entende **por crise das instituições, isto é, a implantação progressiva e dispersa de um novo regime de dominação** (DELEUZE, 2013, p. 229, grifo nosso).

E o jornalismo não está imune a essa crise³¹, a esse novo regime de dominação. Em a *Era das Distopias*, Tavares (2014) apresenta significativas transformações que acabam por formar um cenário amorfo e marcado pela imprevisibilidade neste século XXI. “Enfim, como a história não ilumina mais o futuro, na forma de uma ideologia, as pessoas estão perdidas, não sabem como se guiar do ponto de vista político, econômico”, afirma a autora (TAVARES, 2014, p. 24). De acordo com ela, o século XVIII rompeu com a tradição; já o XIX pautou-se na construção do discurso da igualdade e liberdade individual, política, econômica e o XX se orientou em função da reconstrução do mundo, da democratização, da planificação. O pensamento reformista, porém, chegou ao fim e, nesse contexto,

[...] O mercado é o estado natural. As desigualdades são o estado natural da sociedade. Naturalizou-se uma concepção de vida social a respeito da qual se passou um século inteiro combatendo. Mais: ao contrário do século XX, que organizou as massas, os sindicatos poderosos, organizações internacionais festejando o progresso, agora todos os interesses se fracionaram, se fragmentaram. O marxismo deixou de organizá-los (TAVARES, 2014, p. 25).

Ou seja, grande parte dos pensamentos que alicerçaram o século anterior vem sendo questionada. Surge a necessidade de se pensar uma outra coisa, de construir novos discursos e

³¹ Deleuze (2013, p. 223-224) afirma que, sucedendo as sociedades de soberania, as sociedades disciplinares entram em crise “[...] em favor de novas forças que se instalavam lentamente e que se precipitariam depois da Segunda Guerra Mundial: sociedades disciplinares é o que já não éramos mais, o que deixávamos de ser”.

validá-los, tarefa que o jornalismo atual assume na rede capilar de micropoderes, porém sem o sucesso do passado. Marcondes Filho explica que o jornalismo incorporou de tal forma as ideais iluministas que

[...] ele se viu órfão quando balançaram os alicerces da modernidade (falência do discurso humanista depois de Auschwitz e Hiroshima) e desorientado quando esta (o “progresso do homem”) começou a perder terreno diante da sedução mediática irracional e mágica (TV) e da hegemonia das técnicas no fim do século (MARCONDES FILHO, 2009, p. 17).

Nesse novo regime de dominação, o jornalismo/saber jornalístico parece estabelecer outra relação com o público, que supera sua importância referente aos índices numéricos da audiência ou de exemplares vendidos. Já não parece satisfatória, somente, a lógica em que os anunciantes eram conquistados pela credibilidade jornalística e o público tinha influência na produção jornalística à medida que comprava ou não os jornais, assistia ou escutava os telejornais e radiojornais, respectivamente. Tratava-se de um jornalismo baseado numa perspectiva muito mais unidirecional, em que as notícias eram produzidas no domínio das redações e de suas articulações com os departamentos publicitários, prontos a atenderem interesses políticos e econômicos das empresas jornalísticas. Mas o que se observa, principalmente desde as últimas décadas do século passado, é um jornalismo cada vez mais pautado na comunicação dialógica entre os produtores da notícia e o público, mesmo que qualquer informação às redações passe pelas lentes de seleção do jornalista.

Nesse contexto o público não só sugere assuntos, como também produz imagens e áudios com alto potencial de fazerem parte das matérias jornalísticas. A tecnologia tem possibilitado a intensificação desse processo de comunicação dialógica e também da participação do público na produção dos jornais. Os aparelhos tecnológicos portáteis, por exemplo, permitem capturar e exibir informações visuais e sonoras em tempo real para todas as partes do mundo. No caso específico do jornalismo de TV, torna-se aceitável veicular imagens, inclusive com baixa resolução e sem técnicas de iluminação e enquadramento, produzidas pelo público em geral, quando essas ajudam a contar melhor as histórias.

Com o desenvolvimento da computação e o surgimento da internet, os tradicionais meios de comunicação acabaram por migrar também para esse novo espaço, que chegou com a promessa de democratização da informação. Na rede mundial de computadores é possível a convergência das diferentes mídias – impressa, radiofônica e televisiva – num só lugar. Além de possibilitar o surgimento do webjornalismo, a chegada deste novo veículo de comunicação

permite a utilização de tecnologias mais acessíveis na criação de imagens e áudios, bem como exige uma velocidade maior no processo produtivo da notícia e possibilita a interatividade em tempo real, não só entre o produto jornalístico e o público, como entre os jornalistas e este. Nesse contexto, como advertem as novas Diretrizes dos Cursos de Jornalismo, já não é possível pensar o jornalismo/saber jornalístico como

[...] um processo social que se articula a partir da relação (periódica / oportuna) entre organizações formais (editoras / emissoras) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão (jornal / revista / rádio / televisão...) que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos) (BRASIL, 2009, p. 5).

O jornalismo/saber jornalístico, que até antes das duas últimas décadas do século XX parecia ter um maior controle sobre a visibilidade das informações, agora se encontra num campo de batalha com os novos produtores de informação: o cidadão comum que, munido de tecnologia, tem possibilidades de registrar, reconstruir, construir e veicular os fatos na rede mundial de computadores. A forma unidirecional de transmitir notícias perde o sentido com a internet, que requer do jornalismo uma relação com o tempo, com o espaço e com o público inimagináveis, sob instantaneidade e interatividade. O controle das informações jornalísticas, antes centralizado no domínio das empresas de comunicação e dos jornalistas, sofre influência direta do público, não só por sua audiência, mas também pelo seu potencial de produtor de notícias. Além disso, nunca na história da humanidade um meio de comunicação tinha permitido uma pluralidade de vozes como ocorre com a internet. Assim, o controle sobre a seleção de fontes pelo jornalista também se descentraliza e sofre interferência dos discursos dos cidadãos e das organizações, que cada vez mais passam a utilizar as informações/notícias de forma estratégica.

Nesse contexto, o campo jornalístico corre o risco de se fragilizar, pois ele perde o controle exclusivo sobre a produção e a veiculação de notícias. Afinal, como lembra Bourdieu (1997), o que torna possível a formação e sustentação de um campo é o domínio acerca de determinado saber ou técnica de maneira tal que seus integrantes professem saber o que outros grupos não dominam. De acordo com o documento das Novas Diretrizes dos Cursos de Jornalismo (BRASIL, 2009), o jornalismo/saber jornalístico apresenta uma nova fisionomia, em que as redações tradicionais não têm mais a hegemonia do poder de produzir notícias.

Na passagem de século, observa-se uma nova configuração na comunicação que afeta diretamente o jornalismo. A comunicação unidirecional, vertical e centralizada dá lugar a uma

comunicação cada vez mais fluída, interativa e multimidiática, como bem avalia o jornalista e professor Muniz Sodré (2010). Na atualidade, o público tem cada vez mais se apresentado como receptores ativos de mensagens. Acerca disso, o também jornalista e professor Mark Briggs (2007, p. 34) avalia que “os leitores não são mais receptores passivos de mensagens. Eles criam, compartilham e comentam. E eles esperam poder fazer isso também nos sites de notícias”. Diante disso, torna-se importante que o jornalismo avalie essa mudança no público. Comungando com a ideia da professora e jornalista Ana Carolina Rocha Pessôa Temer (2014) de que o jornalismo, na atualidade, estabelece o diálogo social, Mark Briggs (2007, p. 34) expressa: “a notícia é uma conversa, não uma palestra. [...] As pessoas querem participar [...]”.

As novas tecnologias tornam possíveis “novos modelos informativos [...] que tem abalado as certezas dos jornalistas e o próprio jornalismo enquanto instituição”. (TEMER, 2014, p. 86). Nessa nova configuração da comunicação, a luta pela exclusividade da produção noticiosa parece ser inglória, já que nos meios tradicionais os jornalistas também se encontram em relação de forças com a própria rotina produtiva, em que se estabelecem prazos e limites para fechamento e espaço/tempo de matérias; com as interferências organizacionais que ditam a linha editorial conforme, acima de tudo, interesses econômicos e políticos; e com a pressão do departamento publicitário sobre o jornalístico, pois aquele se preocupa muito mais com a venda de anúncios atrelada à audiência do jornalismo do que com o valor de utilidade pública das notícias.

É nessa rede de micropoderes exercidos pela empresa de comunicação, pela cultura profissional jornalística, pelo público, pelo processo de produção de notícias, influenciado diretamente pelo desenvolvimento tecnológico, pelas esferas econômica e política que o jornalista, o jornalismo e o saber jornalístico vêm ao longo dos anos sendo fabricados, enquanto constroem “realidades sociais”. É importante observar que todos esses elementos elencados sempre giraram em torno da visibilidade, cada vez mais possível graças aos avanços tecnológicos. Um retorno a acontecimentos cobertos jornalisticamente pode servir de exemplo para demonstrar esta questão: em vinte de julho de 1969, a chegada do homem à lua foi transmitida para todo o mundo e proporcionou um “ver coletivo” até então inimaginável. Segundo Barbosa,

[...] a transmissão televisiva da chegada do homem à lua foi um marco para esse meio de comunicação, que vinha construindo paulatinamente uma linguagem própria com uma grande promessa de que por meio dela o real fosse exibido. Mais que isso essa cerimônia exibida ao vivo pôde evidenciar

o poder que essa mídia tem de testemunhar a verdade (BARBOSA, 2013, p. 312-313).

Os jornalistas, mesmo não estando presentes fisicamente no local do acontecimento, puderam, por meio das imagens reproduzidas, ainda com pouca nitidez, construir a notícia de que o homem conseguira pela primeira vez chegar ao satélite. A partir de então, apoiado pelas imagens transmitidas de qualquer ponto do planeta, o jornalismo sustentaria a ideia de capacidade de mostrar a “realidade/verdade”. Acerca disso, Barbosa (2013, p. 312) conta que “No dia seguinte às transmissões ao vivo, todos os jornais, bem como as principais revistas, nas semanas que se seguiram, reproduziram como ícones da veracidade do acontecimento as imagens transmitidas pela televisão”.

Tome-se agora o exemplo do episódio de onze de setembro de 2001, em que o mundo acompanhou em tempo real o ataque às “Torres Gêmeas”. As cenas veiculadas na TV e na internet, embora parecessem parte de um filme, eram registros de um fato que acabara de ocorrer: um símbolo do poder dos EUA fora derrubado levando com ele muitas vidas e deixando o mundo em alerta. Tratava-se de uma notícia em que as imagens praticamente já diziam tudo. O “espetáculo” já havia sido produzido pelos terroristas. Pode-se afirmar até que foi uma produção meticulosa, a ponto de existir um intervalo de tempo entre atingir as duas torres. Aos jornalistas caberiam sua cobertura e exposição pública, com vistas a ampliar a visibilidade do ocorrido.

Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2012) mostra que o poder da visibilidade é bastante velho. Vemo-lo já no final do século XVII nas execuções públicas: “Nas cerimônias do suplício, o personagem é o povo, cuja presença real e imediata é requerida para a sua realização. Um suplício que tivesse sido conhecido, mas cujo desenrolar houvesse sido secreto, não teria sentido” (FOUCAULT, 2012, p. 56). A isso ele acrescenta: “[...] As pessoas não só têm que saber, mas também ver com seus próprios olhos. Porque é necessário que tenham medo; mas também porque devem ser testemunhas e garantias da punição, e porque até certo ponto devem tomar parte nela” (FOUCAULT, 2012, p. 57). O intuito era tornar públicas as torturas corporais, a morte, a confissão e o reconhecimento de que o crime é condenável socialmente, de modo a coibir novas ações do mesmo tipo e servir de prova jurídica. Ainda segundo o autor (FOUCAULT, 2012, p. 65), os folhetins, pasquins eram essenciais na exposição desses suplícios e acabavam desempenhando o papel de controle ideológico, o que coincidia assim com o “interesse da ‘curiosidade’” com o “interesse

político”. Na segunda metade do século XVIII, considerava-se a visibilidade dos castigos um dos princípios fundamentais do novo Código Penal. De acordo com Foucault,

Quando a Revolução Francesa se questiona sobre uma nova justiça, qual deve ser sua instância de julgamento? A opinião. Seu problema não era fazer com que as pessoas fossem punidas, mas que nem pudessem agir mal, de tanto que se sentiriam mergulhadas, imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros impediria de fazer o mal ou o nocivo (FOUCAULT, 2014b, p. 327).

Mas, ao mesmo tempo que a imprensa podia ser uma aliada nesse processo de exposição e visibilidade pública, era comum, por outro lado, a exaltação de feitos dos criminosos que passavam de malfeitores a heróis. Percebe-se uma ingenuidade em acreditar que as pessoas se tornariam virtuosas pelo fato de serem olhadas, como denuncia Foucault, ao apontar também para o fato de que a opinião poderia ser trabalhada de forma estratégica pela mídia:

[...] **deram à opinião uma autoridade considerável.** A opinião só podendo ser boa ou ser a consciência imediata de todo o corpo social, eles acreditaram que as pessoas iriam tornar-se virtuosas pelo simples fato de serem olhadas. A opinião era para eles como que uma reatualização espontânea do contrato. **Eles desconheciam as condições reais da opinião, os media, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.** [...] **esses media seriam necessariamente comandados por interesses econômico-políticos.** Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundira por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. **No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar** (FOUCAULT, 2014b, p. 339, grifos nossos).

Essa política do olhar, que centralizou a exposição dos castigos corporais na época do suplício, seria aos poucos abandonada por uma forma aparentemente mais amena de vigilância e controle, a que passaria a se dar por adestramento. Isso será observado por Foucault (2012) que, ao analisar as transformações na área jurídica e as formas de punição do século XVIII ao XX, apresentará o surgimento da sociedade disciplinar em que os quartéis, as escolas, as prisões, os folhetins e os demais meios de comunicação que se constituirão em seguida seriam espaços com alto potencial para tornar útil e dócil o indivíduo. Nessa

perspectiva o jornalismo exerceria o papel do *Panopticon*³², de Bentham, ao atuar como agente de vigilância por meio de uma política do olhar jornalístico³³ que torna visíveis e públicos os discursos de indivíduos e instituições. Controla assim, de certa forma, as ações sociais e interfere na forma como se dão as relações de poder. É importante destacar o posterior surgimento das sociedades de controle, “[...] que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (DELEUZE, 2013, p. 220).

É nesse contexto atual, em que é possível a comunicação de discursos de cidadãos e organizações pela rede mundial de computadores, além das mídias tradicionais, que o jornalismo/saber jornalístico se encontra atualmente: em meio a uma rede de poderes, confirmando o que Machado escreve no texto introdutório de *Microfísica do Poder* (MACHADO, 2014b, p. 12): “o poder não é um objeto natural, uma coisa; é uma prática social e, como tal, constituída historicamente”. Ou seja, o poder não é só repressivo, mas é, antes de tudo, guerra, tratando-se então de uma relação de força.

Complementando essa ideia, Manuel Castells (1999) afirma que na era da Informação os meios de comunicação não detêm o poder. Esse se exerce estrategicamente pelas redes de troca de informações e de manipulação de símbolos que estabelecem relações entre atores sociais, instituições e movimentos culturais, o que confirma a seguinte observação de Machado na introdução de *Microfísica do Poder* (MACHADO, 2014b, p. 14): “[...] Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social e esse complexo de micropoderes existem integrados ou não ao Estado”.

O filme *Hannah Arendt*, de Margarethe Von Trotta (2012), explicita o jogo de poder que o jornalismo exerce ao tornar público/visível os discursos. A capilaridade de poderes em exercício, de que fala Foucault (2014b), pode ser observada na demonstração de que não há poder absoluto, único, mas uma rede de poderes que disputam entre si seu exercício e a defesa de interesses, à medida que fabrica uma “realidade” social, legitimando ou validando discursos/saberes. O julgamento do nazista Adolf Eichmann, em Israel, tinha tudo para ser um espetáculo com final previsto para que a justiça decidisse pela condenação do réu, o que de fato ocorreu, porém com proporções inimagináveis inicialmente.

³² Em *Vigiar e Punir*, Foucault (2012) mostra como a sociedade disciplinar, na modernidade, utilizou-se do *Panopticon*, de Bentham, para vigiar e controlar. Tratava-se de um uma tecnologia de poder que atendia ao que educadores, industriais, penalistas e médicos procuravam. Uma vigilância econômica, num modelo de olhar invisível. Foi muito usada no final do século XVIII.

³³ O olhar jornalístico refere-se à forma como os profissionais de jornalismo selecionam os assuntos, fatos ou acontecimentos para transformá-los em notícias que são expostas publicamente nos meios de comunicação/mídia. Os estudos acerca da produção de notícias apresentam os valores-notícias que acabam determinando o que será exposto ao público.

A cobertura do julgamento por um prisma filosófico realizada pela filósofa política alemã, de origem judaica, Hannah Arendt (1906-1975), gerou polêmica pela exposição pública de posições e reflexões inesperadas. Os artigos escritos por ela para a revista *The New Yorker* revelaram que muitos dos que praticaram os crimes de guerra poderiam ser vistos como incapazes de pensar e este aspecto seria, sim, o grande mal do século, fenômeno batizado por “banalidade do mal”. Além disso, suas análises mostraram o envolvimento de judeus em atrocidades cometidas contra seus iguais, o que indicava a necessidade de observar que existe algo entre a resistência e a cooperação. Esse olhar singular sobre o caso Eichmann foi de encontro a todos os discursos possíveis e esperados na época.

As consequências da publicação dos artigos na conceituada *The New Yorker* evidenciam o poder que o jornalismo exerce ao tornar visível e público discursos e saberes, à medida que produz adesão ou rejeições por parte de outros agentes de poderes/saberes aos assuntos abordados, revelando a disputa pelo poder da legitimação de discursos sociais.

Essa questão da visibilidade, do tornar público, também merece atenção pelo fato de que as notícias são recortes da realidade que passam e são construídas a partir de valores-notícia comungados entre a comunidade jornalística, como avaliam Nelson Traquina (2001), Mauro Wolf (2002), Gaye Tuchmann (1993), Felipe Pena (2005), entre outros. Há um “prisma”³⁴ ou “óculos”³⁵ que determinam a forma como os jornalistas vêem e contam as histórias, como constroem significados e discursos. Nesse contexto, pode-se afirmar que as notícias são marcadas pelos valores-notícia estabelecidos por uma cultura jornalística. Levando isso em conta, Traquina (2001, p. 187) escreve:

[...] os mídia noticiosos foram e são definidos como um *Quarto Poder*, que guarda os cidadãos dos eventuais abusos de poder por parte dos governantes. Mas, no início do século XXI, um número crescente de agentes sociais, incluindo uma parte significativa da comunidade acadêmica, levanta a questão: “quem protege os cidadãos do *Quarto Poder*?”

Essa é uma questão que tem a ver também com a noção de saber-poder. Afinal, o jornalismo/saber jornalístico carrega um discurso constitutivo que promete muito mais do que, de fato, pode oferecer. Não se trata aqui de desvalorizar suas características e funções ou de diminuir sua importância social. Pelo contrário, trata-se antes de tudo de indicar a possibilidade de uma nova fase do jornalismo/saber jornalístico que se alimenta, agora, de

³⁴ Esse “prisma” ou “óculos” se relacionam aos valores-notícia da comunidade jornalística, tais como o novo, o inesperado, o sensacional e o contraverso. A partir deles o jornalista escolhe os assuntos que serão transformados em notícias.

³⁵ Bourdieu (1997, p. 25-26), afirma: “Os jornalistas têm óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado. O princípio da seleção é a busca do sensacional, do espetacular”.

uma configuração geral que Foucault e Deleuze (2013) denominaram sociedades de controle, possíveis nesta *episteme* moderna. Trata-se de apontar para o fato de que muitos dos conceitos e valores da área, constituídos desde o seu surgimento, necessitam urgentemente de revisão, como propõe Bachelard (1996).

Percebe-se uma certa utopia nos manuais e no ensino de jornalismo, uma idealização inalcançável no espaço atual em que se encontra. Daí uma certa desilusão frente às expectativas que o público e, geralmente, os recém-formados na área têm dele. Traquina (2008) oferece, como exemplo disso, a mitologia do caso Watergate, que consagrou o jornalismo dentro e fora dos EUA como vigilante dos poderes instituídos. Além desse, são vários os exemplos em que as notícias são fabricadas, orientadas muito mais por interesses do que por importância social. Muitas vezes o que se vê é um jornalismo “cor-de-rosa”³⁶, como apresenta Marshall (2003):

O jornal moderno virou o que Ismar de Oliveira Soares (1996) chama de “Jornal sem palavras”, já que prioriza a cor, as letras garrafais e a foto hiperdimensionada, em detrimento do conteúdo da informação. Howard Kurtz (1993) denomina essa nova linguagem de “jornalismo cor-de-rosa”, [...] Esse modelo de jornalismo desencadeado essencialmente pelo diário norte-americano USA Today, nos anos 1980, introduziu o hábito das páginas supercoloridas, os infográficos, layouts e designs mais arrojados, aumento da cobertura de esportes, notícias de comportamento, de moda e da previsão do tempo. A cobertura das notícias mais sérias, que exige maior investigação e maior profundidade, foi trocada por notícias de entretenimento, que têm maior efeito sobre a audiência e custam bem menos à empresa (MARSHALL, 2003, p. 27).

Acerca dessa nova forma da linguagem jornalística, Traquina (2008) afirma que o conteúdo das notícias é construído orientado por valores mercadológicos e políticos, em detrimento do que possa ser importante aos cidadãos saber para reivindicar e garantir os próprios direitos, bem como compreender seus deveres nessa lógica de sociedades de controle. Estas apresentam um novo regime de dominação que coloca em crise as instituições, entre elas as empresas jornalísticas e as universidades que se dedicam ao ensino de jornalismo.

Deleuze (2013, p. 224) explica que esse quadro se estabelece nessa transição das sociedades disciplinares para as de controle. Acerca disso, escreve: “Encontramo-nos numa crise generalizada de todos os meios de confinamento, prisão, hospital, fábrica, escola, família. A família é um ‘interior’, em crise como qualquer outro interior, escolar, profissional etc. [...]”. Observa-se um espaço constituído para além de palavras de ordem, como se

³⁶ O jornalismo “cor-de-rosa” se refere à forma que a linguagem jornalística vem se constituindo como estratégia para atrair e agradar o público, o anunciante e o dono das empresas jornalísticas.

verificava nas sociedades disciplinares. Deixam de ser essenciais o número e a assinatura, que marcavam o indivíduo em uma *massa*. Passam a ser valorizadas as cifras, as senhas, “que marcam o acesso à informação, ou a rejeição” (DELEUZE, 2013, p. 226).

Nesse solo, o jornalismo/saber jornalístico vê-se diante de novas exigências: produzir notícias sob pressões mercadológicas em que a publicidade e o marketing ditam as regras do conteúdo; os políticos e jornalistas tornaram-se “ELES”³⁷; os métodos dos *paparazzi* se naturalizam, assim como os escândalos políticos e catástrofes sociais diluem-se em um clicar de *mouse* ou de controle remoto, como se pelo simples fato de terem sido noticiados tivessem sido resolvidos. Distancia-se cada vez mais de um jornalismo ideal pregado pelos antigos manuais, que estão à espera de que suas poeiras sejam retiradas por produções de pesquisas engajadas com o saber jornalístico para trazer novidades e revigorá-lo.

Há um movimento nesse sentido, como será demonstrado ao longo desta tese, principalmente no meio acadêmico. Traquina (2008), por exemplo, propõe a mudança da questão “O *Quarto Poder* protege os cidadãos do abuso de poder dos governantes?” para: “Quem vigia o *Quarto Poder*?”; Pena (2005) e Souza (2002) apontam para a busca de autonomia do saber jornalístico e de uma teoria unificadora que possa organizar melhor as reflexões na área; Marshall (2003, p. 15) busca situar o jornalismo no espaço da pós-modernidade, em que “os saberes mergulham numa racionalidade de próteses, ícones e ânsias que antagonizam as formas e imagens, pluralizam os conceitos, refundam as ideologias, ‘desistorizam’ a consciência e domesticam a própria razão”.

A tarefa é complexa e assinala, acima de tudo, que o jornalismo/saber jornalístico vem se constituindo nessa trama de discursos e teias de micropoderes, nesse jogo de saber-poder. Torna-se oportuno o retorno à seguinte reflexão:

Se quisermos realmente conhecer o conhecimento, saber o que ele é, apreendê-lo em sua raiz, em sua fabricação, devemos nos aproximar, não dos filósofos, mas dos políticos, devemos compreender quais são as relações de luta e de poder. E é somente nessas relações de luta e de poder – na maneira como as coisas entre si, os homens entre si se odeiam, lutam, procuram dominar uns aos outros, querem exercer, uns sobre os outros, relações de poder – que compreendemos em que consiste o conhecimento (FOUCAULT, 2002, p. 23).

³⁷ Traquina (2008, p. 191-192) aponta para o fato de os jornalistas permitirem que os discursos e interesses políticos, mesmo em desacordo com os anseios dos cidadãos, contaminem os conteúdos noticiosos, pois isso não permitiria distinção entre jornalistas e políticos. Além disso, o autor acusa os primeiros de terem se tornado mesquinho, cínicos, arrogantes e estrelas.

CAPÍTULO 2

A CONSTITUIÇÃO DO SABER JORNALÍSTICO NO BRASIL

2.1 DA COMUNICAÇÃO ORAL AOS WEBJORNAIS

Por que será que tenho, também eu, a sensação que esta profissão não existe, que não tem de fato corpo, estatuto, que as práticas jornalísticas constituem na melhor das hipóteses um conjunto heterogêneo com limites incertos, pronto a se deslocar sob as pressões tecnológicas ou econômicas?

(JEAN-FRANÇOIS LACAN, 1994)

Partindo dessa questão polêmica que aponta para a sensação de inexistência da profissão jornalística e, conseqüentemente, pressupõe também um saber jornalístico “sem corpo e estatuto”, passa-se nesta seção a analisar como o ofício jornalístico vem sendo constituído no Brasil. Pensar na compreensão do jornalismo como campo profissional é, antes de tudo, bordejar a questão *O que é o saber do jornalismo?*, proposta por esta tese. É também entender que o saber jornalístico se constrói pelo discurso do ofício e por todas as variáveis que o condicionam a se apresentar da forma como hoje pode ser percebido.

Passa-se agora a uma exposição da constituição do jornalismo no Brasil, apoiada na *história das ideias*³⁸, no discurso histórico que constrói o ofício e, conseqüentemente, seu saber³⁹. Entende-se a necessidade de percorrer esse caminho a fim de explicar a formação do saber jornalístico a partir do saber-fazer. Além disso, acredita-se que o discurso histórico é também constitutivo desse saber, principalmente no meio acadêmico. A exposição não se aterá, porém, a elencar os principais jornais brasileiros ou os grandes nomes de sua história; muitas obras já os trazem. O que se pretende aqui é apresentar a constituição do jornalismo e de seu saber - que antes de tudo iniciou-se na prática -, a partir do que o discurso histórico diz.

Em um retorno à história, como já descrito nesta tese, pôde-se observar que o jornalismo não teve sua origem nas terras brasileiras. Os primeiros jornais impressos no mundo também não se deram aqui. O fato é que, quando a modernidade inaugura o jornalismo, como salienta Felipe Pena (2005), as terras brasileiras ainda não o produziam. Isso deve ser considerado, pois as primeiras experiências de jornalismo no Brasil serão importadas, principalmente da Europa e dos EUA.

³⁸ Foucault (2014a) afasta de seu projeto arqueológico a ideia de se fazer história das ideias. Sua proposta é outra. É antes de tudo descrever *epistemes*, a fim de verificar como os saberes se constituem. Abandona-se essa orientação nesta seção, porque entende-se que o objeto deste estudo conclama para sua compreensão um retorno à história das ideias, que levará em consideração os aspectos externos ao pensamento, as causalidades.

³⁹ É importante considerar aqui a noção de *saber-poder* apresentada no capítulo anterior.

Martins e Luca (2008, p. 24) destacam que antes da chegada da corte portuguesa, em 1808, já havia textos impressos e manuscritos de autores brasileiros que iam “[...] desde narrativas históricas até poesias, passando pela agricultura, medicina, botânica, discursos, sermões, relatos de viagens e naufrágios, literatura em prosa, gramática e até polêmicas”. Entretanto, não era possível falar na existência de um jornalismo brasileiro até então.

Nessa época, o Brasil era uma sociedade colonizada que apresentava uma cultura arcaica e predominantemente oral, sofria vigilância e controle sobre impressos e dependia de autorização da metrópole para instalações de gráficas. Além disso, como observa Ternes (2006, p. 69) ao analisar as ideias de Anísio Teixeira acerca da ciência e da educação brasileiras, o país transplantava “uma estrutura intelectual e um modo de perceber o mundo, da Metrópole para a Colônia”.

O grande revés é que a metrópole portuguesa não se integrara ao movimento europeu de modernidade e o resultado seria o atraso no progresso da educação e da ciência. Segundo Ternes (2006, p. 68), “[...] a ciência e a cultura aqui encontradas não mereceriam nem mesmo o nome de clássicas, pois se constituíam em retrocesso para uma idade pré-clássica, ao que há de mais pobre na Idade Média”. Essas condições econômicas, políticas e culturais se dariam como obstáculos iniciais à constituição do jornalismo no Brasil.

Sendo assim, ainda no final do século XVIII e início do XIX talvez pudesse se falar em um pré-jornalismo brasileiro, se considerada a forma como circulavam as informações na colônia portuguesa. A professora e jornalista Marialva Barbosa (2013, p. 27), em *História da Comunicação do Brasil*, relata que, além dos padres letrados, livros e jornais oriundos da Europa - “sobretudo a Gazeta de Lisboa”-, faziam-se leituras coletivas em público pelos poucos que dominavam a linguagem escrita. E mesmo antes das gráficas se instalarem por aqui e permitirem a impressão dos primeiros jornais, a atividade dos copistas possibilitava a cópia de textos e sua fixação e leitura em espaços públicos.

Ainda de acordo com essa autora, os modos orais e visuais de comunicação prevaleciam também nas narrações de histórias, cânticos religiosos, cantigas africanas e registros visuais nos muros da cidade do Rio de Janeiro. Vale ressaltar que esses modos de comunicação e essa reprodução do jornalismo - da metrópole, inclusive - contribuíram para desenvolver hábitos e competências para o ouvir e o olhar, tão importantes para a constituição do jornalismo que seriam veiculados posteriormente em diferentes meios de comunicação, com características singulares em cada uma delas, como se verá no decorrer deste capítulo. É importante atentar-se também que começava, a partir de então, a se formar o público e o espaço público do jornalismo no Brasil.

Os autores Martins e Luca (2008) e Barbosa (2013) relatam que as últimas décadas do século XVIII apresentavam condições necessárias para a implantação da imprensa no Brasil, que ocorreria com a chegada da Família Real, a partir de 1808, um atraso de 308 anos em relação à Europa e América do Norte. Segundo o professor e jornalista José Marques de Melo,

[...] o Brasil foi um dos últimos países das Américas a contar com o funcionamento da imprensa. Três séculos depois da instalação da tipografia na América Espanhola e dois séculos após o surgimento na América Inglesa é que o Brasil ingressaria no período histórico que mais tarde Marshall McLuhan chamou de “Galáxia de Gutenberg” (MARQUES DE MELO, 1982, p. 70-79).

De acordo com Barbosa (2013), a instalação da Impressão Régia foi oficializada por D. João VI em 13 de maio de 1808, com o objetivo de imprimir os documentos oficiais do governo, livros e a *Gazeta do Rio de Janeiro*⁴⁰, então submetidos à censura da Mesa do Desembargo do Paço e da Junta Diretora da Impressão Régia. Entre os historiadores não se chegou a um consenso em relação ao primeiro jornal impresso brasileiro: se a *Gazeta do Rio de Janeiro* ou o *Correio Braziliense*⁴¹. O fato é que, nesse primeiro momento, a imprensa e os jornais eram coisas distintas, como avalia Barbosa:

[...] A imprensa servia, portanto, para que os “atos e providências de diferentes governos chegassem ao conhecimento de todos. Mas, os jornais tinham outras funções: definir a posição política adotada; expressar opiniões e juízos de valor; discutir as palavras da ordem do dia; e de instruir, educar, enfim, levando as Luzes àqueles que estavam imersos nas trevas da ignorância (BARBOSA, 2013, p. 74).

Desde a criação da *Gazeta do Rio de Janeiro* e do *Correio Braziliense*, vários outros títulos foram impressos no solo brasileiro nesses mais de duzentos anos de imprensa/jornalismo. Este estudo não se aterá a apresentá-los, pois o que importa nesta investigação é apontar a constituição do saber jornalístico, suas condições de possibilidade, suas transformações, os conceitos formados e transformados. Dentro dessa perspectiva, vale um retorno ao pensamento das autoras da obra *História da Imprensa no Brasil*:

⁴⁰ Fruto da Impressão Régia instalada no Brasil com a vinda da Corte portuguesa, a *Gazeta do Rio de Janeiro* inicia sua circulação em 10 de setembro de 1808. Criado para difundir ideias da Corte, esse jornal circulou até o ano de 1821.

⁴¹ O jornal *Correio Braziliense* foi publicado em Londres em junho de 1808 por Hipólito José da Costa Furtado de Mendonça. Embora defendesse a ligação entre Brasil e Portugal, o jornal apoiava ideias liberais. Circulou até dezembro de 1822, ano em que foi decretada a Independência do Brasil. “Oposicionista e crítico, o periódico era feito na Inglaterra, mas discutia os problemas da Colônia e atravessava o oceano Atlântico para circular aqui” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 7).

A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado. (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8).

Sendo assim, não é de se espantar que os primeiros passos dos jornais impressos brasileiros ou gazetas/periódicos, como eram denominados na época em que surgiram, tivessem o objetivo de iluminar, por meio da palavra impressa, essa sociedade que, no início do XIX vivia sob o absolutismo, apresentava uma população em sua maioria analfabeta e ainda se servia do trabalho escravo.

É nesse contexto que, segundo Barbosa (2013, p. 77), “[...] o jornal pretendia ser tribuna política, ao mesmo tempo em que tinha também a função de iluminar os espíritos incultos”. Analisando trechos de folhas periódicas do período de 1820 a 1840, a autora mostra como os jornais impressos assumiram o papel de construtores de uma esfera pública: “com frequentes batalhas verbais na cena pública, transformando o jornalismo em teatro performático” (BARBOSA, 2013, p. 78).

Segundo Martins e Luca (2008, p. 104),

uma radiografia rápida da imprensa brasileira desde suas primeiras publicações evidencia as raízes políticas da atividade jornalística; constituíram-se sempre a partir de grupos de interesse que viam na imprensa um meio de propagação de suas ideias e aspirações.

Comungando com essa ideia, Sodré (1998, p. 121-122) acrescenta que “a imprensa se desenvolve em estreita ligação com a atividade política: aparece antes e cresce mais depressa nos centros em que aquela atividade é mais intensa; demora e cresce mais lentamente nos outros, nas províncias que se mantêm politicamente atrasadas”.

Percebe-se que esses periódicos/gazetas já demonstravam uma tendência para a veiculação de ideias políticas. De fato, eles teriam papel decisivo na formação da opinião pública, que, segundo Martins e Luca (2008, p. 33), “era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral”. As autoras destacam que esse conceito de opinião pública vale para a primeira metade do século XX - período artesanal da imprensa e não empresarial. Podia-se ver o jornal como lugar de desenvolvimento de uma esfera pública, ou seja, espaço de argumentações ou discussões políticas que acabariam por conduzir à formação de opinião.

É importante ressaltar que o conceito de opinião pública vai ser modificado, como demonstram os estudos do alemão Jürgen Habermas, em *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Analisando as ideias deste filósofo e sociólogo, os autores Wilson Gomes e Rousiley Maia (2008) mostram que a opinião pública está bem longe de seu conceito originário, do debate público-argumentativo grego. Hoje, a argumentação de assuntos de interesse comum aos cidadãos em espaços públicos no intuito de uma formação de opinião pública foi substituída pela exposição e visibilidade de assuntos de interesses privados forjados como públicos, a fim de se alcançar maior adesão. Segundo esses autores,

Hoje se fala de opinião pública também em outros sentidos. O primeiro desses sentidos alternativos produz uma equivalência entre a opinião pública e a opinião publicada. [...] Opinião pública como opinião publicada é uma opinião seminal; não é pública porque produzida por muitos, mas porque, em função da sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a ela aderir, assumindo-a como própria. Se eu sou um publicador de opinião (na verdade, os publicadores de opinião preferem pensar de si que são formadores de opinião) é porque produzo opiniões que outros vão assumir e replicar. Naturalmente, o centro produtor de opinião publicada é a comunicação de massa e os agentes centrais do sistema são os príncipes da opinião do jornalismo e da televisão (GOMES; MAIA, 2008, p. 113).

Nessa primeira geração da imprensa brasileira, marcada pelo domínio de um Estado censor e por uma imprensa não empresarial, não era possível pensar em uma formação de opinião pública nos moldes midiáticos de hoje. Além disso, o Brasil apresentava um quadro de jornalistas, conhecidos por redatores panfletários ou gazeteiros, formado por letrados que, na função de “homens públicos”, revelavam traços de patriotismo e se embalavam na missão de difundir, principalmente, ideias políticas e pedagógicas⁴². Ou seja, o jornalismo, os jornais impressos e os jornalistas não eram o que hoje são. Nesse contexto, o papel do jornalismo impresso foi decisivo na constituição do jornalismo no Brasil e na construção da própria história brasileira. Como avalia Barbosa:

Pelos modos de comunicação impressos, pelas folhas perenes ou efêmeras se difundiam opiniões, palavras de ordem, posições políticas, na tentativa de construir uma nação que primeiro se fez imaginária e só paulatinamente, com o apoio da retórica dos atos performáticos comunicacionais, foi se constituindo (BARBOSA, 2013, p. 97).

Várias obras que abordam a história da imprensa no Brasil revelam o poder do jornalismo na construção da sociedade e, ao mesmo tempo, a transformação desse ofício

⁴² Essa informação é encontrada em várias obras referentes à História da Imprensa no Brasil: Martins e Luca (2008); Barbosa (2013); Sodré (1998), entre outros.

desde a sua implantação. Em uma compilação desses estudos, o jornalista e professor Joãoomar Carvalho de Brito Neto (2012) mostra o quanto o jornal impresso teve papel essencial na luta pela independência e liberdade de expressão ocorridas no Primeiro Reinado (1822-1831), nas revoltas do período Regencial⁴³ (1831-1840), quando várias províncias lutaram por autonomia, e em revoluções durante o Segundo Reinado (1840-89). Segundo ele,

O nascente jornalismo brasileiro refletiu intensamente o ardor e o clima destes movimentos políticos, a partir do processo da independência. [...]. Este ambiente era propício ao surgimento de jornais, para expressar os diversos pontos de vista dos cidadãos e as novas demandas da sociedade que se organizava (BRITO NETO, 2012, p. 20).

É importante destacar que inicialmente os jornais impressos apresentavam poucas páginas, geralmente quatro. As notícias não se dividiam em retrancas, como se apresentam hoje. A periodicidade também não era obedecida com rigor. Além desses periódicos, havia também folhas, folhetos, cartas e jornais manuscritos. Estes possibilitavam a leitura em lugares públicos onde geralmente eram pregados e, por sua vez, acabavam por contribuir para a criação do hábito da busca pela informação. Os jornais impressos usariam essa técnica de ampliação de público ainda no início do século XX, quando poderiam ser lidos de forma coletiva nas portas das empresas jornalísticas, onde eram fixados.

Outro ponto a ressaltar referente a essa fase inicial da imprensa no Brasil diz respeito à sensação de verdade gerada pela palavra impressa. Barbosa (2013, p. 76) explica que as informações fixadas no papel do jornal o tornavam “verdade indelével”. Esse valor de verdade iria acompanhar o desenvolvimento do jornalismo; seria usado como discurso de legitimação da informação jornalística que procurava se diferenciar das demais por essa característica.

Além disso, as notícias nos jornais/periódicos ainda não seguiam as regras técnicas de confecção de texto jornalístico. Como grande parte dos redatores era oriunda das áreas de Letras e Direito, ou composta por profissionais liberais e padres, os textos ainda não eram escritos levando em conta os valores-notícia: atualidade, objetividade, imparcialidade. Nesse primeiro momento a notícia no jornal ilustrava, esclarecia, difundia conhecimento. Não se dividiam seções para comentários, cartas, opiniões, notícias, editorial, políticas, cidades, como

⁴³ Os **pasquins** marcaram o período Regencial, que, segundo Brito Neto (2012, p. 22), pode ser considerado um dos mais ricos do nosso jornalismo. “Eram jornais à flor da pele: eles tratavam, desde problemas pessoais até às questões políticas mais importantes”. Entre suas características, citam-se: linguagem virulenta e injuriosa; efemeridade; produção anônima; referência às personalidades políticas por meio de apelidos geralmente de baixo nível e invasão da privacidade.

se vê hoje. Com o tempo, a política passou a dividir espaço com assuntos variados dirigindo-se à sua dimensão comercial, segmentando os assuntos e públicos.

Na segunda metade do século XIX, as revistas ilustradas possibilitaram uma nova educação do olhar e uma forma estratégica de estimular a leitura por meio de fotos e figuras, ao criarem a sensação de estar diante da realidade. O desenvolvimento técnico de equipamentos⁴⁴ que registravam o mundo e o imprimiam foi fundamental nesse processo. Outra invenção primordial na construção do jornalismo foi o telégrafo, que deu outra dimensão à noção de tempo e o espaço; foi extremamente importante para agilizar a circulação de informações textuais e visuais, independente das distâncias.

As mudanças nas cidades brasileiras - oriundas do processo de emancipação, urbanização, industrialização e desenvolvimento técnico - publicadas nas páginas dos jornais e revistas formaram um acervo documental que se tornaria suporte de memória coletiva, como bem assinala Barbosa (2013, p. 194): “[...] A imagem como fragmento tornava-se memória capaz de fixar aquilo que rapidamente não mais estaria na cena urbana. Memória fragmento tentando estancar o tempo acelerado, que destruía o passado e antecipava o futuro”.

E é nesse ritmo que a invenção da imprensa de grande tiragem chega ao Brasil no final do século XIX e início do XX transformando o jornalismo. As inovações tecnológicas possibilitariam agilidade no processo de produção dos jornais. As notícias passaram a buscar além da “verdade”, a atualidade. Outra característica almejada era a imparcialidade e, para isso, a distribuição das informações nas páginas dos jornais ocorreria na forma de colunas destinadas à opinião e à informação, com preferência à publicação de notícias informativas. As ilustrações e fotos também foram se aperfeiçoando, tanto no que diz respeito ao modo como eram produzidas quanto no que concerne à reprodução, por máquinas cada vez mais sofisticadas. Os jornais diários eram, enfim, possíveis. Uma nova lógica comunicacional surgia, em que as percepções de tempo e espaço já não eram as mesmas. Segundo Barbosa (2013, p. 196), “O mundo se tornava próximo e visível. [...] A possibilidade de saber o que se passava no mundo em poucas horas construía gradativamente outra espacialização. O mundo se tornava mais compacto. A temporalidade ganhava nova dimensão”.

Os jornais impressos, agora seguindo uma lógica empresarial, buscavam ampliar o público. Um fator essencial para que isso fosse possível foi o avanço do sistema educacional, que ampliou o número de leitores. Já se anunciava aí a comunicação de massa que seria fortalecida pelo meio radiofônico. Os avanços tecnológicos contribuíram para que isso

⁴⁴ Entre essas tecnologias podem ser citadas: daguerreótipos, litografias, cosmoramas, cartas de visitas e cinematógrafos (BARBOSA, 2013).

ocorresse, ao permitirem a impressão de um número bem maior de exemplares e com mais qualidade e rapidez. Os valores de atualidade, novidade e realidade eram reforçados como características que vinham sendo construídas paulatinamente. As informações publicadas nos jornais precisavam trazer o mais atual, o novo, revelando a “realidade” do mundo que se transformava. Entre os primeiros tempos de imprensa artesanal e da empresarial que se formava, era possível observar grandes transformações.

Na segunda década do século XX, o progresso técnico tornou possível o veículo de comunicação radiofônica. Num primeiro momento, o público teve acesso ao rádio de galena, em que era possível a escuta individual; posteriormente, à radiotelefonía, em que o som ainda apresentava muitos ruídos. Essa nova forma de receber o som em tempo e espaço diferentes foi bem recebida pela população que, ao adquirir os aparelhos, montava os próprios receptores. A novidade era anunciada nos jornais diários e revistas. Seus leitores aproveitavam a interatividade possível à época - carta ao leitor - para tirar dúvidas frequentes sobre esse aparelho tecnológico, tais como os modos de montagem e uso. Como observa Barbosa (2013, p. 216), “estava se criando naquele momento um idioma de escuta”.

A comunicação por meio de ondas sonoras invisíveis permitiu pensar uma linguagem jornalística com características peculiares, adequadas ao meio radiofônico, que já nasceu sob o controle e vigilância do poder estatal. Pelo fato de o rádio difundir informações com longo alcance territorial e em tempo bem mais ágil que os jornais impressos e revistas, a estruturação de emissoras radiofônicas sofreu intervenções do Estado, que também se utilizou desse meio para autopromoção.

Nesse contexto, a primeira rádio do Brasil - Rádio Sociedade do Rio de Janeiro - foi instalada dentro da Academia Brasileira de Ciência. Priorizou-se inicialmente uma programação erudita e educativa. A grande novidade da comunicação mediada pelo rádio é que o público passaria a fazer parte da mensagem difundida. Além disso, a linguagem oral e mais informal, se comparada com a dos jornais impressos e revistas, dava a sensação de proximidade entre os produtores das informações e os receptores.

A sensação de participação nos acontecimentos e de pertencimento a um território cada vez mais extenso também fazia parte dessa era inaugurada pelo rádio, em que se via, mais uma vez, serem alterados os modos de comunicação na sociedade brasileira. Além disso, para o grande universo de pessoas que ainda não dominavam o mundo das letras, ouvir as informações difundidas nas ondas sonoras era possibilitar-lhes o contato com as notícias sem o intermédio dos que dominavam a leitura. Começava aí a concorrência entre os meios

impresso e radiofônico, com a morte dos jornais impressos anunciada em vários estudos da área da Comunicação Social:

[...] A emergência de novos meios, a proliferação das revistas especializadas, as transformações na vida quotidiana aceleravam gradualmente o tempo dedicado à leitura dos jornais e a sua inclusão no tempo da vida. Havia cada vez menos espaços para as edições matutinas e vespertinas que na primeira metade do século XX eram comuns à maioria das grandes empresas jornalísticas (BARBOSA, 2013, p. 294).

O rádio possibilitou a ampliação do público das informações construídas jornalisticamente. Sua linguagem mais informal, se comparada aos impressos, de início já permitiu maior proximidade com o público. Mas a rapidez com que se podia veicular informações jornalísticas nesse meio foi um dos grandes diferenciais que acabou por influenciar na constituição de características específicas da produção do jornalismo radiofônico e na sua linguagem. Com o radiojornalismo, a política ganhou mais um palco para expor seus discursos, além da mídia impressa. Em referência à crise política do governo de Getúlio Vargas (1882-1954), Barbosa escreve:

Praticamente todos os grandes jornais uniram-se num bloco de poder contra Vargas, na crise que culminaria com o suicídio do presidente em 24 de agosto de 1954. Ao seu lado, apenas o popular Última Hora fundado por Samuel Wainer em 1951, exatamente para ser o jornal que apoiaria o governo. Em meio à crise que se agravava profundamente a partir de 1953, muitos acontecimentos políticos foram amplificados pelas ondas sonoras do rádio. Acompanhava-se o desfecho das tramas políticas como capítulos de novelas que não cessavam de construir cada dia um novo clímax pelos receptores, que agora estavam em muitos ambientes e em muitos lugares (BARBOSA, 2013, p. 242).

Nessa época, o rádio ainda dominava os lares brasileiros, ao passo que a TV não era acessível à grande parcela da população. Alguns anos antes, os jornais e revistas já anunciavam, por meio de anúncios publicitários e notícias, a chegada ao Brasil dessa invenção tecnológica, que mais uma vez transformaria o modo de comunicação social. Aos poucos, as pessoas tomariam conhecimento do aparelho que dominaria os lares dos brasileiros. A Feira de Exposição da Televisão, em 4 de junho de 1939, oferecida pelos alemães em troca de apoio do governo brasileiro em suas intenções bélicas - que culminariam na Segunda Guerra Mundial -, causou deslumbramento por parte do público e dos meios de comunicação. Para o domínio dessa nova tecnologia foram criados cursos técnicos de TV que eram oferecidos de forma presencial e por correspondência pelo Instituto Rádio Técnico Brasileiro e o Instituto

Rádio Técnico Monitor. Contudo, a implantação do sistema televisivo só se daria em 1950 pelos *Diários e Emissoras Associadas*, de Assis Chateaubriand⁴⁵.

De acordo com Paternostro (1999, p. 29), nos primeiros dez anos de TV brasileira, “o aparelho televisor ainda era um artigo de luxo. Em 1954, existiam 12 mil aparelhos no Rio e em São Paulo; em 1958, eram 78 mil em todo o país”. Ainda de acordo com ela, a expansão de novas instalações de emissoras por todo o país, a queda no valor dos aparelhos e o crescimento e sucesso das produções televisivas atraíram as agências de propagandas e anunciantes. A fórmula financeira para a sobrevivência e lucro desse meio de comunicação já anunciava o que Leandro Marshall (2003) apresenta em sua obra *O jornalismo na era da publicidade*: a relação de poder entre o público, a publicidade e o jornalismo, sendo que este teria suas características alteradas por sofrer influências diretas e indiretas da área comercial.

Além da dependência do setor comercial, o jornalismo sofreria intervenções da esfera política⁴⁶. Além disso, por se tratar de um meio audiovisual, a televisão acionaria a percepção do olhar, não só do ouvir. Nascia a era do *Príncipe Eletrônico*⁴⁷, como denunciam Otávio Ianni (1999) e Barbosa (2013):

Recuando-se no tempo, percebe-se que a técnica, determinante na construção do caráter das imagens e das discussões propostas ao espectador, fazia com que existisse outro regime tanto na expressão quanto no conteúdo. A intenção era exatamente evidenciar a diferença entre os olhares eletrônico e humano. A imagem grifava esta diferença para o receptor, informando-o que um olhar ampliado do mundo era a nova maneira de torná-lo visível. E aquele olhar eletrônico tinha o poder de penetrar onde o olho humano jamais poderia estar. Na tela estava revelado um mundo até então invisível para o público, um mundo que, embora num primeiro momento parecesse próximo, estava distante. O evento fundador do caráter cerimonial da televisão fez

⁴⁵ Em setembro de 1950 foi inaugurada oficialmente “a PRF-3 TV Difusora, depois TV Tupi de São Paulo. Primeiro canal 3, mais tarde canal 4 – a pioneira da América Latina” (PATERNOSTRO, 1999, p. 28). De acordo com Rezende (2000), dois dias depois foi ao ar seu primeiro telejornal, o *Imagens do Dia*.

⁴⁶ São exemplos de intervenções da esfera política na constituição da TV brasileira: a criação da TV Globo em 1965, com apoio ilegal do grupo norte-americano *Time Life*, e sua expansão em todo o território brasileiro devido à constituição da Empresa Brasileira de telecomunicações (Embratel); a cassação da TV Excelsior pelo governo militar; a censura prévia na década de 1970 aos conteúdos dos programas televisivos; o fim da Rede Tupi, que por seu endividamento também foi cassada pelo governo e teve suas emissoras divididas entre os grupos empresariais Grupo Bloch e Sílvio Santos; as concessões de emissoras de rádio e TV a parlamentares em troca de apoio político no Governo de José Sarney (1985-1990).

⁴⁷ Otávio Ianni (1999) se refere à TV e à internet, como sendo o Príncipe Eletrônico que substituiu as ideias do Príncipe de Maquiavel e Gramsci. De acordo com ele, “[...] O príncipe eletrônico pode ser visto como uma das mais notáveis criaturas da mídia, isto é, da indústria cultural. Trata-se de uma figura que impregna amplamente a política, como teoria e prática. Impregna a atividade e o imaginário de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais, nações e nacionalidades, em todo o mundo. Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, legislativo, executivo e judiciário. Permanente e ativo, situado e ubíquo, visível e invisível, predomina em todas as esferas da política, adquirindo diferentes figuras e figurações, segundo a pompa e a circunstância” (IANNI, 1999, p. 24).

com que se materializasse a ideia de que esta mídia era capaz de registrar o acontecimento no momento mesmo de sua produção. Instaurava-se um presente histórico governado pelo olhar eletrônico da televisão (BARBOSA, 2013, p. 312-313).

Assim, o telejornalismo exibiria características específicas. Seria marcado, diria Benjamin (1994) por uma “aura” de magia e técnica, proporcionada pelo meio televisivo, que cria uma nova forma de estar no mundo. A partir de então torna-se possível conhecer lugares, viver situações e dividir opiniões, mesmo não estando presente. Dá-se uma sensação de pertencimento. Apesar de não se tratar de uma comunicação dialógica, há uma sensação de diálogo entre o telespectador e as imagens em movimento. Com certeza muitos já responderam ao “boa noite” dos encerramentos de telejornais, já replicaram em voz alta os comentários de âncoras, entre outros exemplos. Além disso, o formato fragmentado de relatar os fatos, apesar de retirar do todo partes essenciais, permite a sensação de se haver com os fatos reais, comprovados pela imagem e som que acompanham o texto explicativo. Acerca disso, Deleuze faz o seguinte alerta:

O jornalismo constrói uma comunicação social por meio de uma linguagem específica, mas que é também antes de tudo um sistema de comando. [...] As ideias, agindo como palavras de ordem, se encarnam nas imagens sonoras ou nas ondas sonoras e dizem o que nos deve interessar nas outras imagens: elas ditam nossa percepção. Sempre existe um “golpe” central que normaliza as imagens, subtraindo o que não devemos perceber (DELEUZE, 2013, p. 60).

Os primeiros telejornais exibidos no Brasil eram bem simples, a grade de programação das televisões apresentava poucos horários de noticiários e ainda não era possível a instantaneidade. Grande parte dos profissionais eram oriundos de emissoras radiofônicas e não tinham experiência com o novo meio. Assim, o telejornalismo em sua fase inicial seguia o estilo de texto e apresentações com locuções ritmadas, vibrantes e fortes como no rádio. Com o avanço tecnológico, as produções foram se tornando mais sofisticadas e sua linguagem especializada. O *videotape* seria uma das tecnologias essenciais que contribuiriam para desenvolver as especificidades da linguagem telejornalística em construção.

Aos poucos, a linguagem específica do jornalismo na TV se altera, em relação à herança radiofônica, e apresentaria cada vez mais peculiaridades. O padrão de qualidade⁴⁸ implantado pela Rede Globo na década de 1970 também influenciaria a constituição dessa linguagem, já que iria ditar o formato e o estilo dos telejornais de outras emissoras. Numa

⁴⁸ Foi a partir do padrão de qualidade Globo que se eliminou o improviso, adequaram-se os cenários, estabeleceu-se duração do noticiário com hora exata para iniciar e terminar, padronizaram-se texto, imagem, locução e visual de apresentadores e repórteres.

busca de diversificação do público e pelo anseio de maior audiência, surgiram, na década de 1990, programas telejornalísticos que destoantes desse estilo mais formal possibilitariam maior identificação com o telespectador. Observam-se programas telejornalísticos mais populares, sensacionalistas, que trazem um formato de narrar mais informal e imagens de apoio em planos sequência, com o intuito de estimular a sensação de realidade⁴⁹.

Essa segmentação do público ocorreria de forma mais intensa com o surgimento das TVs por assinatura, que se expandiram por todo o território brasileiro. Fundou-se o primeiro canal de jornalismo 24 horas do Brasil - o *Globo News* (1996), seguido pela *Band News* (2001) e *Record News* (2007); este último, canal aberto. É importante destacar que a tendência à segmentação não exclui o público como multidão que se coloca diante das notícias veiculadas na TV; como escreve Barbosa (2013, p. 333):

O público-massa é o ator central durante todo o século XX. A televisão, por outro lado, deve ser vista como o meio de comunicação, inclusive do ponto de vista narrativo, destinado a este público massa. É onde essa multidão se apresenta como síntese da imagem do século XX.

Mas como bem anunciam Octavio Ianni (1999), Thompson (2008) e Barbosa (2013), as últimas décadas que antecederam o terceiro milênio são marcadas por transformações singulares nos modos de comunicação social. E o jornalismo/saber jornalístico mais uma vez seria influenciado pelas revoluções tecnológicas. A mais recente, em especial, reformularia as rotinas produtivas da notícia, sua linguagem e a própria cultura jornalística. Se as máquinas de escrever vinham se tornando artigos de museus, cada vez mais distantes ficaram do mundo digital, todo conectado. Barbosa (2013) afirma que o trabalho do jornalista em termos de tempo e espaço ganhou com o avanço tecnológico, pela rapidez com que agora se transmite a informação e pela possibilidade de acesso imediato às notícias do mundo. Mas a autora faz o seguinte alerta: “há que se ter em mente que a profusão de informação significa muitas vezes acesso à desinformação” (BARBOSA, 2013, p. 343).

Ainda de acordo com a autora, nesse cenário, o jornalismo/saber jornalístico “[...] se transformava, assim, numa das profissões consagradas do tempo mundo e do tecnocosmo” e se inscrevia numa lógica na qual não haveria “[...] espaço para o intervalo. Era preciso transformar - imediatamente - o evento em acontecimento, mostrando-o no instante mesmo de sua produção” (BARBOSA, 2013, p. 361).

⁴⁹ Paternostro (1999) cita como exemplos pioneiros desses telejornais o programa *Aqui e Agora*, exibido pelo SBT; e *Cidade Alerta*, veiculado na Rede Record.

Importante trazer para este contexto a seguinte reflexão de Deleuze (2013):

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte (DELEUZE, 2013, p. 220).

Conforme os avanços tecnológicos que ocorrem na área, podem ser observadas interferências dos subsistemas político, econômico, acadêmico e social que influenciam a transformação no modo de fazer e receber notícias. Uma cultura jornalística edifica-se mediante essas forças externas, e estas, ao mesmo tempo que exercem poder sobre o campo jornalístico, são afetadas por ele. É nessa rede complexa de *micropoderes*, como anuncia Foucault (2014a), que o jornalismo/saber jornalístico vai se constituindo. As influências, positivas ou negativas, oriundas de externalidades ao pensamento da área vão construindo sua internalidade, dando forma a esse saber cada vez mais especializado.

Algo muito parecido com o que Lacan (1985) demonstra em *Seminário 17 - O avesso da psicanálise* ocorre em relação ao saber jornalístico: ele vai se constituindo pelo “Grande Outro”⁵⁰, por discursos externos que se naturalizam como se fossem internos ao próprio jornalismo/saber jornalístico. Esses discursos, que habitam o corpo do jornalismo/saber jornalístico, também contribuem na edificação de uma linguagem própria, singular, que Traquina (2008) denomina “jornalês”. Segundo o autor (TRAQUINA, 2008, p. 47), “O jornalês é geralmente forçado a um formato específico na imprensa: a pirâmide invertida, que se tornou dominante no jornalismo norte-americano por volta de 1900”⁵¹. Compõe-se da técnica do lide⁵² e de todos os mitos⁵³ que a profissão carrega e que envolvem o compromisso estabelecido entre a profissão e a sociedade ao longo da formação do campo jornalístico/saber jornalístico.

⁵⁰ O termo “Grande Outro”, criado por Lacan (1985), surge na tentativa de explicar a constituição do sujeito pela linguagem. Para ele, o indivíduo se formaria por suas estruturas internas e pelos discursos do outro – a família, a religião, a mídia, etc..

⁵¹ A pirâmide invertida é uma técnica textual em que os fatos são relatados na sequência do que se considera mais importante e atual para o menos importante, o que é bastante questionável como demonstra Pena (2005, p. 39), pois “[...] A novidade nem sempre é atual e a atualidade nem sempre é nova”.

⁵² Pena (2005) cita o professor João de Deus como um dos grandes estudiosos do lide no Brasil. Trata-se de uma técnica de redação jornalística em que a narrativa se constrói respondendo às seguintes perguntas: Quem fez?; O quê?; A quem?; Quando?; Por quê? Onde?; Como?; Com que desdobramento?

⁵³ O campo jornalístico está repleto de mitos, promessas de exercício profissional que nem sempre se cumprem, busca por um ideal que se baseia em valores perseguidos e geralmente inalcançáveis. Entre os mitos, destacam-se: que o jornalismo retrata a realidade”, “mostra a verdade”, “lida com a objetividade” e “é claro e transparente”.

Como escreve Bourdieu (1997, p. 11): “Cada profissão produz uma ideologia profissional, uma representação mais ou menos idealista e mítica de si mesma” geralmente criada pelo *ethos*⁵⁴ profissional. Segundo Traquina (2008), as noções de livre imprensa, jornalismo como quarto poder, busca pela objetividade e imparcialidade, busca pela verdade são discursos que constroem o *ethos* jornalístico. Acerca dele, Traquina (2008, p.50) acrescenta que “existe entre os membros desta comunidade um gosto pelos detalhes mais espetaculares, um gosto pela retórica mais empolgante (o que não pode ser considerado como simplesmente sensacionalismo), um gosto pela polêmica e pelo conflito”. É levando em conta esse *ethos* e a imagem representativa do campo profissional que os jornalistas “[...] professam saber o que é notícia e como escrevê-la” (TRAQUINA, 2008, p. 35).

Seguindo regras técnicas, valores subjetivos dos produtores de notícias e influências externas, o jornalismo/saber jornalístico se constitui. Aos poucos desenvolve uma linguagem singular e forma um campo profissional especializado na tentativa de se diferenciar dos demais saberes e obter o monopólio desse pensamento. Acerca disso, Traquina (2008, p. 45) declara: “[...] os jornalistas reivindicam o monopólio de um saber especializado, precisamente o saber de produzir notícias. Ser jornalista é saber não só elaborar a notícia: é ter uma perspicácia profissional, possuir uma ‘perspicácia noticiosa’”.

Importante ressaltar, acerca da especialização do saber, que se trata não só de uma garantia de delimitação de um campo e uma forma de autoridade. É, antes de tudo, uma nova forma de se haver com o pensamento/conhecimento, uma tendência dos saberes modernos a partir do século XIX. A professora Olga Pombo (2004) denuncia os custos da especialização dos saberes, movimento que faz surgir a figura do “[...] especialista que se transforma numa criatura estranha, alguém que sabe cada vez mais acerca de cada vez menos” (POMBO, 2004, p. 6). No caso específico do jornalismo, observa-se uma pulverização de disciplinas ou áreas que se ramificam. Tem-se, por exemplo, os seguintes campos: telejornalismo, radiojornalismo, webjornalismo, jornalismo impresso, jornalismo investigativo, jornalismo literário, e assim por diante. Surgem, respectivamente, as figuras do telejornalista, radiojornalista, webjornalista, jornalista de impresso, jornalista investigativo, jornalista literário, etc. O problema já era referido por Wiener no século passado:

[...] Um homem pode ser um topologista ou um acusticcionista ou um coleopterista. Estará então totalmente mergulhado no jargão do seu campo, conhecerá toda a literatura e todas as ramificações desse campo mas,

⁵⁴ “O *ethos* de um indivíduo ou de um grupo é a maneira ou o jeito de agir, isto é, toda a ação rotineira ou costumeira, que implica *contingência*, quer dizer, a vida definida pelo jogo aleatório de carência e interesses, em oposição ao que se apresenta como necessário, como dever-ser” (SODRÉ, 2010, p. 46).

frequentemente, olhará para o campo vizinho como qualquer coisa que pertence ao seu colega três portas abaixo no corredor e considerará mesmo que qualquer manifestação de interesse da sua parte corresponderia a uma indesculpável quebra de privacidade.(WIENER, 1967, p. 02).

2.2 A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO SUPERIOR EM JORNALISMO NO BRASIL

Todo conhecimento, seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito quanto os domínios de saber. A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria sua origem, mas a relações de poder que o constituem.

(MICHEL FOUCAULT, 2014b)

Sob a inspiração das afirmativas da epígrafe, esta seção se dedicará a apresentar alguns elementos da história do ensino superior brasileiro e também dos cursos de graduação em Jornalismo no Brasil. Entende-se que a constituição do saber jornalístico também se dá influenciado por condições políticas que vêm fabricando as instituições de ensino superior em todo o país. Observa-se que a construção do ensino superior em Jornalismo no Brasil e, conseqüentemente, a constituição do saber jornalístico, que se dá também pela via da formação acadêmica, são marcadas por uma história de um país colonizado e por uma legislação educacional orientada muitas vezes por interesses do Estado e de empresas de comunicação. Por outro lado, pode ser observado um esforço para aprimoramento dos cursos de Jornalismo no país. Assim, esta seção tem como proposta discutir inicialmente a educação superior no Brasil e passará, em seguida, à constituição dos cursos brasileiros de Jornalismo.

Na obra *Ensino Superior no Brasil: Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969*, Anísio Teixeira (1989, p. 65) escreve: “[...] A universidade do Brasil foi a universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios dos jesuítas”. Ou seja, até antes da chegada da corte portuguesa ao Brasil, no início do século XIX, a formação universitária era possível às elites nas instituições europeias ou em escolas isoladas de ensino superior – de Direito, Engenharia e Medicina - que posteriormente reunidas possibilitaram a criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920.

Em um período aproximado de trinta anos, compreendido entre 1930 a 1964, foram criadas mais de 20 universidades federais no Brasil. A fundação das universidades públicas, como a Universidade de São Paulo, em 1934, e conseqüente contratação de grande número de professores europeus, marcou a forte expansão do sistema público federal de educação

superior e também revelou um fato preocupante: a falta de professores brasileiros formados em nível superior.

Em levantamento feito acerca da pesquisa educacional brasileira, as pesquisadoras Tiballi e Nepomuceno (2006) apresentam alguns lemas que orientaram o Ministério da Educação e todos os órgãos públicos relacionados ao sistema educacional. Na década de 1940, o lema era “Educação, desenvolvimento e modernização”; nessa época, o âmbito educacional foi influenciado pelo movimento escolanovista, que difundia a ideia de uma educação baseada na racionalidade científica de origem positivista. Nessa perspectiva, a educação tradicional voltada apenas para a erudição intelectual deveria ser substituída pela “Escola Nova”. Acreditava-se que a educação seria responsável por retirar o país da tradição rural e agrária e colocá-lo nos trilhos da modernidade. Nota-se um discurso que apontava para uma escola à serviço da sociedade. Acerca disso, escrevem as autoras:

[...] A educação era considerada o veículo mais rápido e capaz de colocar o País nos caminhos da modernidade, de modo a romper com o tradicionalismo rural e agrário que vinha mantendo a economia, a política e a organização da sociedade brasileira (TIBALLI; NEPOMUCENO, 2006, p. 17).

Nas décadas de 1950 e 1960, o lema da educação era “Educação, desenvolvimento e mudança”. As pesquisas educacionais realizadas nesse período tinham grande influência do pensamento sociológico e apresentavam um diagnóstico negativo que ainda hoje pode ser percebido na educação brasileira em todos os níveis⁵⁵: trata-se do aumento quantitativo das escolas públicas sem acompanhar a qualidade do trabalho por elas realizado.

A escola se rendia às demandas político-sociais e se esquecia de seu principal papel: o compromisso com o conhecimento. É importante deixar claro que a educação tem muito a contribuir para a transformação da sociedade, mas isso deve ser entendido como consequência de um sistema educacional que prime pela qualidade e não coloque interesses de classes hegemônicas acima da grande maioria de população. Torna-se oportuno compreender, dentro dessa perspectiva, o papel social específico da escola, porém reconhecendo seus limites para que não se desvie do caminho das ciências e do conhecimento, o que recairia na falsa ilusão de que à escola compete a solução de todos os problemas sociais e econômicos, assim como destacam as pesquisadoras Tiballi e Nepomuceno (2006).

⁵⁵ Na década de 1950, no intuito de resolver o problema de falta de mão de obra qualificada devido ao processo acelerado de industrialização no país, houve um aumento quantitativo das escolas públicas que massificou o ensino público, mas diminuiu drasticamente sua qualidade.

O terceiro lema, “Educação, Desenvolvimento e Segurança Nacional”, teve início no ano de 1964, convergente à implantação do governo militar e à repressão política. O pensamento educacional crítico foi abandonado e deu lugar aos estudos que privilegiavam o planejamento e a metodologia de ensino. Nessa década, após um período de tramitação no Congresso Nacional, também foi promulgada a Lei nº 4024, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1961). Mesmo possibilitando certa flexibilidade na sua implementação, essa lei reforçou, na prática, o modelo tradicional de instituições do ensino superior vigentes. Nota-se que a partir da década da promulgação da lei houve um processo de privatização no país que caracterizou a educação como um grande negócio. A lucratividade de empreendimentos atraiu vários empresários que não tinham compromisso com a educação. Esse posicionamento teve continuidade nas décadas seguintes e ainda é observado. Segundo Saviani (2005, p. 22), “a educação passou a ser concebida como sendo dotada de um valor econômico próprio, um bem de produção (capital) e não apenas um bem de consumo”.

No final da década de sessenta ocorreu uma expansão do setor privado que criou inúmeras faculdades isoladas nas regiões onde havia maior demanda, ou seja, na periferia das grandes metrópoles e nas cidades de porte médio do interior dos estados mais desenvolvidos. Em 1968, o Congresso Nacional aprovou a Reforma Universitária mediante a Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), que tinha como principais focos a eficiência administrativa, a estrutura departamental e a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão como mote das instituições de ensino superior. Essa reforma possibilitou a profissionalização de professores e criou condições para o desenvolvimento da pós-graduação e atividades científicas no país. Assim, nas décadas de 1970 e 1980 grande parte da pesquisa educacional passou a ser realizada nos cursos de pós-graduação, influenciada de um lado pelo tecnicismo e de outro pela crítica sociológica.

A partir dos anos 90, com a Constituição Federal de 1988, foram estabelecidas leis que regularam a educação superior no Brasil. Havia necessidade de flexibilização e ampliação do sistema, redução do papel exercido pelo governo, e melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade. A Reforma Educacional, mediante a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação, apresentou-se também numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais, ao ser caracterizada principalmente pelo incentivo à privatização, com entrada desenfreada de recursos não públicos para que fossem mantidas atividades próprias das universidades.

Além dos princípios gerais estabelecidos pela Constituição, o sistema educativo brasileiro redefinido pela nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional também inovou no sentido de elevar a educação ao processo de aprendizagem e socialização presentes nas instâncias família, escola e trabalho e nas demais formas de socialização.

Observa-se que a Reforma Universitária, implementada na década de 90 no Brasil, prossegue no início do século XXI articulada a outras mudanças, tais como: a proliferação das instituições privadas de ensino; ofertas de ensino superior regidas basicamente pela demanda do mercado; e raríssima abertura de concurso público, ao passo que se flexibilizaram formas de contratação (contrato temporário e CLT). Indicam-se avanços na definição das políticas públicas e uma grande dificuldade na execução dessas políticas devido ao modelo sociopolítico e econômico adotado pelo Brasil nas últimas décadas.

Uma das consequências da reforma educacional originada das políticas governamentais para a educação, desenvolvidas no contexto da globalização e do neoliberalismo e que apontam para um quadro de regulação por parte do Estado, é a mudança do papel estatal, que deixa de ser centralizador, especialmente do ponto de vista da gestão. O Estado passa a compartilhar ações e a descentralizar o processo. Nessa nova ordem, é preciso estabelecer alianças (especialmente com setores sociais) e ter uma nova organização na gestão dos sistemas. Neste último aspecto, um fator fundamental que se estabeleceu foi a regulação.

Entre os instrumentos de regulação e controle do ensino superior por parte do Estado, cita-se o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade)⁵⁶, que avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. Sobre esse exame o professor e jornalista Joãoimar Carvalho de Brito Neto faz as seguintes observações:

Não dá para visualizar no Enade a aferição de qualidade no ensino, mas apenas a adequação da instituição ao roteiro de funcionamento estabelecido pelo MEC. A instituição, em perfeita conformidade com o MEC, ganha os conceitos que lhe permitem uma boa 'avaliação' burocrática. Além disso, a nota do Enade não reflete a realidade da formação dada pela instituição. O processo, na realidade, inibe a possibilidade de emergência de boas iniciativas das IES em matéria de qualidade de ensino. As notas refletem os momentos das IES, diante de duas realidades: numa, a instituição fica à mercê da adesão dos alunos para a avaliação do MEC e passa o ano inteiro fazendo campanhas de sensibilização junto aos alunos; noutra, os alunos só se interessam pelas notas das comissões do MEC (avaliação in loco), não

⁵⁶ Por determinação do Ministério da Educação, desde 1996 os alunos dos cursos de Jornalismo passaram a ser avaliados pelo Exame Nacional de Cursos, que na época era denominado Provão. Apresentando novo formato, a partir de 2004, a avaliação passou a chamar-se Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) (MORAES JÚNIOR, 2013; MOURA, 2002).

enxergando nenhuma importância na nota da IES junto ao MEC (BRITO NETO, 2013⁵⁷).

Ainda segundo ele, as instituições privadas vêm utilizando as notas do Enade como *marketing*, à medida que divulgam notas correspondentes a desempenho de boa qualidade ou promovem campanhas de sensibilização para ganhar simpatia dos alunos. Mesmo diante dessas considerações, o jornalista acredita que o diagnóstico das IES feito via Enade é algo positivo; porém, é mal utilizado. Ele critica o engessamento das IES a esse processo direcionado pelo MEC e o mau uso dos dados das avaliações, pois estes têm servido para usos inadequados dos governos, em todos os níveis. Além desses aspectos negativos apresentados por Brito Neto, há que se observar algo muito grave que está a acontecer nesse processo de regulação: a normatização da sociedade.

Todas essas observações revelam os perigos desta lógica instrumental de regulação, presente nos sistemas de avaliação. A proposta geralmente inclui no discurso termos como: inclusão, democracia e igualdade; mas se converte, na prática, em instrumento de manobra política e econômica. Sob números gerados para *marketing* e ranqueamento entre instituições de ensino, alunos e cursos banalizam a educação e não geram ganhos qualitativos a ela.

Diante desse quadro, há que se refletir sobre uma revisão urgente acerca de como o Brasil, por meio de suas políticas, sua economia e sua cultura, vem construindo o caminho da educação superior e, em específico, a educação superior em Jornalismo. No texto *A educação superior dez anos depois da LDB/1996*, a pesquisadora Isaura Belloni (2008) ratifica que a LDB/1996 não trouxe grandes avanços para o ensino superior. Segundo a autora, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), criado em 2004 com o objetivo de avaliar o ensino superior brasileiro e dar um panorama da qualidade dos cursos e instituições, também tem demonstrado ser ineficaz, assim como observou o professor Brito Neto.

Como anunciado no início desta seção, após essa breve exposição acerca dos aspectos históricos e políticos da educação brasileira que acabam por refletir na constituição dos saberes, passa-se agora a apresentar a construção dos cursos de jornalismo no país. Sobre ela, Moraes Júnior (2013) escreveu:

⁵⁷ Entrevista concedida aos alunos de doutorado em Educação da PUC-GO, em 2013. O professor João Carlos Carvalho Brito Neto possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (1977), diploma em Communication pela Université Catholique de Louvain (1995), correspondente ao nível de mestrado em Comunicação, e doutorado em Ciência da Informação e da Comunicação - Universidade Paris 8. Professor aposentado da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da UFG, atualmente é professor da PUC-GO e atua como consultor acadêmico, com atividades de coordenação pedagógica, bem como na estruturação de cursos de comunicação.

O ensino superior de Jornalismo no Brasil completou 75 anos. De lá pra cá, muita coisa mudou, sobretudo, as técnicas que envolvem a profissão. Se, por um lado, discutem-se os elementos técnicos, éticos e estéticos do jornalismo, do outro, um dos temas mais frequentes na academia desde o início dos cursos diz respeito à formação acadêmica dada ao profissional da imprensa (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 98).

Apesar de ser uma luta da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) desde 1919, o curso de Jornalismo foi instituído no sistema de ensino superior somente em 1943, pelo Decreto-Lei n. 5.480. Assim, observam-se no final dessa década as primeiras escolas de jornalismo no país: em 1947, a Escola de Jornalismo Cásper Líbero, em São Paulo, conveniada com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e, em 1948, o Curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), como apresentam Marques de Melo (1979) e Moura (2002). Esses cursos surgiram com o objetivo de formação profissional, conforme consta no artigo 2º do referido Decreto-Lei.

Segundo Moura (2002), no ano de 1937, antes mesmo da implantação desses dois primeiros cursos de Jornalismo no Brasil, há o registro da formação de uma Cátedra de Jornalismo na Universidade do Distrito Federal (UDF), implantada na cidade do Rio de Janeiro. O projeto foi desarticulado, uma vez que a UDF foi desativada em 1939, durante o Estado Novo, período autoritário liderado por Getúlio Vargas.

Somam-se a essa experiência voltada para a formação do jornalista, anterior à implantação dos cursos universitários na área, os trabalhos de Vitorino Prata Castelo Branco (1904-1994) e Carlos Rizzini com as respectivas publicações das obras: *Curso de Jornalismo*⁵⁸ e *O livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, 1500 a 1822: com um breve estudo geral sobre a informação*, ambas de 1945.

Segundo Andrade (2011), a partir de 1950 os cursos de Jornalismo vincularam-se aos estudos sociais aplicados, ganhando força como área autônoma do conhecimento. Nessa época houve também melhor definição do seu campo científico e o desenvolvimento das empresas de comunicação. Posteriormente, na década de 1960, esses cursos basearam-se no ensino funcionalista/empírico-técnico e instrumental das escolas norte-americanas.

Segundo Moura (2002), em 1962 o parecer n. 323/62 formulou o primeiro currículo mínimo para o curso de Jornalismo; nele se expressava a tendência para a formação técnica e

⁵⁸ Essa obra nasceu a partir das aulas proferidas pelo autor e foi dividida em doze lições que abrangeram, além das técnicas jornalísticas, as normas éticas referentes à profissão (MOURA, 2002).

profissional em rádio, imprensa e televisão. As disciplinas dividiam-se em gerais⁵⁹, especiais⁶⁰ e técnicas⁶¹, na perspectiva de treinamento em estágios nas redações jornalísticas e em cursos de Fotografia, Datilografia e Estenografia. O curso tinha duração de três anos letivos.

O parecer n. 984/65, elaborado por Celso Kelly, reformulou o currículo mínimo orientado pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo para a América Latina (CIESPAL), mantido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Esse segundo currículo, baseado no implantado em 1962, indicava a formação humanística, técnica e fenomenológica, além da exigência de laboratórios práticos para a confecção de jornais, programas radiofônicos e televisivos. O curso foi ampliado para quatro anos letivos e foram acrescentadas as disciplinas Teoria da informação, Jornalismo Comparado e Redação de Jornalismo, e o desdobramento de História e Geografia do Brasil em História do Brasil e Geografia do Brasil (MOURA, 2002).

De acordo com Andrade (2011), o currículo mínimo passou por outra revisão a partir do parecer n. 631/69, objetivando a formação de um profissional polivalente em um Curso de Comunicação Social. A ideia central era, a partir desse curso, englobar as áreas de Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Cinema e Jornalismo. Para isso, o currículo mínimo passou a ter um tronco comum para todas essas habilitações, além das disciplinas específicas para cada uma delas. Instalavam-se aí as grandes confusões entre as habilitações criadas a partir de uma grande área e a intenção de reserva de mercado por parte das categorias distintas. No caso em específico do jornalismo, exemplifica-se a luta pela função de assessoria de imprensa entre os relações públicas e os jornalistas. É importante destacar que o Jornalismo, entre todas essas habilitações, foi a única que conseguiu garantir reserva de mercado por força da lei⁶², o que perdurou até o ano de 2009.

De acordo com Moura (2002), nesse terceiro currículo mínimo ficou estabelecida a carga horária mínima do curso em 2.200 horas/aula, que deveriam ser cursadas em no mínimo

⁵⁹ Entre as disciplinas gerais, estavam: Cultura Brasileira, História e Geografia do Brasil, Civilização contemporânea, Estudos Sociais e Econômicos, História da Cultura Artística e Literária. (MOURA, 2002).

⁶⁰ Entre as disciplinas especiais, citam-se: Português e Literatura de Língua portuguesa, Língua estrangeira (instrumental); Ética e Legislação da Imprensa, História da Imprensa, que também compreendia os estudos dos demais veículos de comunicação (MOURA, 2002).

⁶¹ Entre as disciplinas técnicas, estavam: Técnica de Jornal e Periódico, Técnica de Rádio e Telejornal, Administração de Jornal e Publicidade (MOURA, 2002).

⁶² No ano de 1969 a profissão de jornalista foi regulamentada, a partir do Decreto-Lei 972, que estabeleceu a reserva de mercado para os portadores do diploma de jornalismo (BRASIL, 1969). O dispositivo foi ratificado na Constituição Federal de 1998, que condicionou a obtenção do registro profissional à posse do diploma. Em 2009 o Supremo Tribunal Federal considerou o ato inconstitucional e exigiu a suspensão da obrigatoriedade do diploma de jornalismo para o exercício da profissão.

três anos e no máximo seis. As disciplinas foram divididas em obrigatórias da parte comum⁶³, eletivas⁶⁴ e obrigatórias da formação profissional⁶⁵.

O parecer n. 02/78, em uma revisão do parecer n. 1203/77, conferiu a redação final ao quarto currículo mínimo que atendeu à proposta da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (ABEPEC), de aliar teoria e prática e formar o comunicador social como “agente de transformação da sociedade”. Exigiram-se laboratórios e equipamentos, de modo que considerassem as diferentes habilitações previstas para o curso: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Rádio e Televisão e Cinematografia. A carga horária mínima estabelecida continuou em 2.200 horas/aula. As disciplinas foram divididas entre o Tronco Comum⁶⁶ do curso, que abrangia as matérias de Fundamentação Geral Humanística e de Fundamentação Específica, e as matérias de Natureza Profissional⁶⁷.

Segundo Andrade (2011), as bases do ensino de comunicação se definiram somente a partir do Parecer 480/83, que deu origem à Resolução 02/84 do Conselho Federal de Educação/MEC (CFE). Foi então estabelecido um currículo mínimo para a formação de profissionais nas habilitações de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Editoração, Radialismo e Cinema. Também foram exigidos laboratórios e infraestrutura para o funcionamento dos cursos, com referência para instalações e equipamentos necessários à formação nas diferentes áreas.

De acordo com Moura (2002), nesse quinto currículo mínimo a carga horária mínima do curso passou para 2.700 horas/aula, que deveriam ser cursadas num período de quatro a

⁶³ Citavam-se, entre elas: Sociologia ou Fundamentos Científicos da Comunicação; Ética e Legislação dos Meios de Comunicação; Pesquisa de Opinião e Mercadologia; Jornalismo Comparado; História da Cultura (compreendendo os meios de comunicação); Problemas Sociais e Econômicos Contemporâneos; Cultura Brasileira; Introdução às Técnicas de Comunicação, abrangendo as seguintes práticas: 1. Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico; 2. Telerradiodifusão, Cinema e Teatro; 3. Relações Públicas; 4. Publicidade e Propaganda; 5. Editoração (MOURA, 2002, p. 303).

⁶⁴ Entre as disciplinas, estavam: Biblioteconomia e Bibliografia; Cibernética; Direito Usual; Documentação (Introdução); Economia; Idiomas Estrangeiros; Filosofia, incluindo lógica; Paginação e Revisão; Política e Administração; Produção e Emissão; Psicologia Social; Redação e Edição (MOURA, 2002, p. 303).

⁶⁵ Para a habilitação polivalente estavam elencadas cinco disciplinas obrigatórias referentes às Técnicas de comunicação: 1. Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico; 2. Telerradiodifusão, Cinema e Teatro; 3. Relações Públicas; 4. Publicidade e Propaganda; 5. Editoração. Para a habilitação específica em Jornalismo, duas disciplinas das Técnicas de Comunicação: 1. Jornalismo Impresso, Radiofônico, Televisado e Cinematográfico; 2. Telerradiodifusão, Cinema e Teatro (MOURA, 2002, p. 304).

⁶⁶ Entre as matérias obrigatórias do Tronco Comum, seis eram de Fundamentação Geral Humanística - Língua Portuguesa; Cultura Brasileira, Antropologia Cultural; Psicologia; Sociologia; Problemas Socioculturais e Econômicos Contemporâneos - e quatro de Fundamentação Específica - Teoria da Comunicação; Comunicação Comparada; Sistemas de Comunicação Social no Brasil; Estética e Comunicação de Massa (MOURA, 2002, p. 305).

⁶⁷ Entre elas, elenca-se: Técnicas de Codificação; Técnicas de Produção e Difusão; Deontologia dos Meios de Comunicação; Legislação dos Meios de Comunicação; Técnicas em Administração; Técnicas de Mercadologia (MOURA, 2002, p. 305).

sete anos. As disciplinas foram divididas em Obrigatórias e Eletivas do Tronco Comum⁶⁸ e Obrigatórias da Parte Específica⁶⁹.

Com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9394/96 - determinou-se o fim dos currículos mínimos e o estabelecimento de diretrizes curriculares para os cursos superiores. A partir de então, observa-se maior flexibilização dos currículos. Apesar de ter sido considerada um avanço para a educação brasileira, a nova Lei levantou a preocupação com os riscos de interpretações direcionadas a atender interesses corporativos locais ou de classes, sem preocupação com os direitos e a formação dos discentes, como bem destaca o filósofo Pedro Demo (1997).

As *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social* foram definidas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Comunicação, da SESu/MEC, que se baseou principalmente nas *Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação Superior*, publicadas na *home page* do Ministério da Educação, e nos documentos elaborados a partir de propostas de entidades representativas da área, instituições de ensino, entidades de classe, associações acadêmicas e organizações científicas. A área de Jornalismo manifestou aspiração de se desvincular do Curso de Comunicação, mas na época não foi atendida.

Segundo Moura (2002), a versão final das *Diretrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação Social* foi encaminhada ao MEC em julho de 1999. Em abril de 2001, por meio do Parecer n. 492⁷⁰, a Câmara de Educação Superior aprovou, com alterações, o documento final elaborado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Comunicação. Sua homologação ocorreu em 04 de julho, sendo publicada no Diário Oficial de 9 de julho de 2001.

De acordo com Moraes Júnior (2013), sob orientação dessas *Diretrizes* (BRASIL, 2001) os conteúdos curriculares foram divididos em básicos⁷¹ e específicos⁷², e após a

⁶⁸ Entre as matérias obrigatórias, estão: Filosofia; Sociologia (Geral e da Comunicação); Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Realidade Socioeconômica e Política Brasileira; Teoria da Comunicação; Comunicação Comparada. Entre as disciplinas eletivas: Lógica; Psicologia; Língua Estrangeira; Economia; Geografia Econômica; Realidade Socioeconômica e Política Regional; Teoria Geral de Sistemas; Teoria Política; Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação; Sistemas Internacionais de Comunicação; Comunicação em Tecnologia Educacional; Realidade Regional em Comunicação; História da Comunicação; Cultura Brasileira; História da Arte; Antropologia Cultural; História do Brasil; Estética e Cultura de Massa (MOURA, 2002, p. 306-307).

⁶⁹ Para a habilitação em Jornalismo, elenca-se, entre as matérias obrigatórias: Língua Portuguesa – Redação e Expressão Oral; Fotojornalismo; Planejamento Gráfico em Jornalismo; Radiojornalismo; Telecinejornalismo; Técnica de Reportagem; Entrevista e Pesquisa Jornalística; Preparação e Revisão de Originais; Provas e Videotexto; Edição; Legislação e Ética do Jornalismo (MOURA, 2002, p. 307).

⁷⁰ O Parecer CNE/CES 492/2001 pode ser visto na íntegra no Anexo B deste trabalho.

⁷¹ Os conteúdos básicos referem-se à formação geral em Comunicação Social dos graduandos em todas as habilitações.

⁷² Cada instituição, por meio do colegiado do curso, poderá livremente definir os conteúdos específicos. Para tanto, deverá levar-se em conta os objetivos e os perfis comuns e específicos que constam no documento das *Diretrizes*.

conclusão dos conteúdos curriculares obrigatórios os alunos deveriam apresentar, obrigatoriamente, um trabalho de conclusão de curso (TCC) ou um projeto experimental. Para esse autor, “[...] a ênfase social e humanista da formação do jornalista pressupõe que esse profissional deva ser, acima de tudo, um intelectual” (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 114).

No documento destacam-se dois objetivos, considerados fundamentais: a flexibilização na estruturação do curso, a fim de “atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes” (BRASIL, 2001, p. 16); e estabelecer padrões no intuito de alcançar um padrão de qualidade na formação.

Em relação ao perfil dos formandos, definiram-se os perfis comum e específicos. O primeiro objetivou a mesma formação geral para todas as habilitações do curso de Comunicação Social para garantir “a identidade do Curso como de Comunicação” (BRASIL, 2001, p. 16). Observa-se a preocupação com: a mutabilidade social e profissionais do mundo atual; a capacitação técnica, a reflexão sobre o caráter ético-político da comunicação e o estímulo à análise crítica concernentes às mídias, à relação entre as práticas profissionais, aos veículos de comunicação e à sociedade.

Quanto aos perfis específicos, foram mantidas as referências às habilitações já estabelecidas historicamente: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo, Editoração, Relações Públicas, Cinema ou Cinema e Vídeo. Abriu-se a possibilidade de criar ênfases específicas em cada uma das habilitações e também de instituir novas habilitações à área de Comunicação Social.

Percebe-se, no conjunto do texto dessas Diretrizes (BRASIL, 2001), a aspiração por uma formação crítica, reflexiva sobre a atualidade, com ética e técnica comprometidas com a cidadania. Não está prevista a carga horária mínima do curso nem a duração. Em relação ao estágio, não está exposto como obrigatório; determina-se apenas que seja realizado em atividades externas à instituição do curso e sob supervisão. Sobre o trabalho de conclusão de curso (TCC ou Projetos Experimentais) não foram expostas orientações.

Em fevereiro de 2009, o Ministério da Educação (MEC) nomeou uma Comissão de Especialistas⁷³ para repensar o ensino de Jornalismo, após decisão do Supremo Tribunal Federal pela não obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão. Os trabalhos da Comissão foram realizados entre fevereiro e junho de 2009 e os resultados entregues ao então

⁷³ A Comissão de Especialistas foi empossada em fevereiro de 2009 e teve como integrantes os professores: José Marques de Melo (presidente), Alfredo Vizeu, Carlos Chaparro, Eduardo Meditsch, Luiz Gonzaga Motta, Lucia Araújo, Sergio Mattos e Sonia Virgínia Moreira.

ministro da Educação, Fernando Haddad, em 18 de setembro daquele ano. De acordo com o professor Eduardo Meditsch (2012, p. 220), o documento representou

[...] uma oportunidade para as Escolas de Jornalismo reencontrarem o elo perdido entre teoria e prática. E assim, removerem um dos principais obstáculos que tem impedido a Universidade de influir na configuração do Jornalismo que está por vir, como a Sociedade espera dela, ao invés de simplesmente o observar, criticar e se adaptar a ele.

Com base nesse documento, foram formuladas pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo⁷⁴, bacharelado, a partir de então, desvinculado do Curso de Comunicação Social para se tornar área autônoma.

Nessas novas Diretrizes (BRASIL, 2013) a carga horária mínima do curso passou a ser de 3 mil horas/aula e o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não podem ultrapassar 20% da carga horária total do curso. Os artigos 3º e 4º referem-se a direcionamentos para elaboração do projeto pedagógico, fato inédito, se considerados os currículos mínimos e as Diretrizes de 2001. Elencam-se, no artigo 3º os elementos estruturais que devem compor o projeto pedagógico e no Art. 4º há indicações acerca do que se deve observar na elaboração do projeto pedagógico no que concerne à formação do profissional jornalista. Torna-se relevante destacar o item IV do Art. 4º, que traz a necessidade de observância do seguinte indicativo no projeto pedagógico do curso:

[...] aprofundar o **compromisso com a profissão e seus valores**, por meio da **elevação da autoestima profissional**, dando **ênfase à formação do jornalista como intelectual**, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos (BRASIL, 2013, p. 2, grifos nossos).

Os itens II e VIII do Art. 4º trazem o anseio por uma preparação de profissionais que possam exercer a atividade com espírito empreendedor, como autônomos diante do cenário econômico que apresenta redução de oferta de emprego e aumento da oferta de mão de obra. Verifica-se nos itens VII e VIII do Art. 3º e nos itens II e X do Art. 4º uma preocupação com a formação continuada, com a orientação de integração entre graduação e pós-graduação, com incentivo à pesquisa e à extensão, além de estímulo ao desenvolvimento de projetos inovadores consoantes às exigências da profissão e sociedade atual. O Art. 5º, que traz orientações sobre o perfil dos egressos e as competências, habilidades, conhecimentos,

⁷⁴ As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo foram instituídas pela Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013 (Ver Anexo C).

atitudes e valores a serem desenvolvidos, também destaca no item I.c a necessidade de “compreender que o aprendizado é permanente” (BRASIL, 2013, p. 3). De acordo com o Art. 5º,

O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a **atuar como produtor intelectual e agente da cidadania,** capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, **possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados,** o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social (BRASIL, 2013, p. 2, grifos nossos).

Há, no Art. 5º, orientações para que a formação contribua para o desenvolvimento de competências gerais, cognitivas, pragmáticas e comportamentais. Com base no desejado perfil do egresso e de suas competências, o Art. 6º das Diretrizes de 2013 orienta que a organização curricular, no projeto pedagógico, contemple seis eixos de formação: Eixo de Fundamentação Humanística; Eixo de Fundamentação Específica; Eixo de Fundamentação Contextual; Eixo de Formação Profissional; Eixo de Aplicação Processual e Eixo de Prática Laboratorial.⁷⁵

Ao contrário do texto das Diretrizes de 2001, nesse novo documento constam os direcionamentos referentes ao estágio supervisionado e ao TCC. Definiu-se pela obrigatoriedade do estágio, que deve ser programado para os períodos finais do curso, ter carga horária mínima de 200 horas e ser realizado na própria instituição de ensino ou em outras empresas públicas, privadas ou de terceiro setor.

Em relação ao TCC, verifica-se que não há mais referência a Projetos Experimentais. A exigência de ser desenvolvido individualmente é observada no Art.11 (BRASIL, 2013, p. 6), além de sua obrigatoriedade. Há possibilidade de o TCC se constituir em trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica que aborde assuntos referentes ao jornalismo, o que estimula o desenvolvimento de pesquisas especificamente voltadas para a área.

A característica de flexibilização, já existente desde as Diretrizes de 2001, continua, assim como aponta o Art. 8º do documento atual:

[...] As instituições de educação superior têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontadas anteriormente (BRASIL, 2013, p. 5).

⁷⁵ As competências elencadas no Art.5º e os eixos de formação descritos no Art. 6º estão detalhados no texto das Diretrizes 2013 e podem ser observados no Anexo C deste trabalho.

Pode-se observar que o texto das Diretrizes Curriculares de 2013 apresenta direcionamentos à formação de jornalismo extremamente pertinentes à atualidade. São contemplados vários eixos de formação levando-se em conta a complexidade da atividade jornalística na teia de micropoderes que o solo da modernidade torna possível. Vive-se uma guerra de discursos que disputam o privilégio de se tornarem visíveis, de se legitimarem. Percebe-se um equilíbrio nas orientações, pois em momento algum elas privilegiaram a teoria em detrimento da prática ou vice-versa. O jornalismo/saber jornalístico, por sua vez, apresenta-se cada vez mais atravessado pelas técnicas/tecnologias que transformam sua prática e tornam possíveis novas formas de perceber e mostrar o mundo atual. Nesse cenário,

o jornalista que a Universidade deverá formar terá de ser um profissional com educadas aptidões de intelectual, capaz de apreender, atribuir significados e dar exposição social confiável (isto é, independente, crítica e honesta) aos conflitos discursivos da atualidade. Mas será intelectualmente inepto se, ao mesmo tempo, não dominar, plena e criativamente, os conceitos, os recursos, as técnicas, as artes e as implicações da linguagem jornalística - ferramentas do seu ofício (CHAPARRO, 2008).

Importante também ressaltar que a aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Jornalismo inaugura uma nova etapa para o jornalismo/saber jornalístico, independente da área da Comunicação Social. Com isso, abre-se espaço para aprofundar suas especificidades, desperta-se para a “reinvenção do jornalismo”, ressuscitando “uma expressão já meio gasta, mas que cai como uma luva no processo em curso” (CASTILHO, 2007, p. 06).

CAPÍTULO 3

DOS CURRÍCULOS MÍNIMOS A UM JORNALISMO ALÉM DA TÉCNICA

3.1 A TÉCNICA E O SABER JORNALÍSTICO

A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte”.

(GILLES DELEUZE, 2013)

Esse pensamento de Deleuze ilumina esta seção, que tem como objetivo discutir a técnica e sua influência na construção do jornalismo. Como pôde ser observado nos capítulos anteriores, é indiscutível que os avanços técnicos/tecnológicos influenciam sobremaneira a constituição do saber jornalístico. Não só o modo de produzir notícias, como também o de recebê-las, vem se alterando a partir de invenções tecnológicas, principalmente, na atualidade, com o surgimento da internet. Seduzidos por equipamentos cada vez mais sofisticados, vários saberes - não só o jornalístico - acabam muitas vezes se tornando reféns da técnica, amparados por uma corrente pragmatista. As teorias são substituídas pelo “como fazer” e o caminho do pensamento é geralmente abandonado. Sendo assim, torna-se importante refletir sobre a seguinte questão: Até que ponto o avanço técnico/tecnológico está reconfigurando o saber jornalístico?

John Thompson, autor de *Mídia e Modernidade* (2008), desenvolve uma teoria social da mídia e de seu impacto; mostra como o seu desenvolvimento, que passa pelas tecnologias da informação e da comunicação, vem modificando a constituição do espaço e do tempo da vida social e cria, assim, novas formas de ação e interação. Segundo ele, é fato que a indústria da imprensa⁷⁶ só foi possível a partir do desenvolvimento da tipografia por Gutenberg. Como observado ao longo deste trabalho, esse avanço técnico permitiu que informações manuscritas que circulavam com a finalidade de incrementar o desenvolvimento do comércio e do meio urbano durante a Idade Média ganhassem periodicidade e maior alcance do público, com o aumento do número de exemplares. Posteriormente, a tecnologia radiofônica permitiu que as notícias, matéria-primas do jornalismo, tivessem um alcance ainda maior, pois seria situada

⁷⁶ Imprensa se refere à produção de notícias em um espaço público. Ela está situada no interior da mídia e ambas se influenciam mutuamente. Já a mídia engloba, além de informações /notícias, outras manifestações culturais que se voltam mais ao entretenimento, tais como: novelas, filmes, desenhos, shows, entre outros (PENA, 2005).

tanto no espaço das cidades quanto no meio rural, inclusive atuando como principal fonte de informação em meio à grande parcela da população ainda analfabeta.

Com a invenção da televisão, o alcance do público tornou-se ainda maior e, conforme os avanços tecnológicos ocorreram nessa área, a difusão de notícias e informações, antes regional, passou a ter amplitude nacional e até internacional. Com o desenvolvimento da internet, já se pôde falar em transmissão jornalística planetária, interativa e em tempo real.

Esses veículos de comunicação- o impresso, o rádio, a TV e a internet - se tornaram possíveis graças ao avanço científico e tecnológico. E o jornalismo, um ofício que se constituiu e vem ampliando o seu poder de forma extremamente dependente do desenvolvimento dessas técnicas da informação, sofreu e sofre inúmeras reconfigurações, a fim de se adaptar a cada uma delas e a cada novo avanço técnico desses meios.

Observa-se que em cada mídia há uma readequação no modo de produzir e receber notícia e, conseqüentemente, na linguagem jornalística, que se especializa e se diferencia em impressa, radiojornalística, telejornalística e webjornalística. Além disso, percebe-se que os avanços da tecnologia nas diferentes mídias abrem a possibilidade para reconfigurações no trabalho jornalístico. “O jornalismo sempre esteve articulado a suportes, tanto para a produção como para a divulgação da notícia, lembra o professor Enio Moraes Júnior (2013).

Nesse contexto, o desenvolvimento tecnológico nas áreas da informação e comunicação implicam novas possibilidades de as mídias promoverem interação com o público e, conseqüentemente, formar hábitos novos de escuta, de visualidades. Estabelece, também, outras formas de se haver com o tempo e espaço, o que altera as percepções acerca do mundo e as ações dos indivíduos sobre ele. Portanto, o jornalismo inserido como produto midiático sofre alterações em suas técnicas, de acordo com as tecnologias⁷⁷ criadas em diferentes épocas.

O geógrafo e professor Milton Santos entende a história como um processo evolutivo; remete-se a Kant, a fim de assinalar uma relação entre progresso histórico e progresso da técnica e para indicar que “a cada evolução técnica, uma nova etapa histórica se torna possível” (SANTOS, 2005, p. 24). Além disso, o autor aponta para a seguinte novidade: pela primeira vez na história da humanidade um sistema de técnicas - as técnicas da informação -

[...] envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam

⁷⁷ Moraes Júnior (2013), apoiando-se nos estudos de André Lemos (2008), explica que a técnica torna-se possível com o surgimento do homem e será compreendida filosoficamente entre os gregos a partir da noção de *tekhné*, que está ligada à arte e aos saberes práticos. A tecnologia é um prolongamento epistemológico das técnicas que na Modernidade alcançaram um estatuto de racionalidade baseado na cientificidade.

em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país, o que é bem diferente das situações anteriores (SANTOS, 2005, p. 25).

Um retorno à história da constituição do jornalismo é impossível de ser apresentado, se dissociado da técnica e, na modernidade, da tecnologia. Pode-se dizer que, a cada evolução técnica e tecnológica da informação e comunicação, hoje entendidas como Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), abre-se espaço para novas possibilidades de praticar e compreender o jornalismo. Na atualidade, por isso, o saber jornalístico encontra uma condição de possibilidade de pensamento, talvez, jamais vista.

Na obra *As palavras e as coisas* (1999), o filósofo Michel Foucault ensina que há condições de possibilidade de pensamento ou de conhecimento para cada época. Cabe, porém, ao pesquisador perceber as transformações nas ordens do saber, a fim de indicar as mudanças de estatuto ou de natureza, bem como o esgotamento e surgimento dos saberes. Foi na *episteme* moderna, por exemplo, que as Ciências Humanas nasceram, assim como outros tantos saberes, entre eles o jornalismo, hoje categorizado nas Ciências Sociais Aplicadas.

Moraes Júnior (2013) apresenta um mapeamento do desenvolvimento do jornalismo no Brasil feito por Juarez Bahia (1990). Esse autor divide o jornalismo em quatro fases que vão do início do século XIX a 1990. É possível notar que os limites entre cada uma das fases são determinados pelo surgimento de diferentes mídias, ou seja, pautam-se nos avanços tecnológicos que possibilitaram o surgimento do impresso, do rádio, da TV e da internet.

A primeira fase do jornalismo no Brasil, transcorrida do começo do século XIX a 1880, foi marcada pela luta por implantação de tipografias no país e pelo posicionamento contra a censura. Moraes Júnior (2013, p. 79) escreve: “Em sua fase inicial, [...] a imprensa brasileira foi caracterizada por um jornalismo de opinião, às vezes mordaz e de militância política”. Sodré (2010, p. 16) aponta para o fato de que no sistema de comunicação dessa época as informações eram “representadas”, isto é, “apresentadas ao receptor numa forma isenta de sua dinâmica ou de seu fluxo original”.

Do final do século XIX até 1920 é considerada a fase de consolidação da imprensa, que coincidiu com a Proclamação da República, com o início de pesquisas sobre o jornalismo no país por parte dos institutos históricos nacionais e com o processo de industrialização que possibilitou renovar o parque gráfico e situar o jornalismo em uma lógica empresarial. Nesse contexto, “[...] o caráter de pasquim opinativo foi, gradativamente, substituído por uma lógica institucional e comercial. Saiu de cena a tipografia artesanal e a indústria passou a ocupar seu espaço” (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 81).

A fase moderna da imprensa se constituiu a partir da implantação do rádio, na década de 1920, e sua consolidação ocorreu em meados de 1950. Moraes Júnior (2013, p. 82) explica que “Nessa fase de expansão das empresas de comunicação e de jornalismo, desenvolveu-se um *know-how* jornalístico sob forte influência da indústria dos Estados Unidos” e, principalmente, após a Segunda Guerra Mundial, a atividade jornalística passou a ser regida pela lógica mercantilista e econômica fomentada pela publicidade.

A fase contemporânea do jornalismo iniciou-se a partir de 1950, ano que marca a chegada da TV ao Brasil, e vai até 1990. A radiodifusão consolidou-se no país nos anos 50 do século XX e, diante da concorrência, os jornais impressos buscaram se reestruturar e transformaram-se em empresas de produção em massa. Com as tecnologias de áudio e vídeo foi possível a constituição da área audiovisual, que trouxe ao receptor a sensação de um tempo real e de um pertencimento social. Instaura-se, portanto, uma

[...] outra modalidade de representação, que supõe um outro espaço-tempo social (imaterialmente ancorado na velocidade do fluxo eletrônico), um novo regime de visibilidade pública. Fala-se aqui, por conseguinte, de *simulação*, quer dizer, da existência de coisa ou fato gerados por técnicas analógicas (ondas hertzianas, transmissão por cabo) (SODRÉ, 2010, p. 16).

A partir dos anos 90 do século XX, com a implantação da rede mundial de computadores - a internet - inaugura-se uma nova fase midiática, a *nova mídia*. Enquanto as primeiras décadas do século XX foram marcadas pelo surgimento de mídias eletrônicas, como o rádio e a TV, o início do século XXI apresenta uma articulação entre as tecnologias eletrônicas e digitais, com uma aceleração no processo de desenvolvimento e popularização das TIC. Sobre esta fase, Sodré escreve:

A partir do computador, a simulação *digitaliza-se* (a informação é veiculada por compressão numérica) e, nos atuais, termos tecnológicos, passamos da dominância analógica à digital, embora os dois campos estejam em contínua interface. Daí decorre a conformação atual da tecnocultura, uma cultura da simulação ou do fluxo, que faz da “representação apresentativa” uma nova forma de vida. Saber e sentir ingressam num novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas (SODRÉ, 2010, p. 17).

Em entrevista concedida a Moraes Júnior (2013, p. 175), o jornalista e professor da Facásper Caio Túlio Costa enfatiza que essa *nova mídia*, “que é uma mídia digitalizada, uma mídia evasiva”, favorece uma maneira de comunicar mais assimétrica que a mídia tradicional e “traz uma mudança estrutural da maneira de se comunicar”. Ainda de acordo com ele, ela

abrange as mídias tradicionais, que passam a incorporar as novas maneiras de fazer e distribuir informação baseadas num novo relacionamento com a informação e com o público. Assim, “a articulação entre imprensa e internet abre caminho para uma nova direção da feitura da notícia”, como afirma Moraes Júnior (2013, p. 77).

Mas, se de um lado nota-se a possibilidade de o jornalismo escapar da linearidade do tempo e da territorialidade do espaço - ao abrir espaço para um novo formato interativo e participativo -, de outro, há necessidade de um cuidado maior com a checagem, apuração e aprofundamento das informações. Com as tecnologias, a atualização e disponibilização de notícias não levam mais dias, mas minutos ou segundos. Em meio a uma avalanche de informações, que podem ou não serem transformadas em notícias, e com a tarefa de informar a sociedade em tempo ágil, sob a pressão do “furo” dos concorrentes, o jornalismo tende a se apresentar cada vez mais superficial. Nesse cenário em que as tecnologias influenciam diretamente o jornalismo/saber jornalístico,

[...] A incorporação crítica das possibilidades digitais ao dia a dia da profissão parece ser um aspecto diante do qual o jornalismo não pode titubear, ainda que não se saiba ao certo o que a *nova mídia*, que abraça as mídias tradicionais e as mais recentes tecnologias, reserva à imprensa (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 78).

Outros autores comungam com a ideia da importância de se posicionar criticamente em relação à tecnologia. Na década de 1960, o filósofo e teórico da comunicação Marshall McLuhan já apresentava em sua obra *Os meios de Comunicação como Extensões do Homem: Understandig Media* a existência de uma rede de comunicações complexa em que o homem estaria inserido na era da cibernética, da automação, da eletrônica. Ele também apontava para o fato de a tecnologia não ser neutra, por interferir na percepção do homem acerca do mundo e em suas relações sociais. Para o autor, as tecnologias devem ser entendidas como instrumentos, extensões do corpo e da inteligência do homem. Com elas o homem pôde experimentar a passagem do mundo tipográfico, linear e mecânico da Primeira Revolução Industrial para o mundo eletrônico, tribalizado e cósmico da Segunda Revolução Industrial (McLUHAN, 1969).

Na época em que foram formuladas, as concepções de McLuhan tiveram grande influência nos estudos da área da comunicação. Não demorou muito para que o mundo eletrônico se deparasse com a chegada do digital e apontou-se o fato de que as teorias mcluhianas foram proféticas, como por exemplo, ao anunciarem o conceito de Aldeia Global. Hoje, mais do que em qualquer outra época, as tecnologias possibilitam ao homem uma

comunicação instantânea, interativa e oportunizam, inclusive, o compartilhamento imagem e som, sem a necessidade de deslocamento para o mesmo espaço dos interlocutores. Os efeitos disso já podem ser sentidos pelo jornalismo/saber jornalístico. Verifica-se uma outra relação com o tempo, com o espaço e com o público, relação que reflete diretamente no fazer e no pensar jornalístico⁷⁸.

Concomitantemente, transforma-se o *modus operandi* do jornalismo. Os textos jornalísticos não são mais datilografados nas pautas de papel, mas digitados nos teclados e visualizados nas telas dos computadores e *ipads*, mesmo que ainda possam, posteriormente, ser impressos. São inúmeros os programas de diagramações, edições de áudio e vídeo e de confecções de páginas na internet que oferecem diferentes ferramentas disponíveis para tornar os produtos jornalísticos mais atrativos, suas produções mais ágeis e interligadas em rede e com possibilidades de compartilhamento do material entre a equipe de trabalho, mesmo que os membros dessa equipe não estejam numa mesma redação. E a notícia, como um produto altamente perecível, requer cada vez mais instantaneidade.

Diante disso, surge a necessidade de se adquirir um mínimo de conhecimento do que as tecnologias podem oferecer em cada mídia e para cada área específica do jornalismo. No prefácio da obra *Jornalismo 2.0*, Castilho escreve: “A digitalização do jornalismo já é uma realidade, embora o novo perfil da profissão ainda esteja em construção. Muitos dizem que ele jamais terá uma cara definitiva, porque a comunicação tornou-se irremediavelmente fluida” (CASTILHO, 2007, p. 6). Além disso, o jornalista enfatiza a parceria entre o público e os jornalistas na produção de notícias. Sobre isso, afirma:

O jornalismo como conversa entre profissionais e o público é um conceito absolutamente novo e que provoca muita polêmica. [...] o futuro do jornalismo passa por este diálogo [...]. É uma conversa muito especial, porque ela terá de, inicialmente, desmontar desconfiâncias e preconceitos passados entre quem publica e quem consome informação, o que por si só já é uma tarefa complicadíssima (BRIGGS, 2007, p. 7).

Apesar de todas essas novidades no campo prático e teórico do jornalismo possíveis com o uso das novas tecnologias, Sodré (2010, p. 12-13) alerta para o fato de que as TIC

⁷⁸ Na obra *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, o professor de sociologia John B. Thompson (2008) apresenta o conceito de *historicidade mediada* que está relacionado à forma como os indivíduos passaram a experimentar os acontecimentos não mais por relatos orais em interações face a face, mas principalmente por meio de livros, jornais, rádiojornais, telejornais, filmes e programas televisivos. O autor também expõe a ideia de *mundanidade mediada*, em que a informação ultrapassa um local comum de compartilhamento. Isso acarreta um novo modo de perceber o tempo e o espaço. O tempo deixa de ser o vivido e passa a ser o ditado pela mídia, e o espaço comum independe da presença física. Cria-se então uma *socialidade mediada*, que diz respeito à sensação de pertencimento a grupos, classes, comunidades construídas através da mídia.

“mostram-se francamente conservadoras das velhas estruturas de poder, embora possam aqui e ali agilizar o que, dentro dos parâmetros liberais, se chamaria ‘democratização’”. Para ele, o uso da expressão “Revolução da Informação”, referido ao surgimento do computador e da internet e aos seus impactos na sociedade, é inadequado. Talvez pudesse “[...] ser substituída por *mutação tecnológica*” (SODRÉ, 2010, p. 13), pois o que se observa é uma maturidade tecnológica do desenvolvimento científico que possibilitou hibridizar e rotinizar processos técnicos e produção de trabalho já existentes.

Dessa forma, o que está em jogo a partir dos avanços tecnológicos que contribuíram para transformações na produção e distribuição de bens, inclusive os simbólicos, é o modo como o homem se avem com o tempo e o espaço. Aumentam-se velocidade e a distribuição, ampliam-se fronteiras em que as informações se permeiam entre culturas distintas. Torna-se possível a estocagem e a circulação de grandes volumes de dados até então inimagináveis. Surgem expressões para designar ações que não existiam até na metade do século passado, como por exemplo *tempo real*, para referência à comunicação instantânea e simultânea e *espaço virtual*, que designa os ambientes artificiais e interativos criados por computador. Cria-se outro tipo de visibilidade pública, impensável até então, marcada pelo número de acessos a uma página na internet. Enfim, essa *mutação tecnológica* “revela uma das grandes características da Modernidade - a mobilidade ou circulação das coisas no mundo” (SODRÉ, 2010, p. 12-13).

Ainda segundo Sodré (2010), torna-se oportuno atentar-se nesse estágio de mutação tecnológica à naturalização de uma tecnocultura em que “[...] saber e sentir ingressam num novo registro, que é o da possibilidade de sua exteriorização objetivante, de sua delegação a máquinas” (SODRÉ, 2010, p. 17). Nessa perspectiva, o que está em jogo no desenvolvimento das TIC vai além da transformação radical no trabalho, na socialização e no entretenimento do homem na atualidade. Trata-se de “[...] um novo tipo de exercício de poder sobre o indivíduo (o ‘infocontrole’, a ‘datavigilância’)” (SODRÉ, 2010, p. 15).

Torna-se aqui oportuno um retorno ao alerta do filósofo Martin Heidegger (2002), que em seu texto *A Questão da técnica* recorre aos gregos para mostrar as fragilidades do pensamento moderno sobre a técnica e convida a descobri-la na essência. Segundo o autor, na Grécia Antiga o conhecimento se dava pelo desencobrimento do que estava dado; buscava-se, então, revelar a essência do objeto. Para os gregos o homem não se separava da natureza; havia uma compreensão originária, tanto para a natureza (*physis*, mundo físico) quanto para os produtos da *poiésis* (daquilo que é feito na cultura pelas mãos do homem, os artefatos). Para cada *poiésis* havia uma *téchne*, termo que dá origem ao que hoje entendemos como

técnica e tecnologia. Dentro dessa perspectiva, o mundo já teria um projeto em que natureza e artefatos possuíam um propósito e um significado já definidos, antes de qualquer intervenção humana. Ao homem caberia descobrir o que já estava dado. Vale destacar também que nessa época de muitos deuses, quando os valores sociais estavam em acordo com uma mitologia, todas as descobertas passavam pelo julgamento das divindades, fato que provavelmente poderia também impossibilitar o surgimento de novos pensamentos.

Uma nova configuração pode ser observada na Idade Clássica ou Cartesiana, no século XVII, em que foi possível uma ciência e uma técnica sem o impedimento divino e, na busca de uma verdade, o pensamento apoiou-se no que poderia ser quantificável, planejado, ordenado, classificado, posto em categorização. Dessa vez, separado da natureza e apoiado no desenvolvimento das ciências, o homem passou a utilizar a técnica para controlar o meio natural.

A professora e pedagoga Joana Peixoto aponta o quanto a ciência baliza a técnica desde a Idade Clássica e acrescenta que, desde então, “a técnica, fundamentada na ciência se converte em poderosa força material, que afeta cada vez mais nosso modo de ser, a vida cultural e as formas de sociabilidade” (PEIXOTO, 2012, p. 12). Já o homem atual, na crença de ser o senhor da natureza, e não parte integrante desta, apoiado por um avanço científico e tecnológico nunca antes vivido, tem a ilusão de dominá-la. Se o pensamento na cultura helenística emergia do produto, agora passa a ser construído. O homem colocou-se no lugar de Deus e a essência⁷⁹ da técnica ensinada pela civilização grega foi esquecida. Neste contexto, tudo passa a ser dispositivo para controlar, inclusive os sistemas: a família, a escola, a religião, a mídia, a política, a economia.

O grande problema é que o homem parece ter se deixado encantar demais pela técnica. De fato, seu avanço é surpreendente e os seus aspectos positivos parecem hipnotizar e se sobrepôr a qualquer aspecto ruim advindo. O homem atual sequer consegue imaginar sua vida sem a existência da técnica. Sua valorização na atualidade está exatamente na concepção de que ela nos protegeria da fragilidade da natureza. A partir desse olhar há uma promessa que ainda não foi cumprida: de que a técnica controlaria e resolveria os problemas advindos da natureza. Essa visão está marcando o pensamento moderno.

Ainda segundo Heidegger (2002), o homem moderno, nesse encantamento, tem a ilusão de que domina todo o planeta e isso passa a ser considerado como progresso e bem-estar. A verdade, porém, é que ele está sendo dominado pela técnica, torna-se a cada dia mais

⁷⁹ A essência da técnica é o que realmente ela é, e não sua representação. “A técnica não é igual à essência da técnica” (HEIDEGGER, 2002, p. 11).

refém de suas forças. O homem se separou da natureza e, na constante tentativa de dominá-la, acaba aprisionado. Sendo assim, a tecnologia que liberta é a mesma que aprisiona, perigo alertado pelo filósofo. Segundo ele, a questão da técnica não é a técnica e o desencobrimento que rege a técnica moderna é “uma exploração que impõe à natureza a pretensão de fornecer energia, capaz de, como tal, ser beneficiada e armazenada” (HEIDEGGER, 2002, p. 19). Acerca disso, o texto *Heidegger e a modernidade*, do filósofo e professor Wanderley J. Ferreira Jr. (1998) traz a seguinte reflexão:

O perigo está na própria essência da técnica, que impõe um comportamento provocante e que rege a relação do homem com o ente. [...] **A técnica coloca o homem em perigo, porque ameaça a essência pensante do homem, velando o verdadeiro sentido do ser do homem e dos entes.** [...] O domínio planetário da Técnica promove o que Heidegger chama de *obscurecimento do mundo*. No âmbito desse *obscurecimento*, acontece a *fuga dos deuses*, a *destruição da terra*, a *massificação do homem* e a *primazia do medíocre* (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 127, grifos nossos).

O filósofo Eric Hobsbawm (2008, p. 549) lembra que a ideia do livre mercado, evidenciada no final do século XX, abarca também a tecnologia que “continuou a forçar a mão de obra na produção de bens e serviços, sem proporcionar trabalho suficiente [...] nem assegurar uma taxa de crescimento econômico suficiente para absorvê-los”. Percebe-se uma articulação entre política, economia e tecnologia que vem influenciando o modo de pensar da sociedade atual. Há um intenso discurso que reverencia as tecnologias e coloca nelas a responsabilidade pelo progresso e pela segurança humana. Baseando-se nas ideias de Heidegger (1987), Ferreira Júnior (1998) mostra que desde o início do século XX

[...] **A dimensão dominante tornou-se a dimensão da extensão e do número.** [...] Essa planificação atinge sua intensificação na Rússia e Estados Unidos, onde vigora o *equivalente*, que destrói toda hierarquia e todo mundo espiritual. **Essa avalanche uniformizadora da técnica manifesta-se na forma de um desvirtuamento do espírito** (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 127, grifos nossos).

Ainda de acordo com esse autor, a era da técnica tende a se movimentar no sentido dos conhecimentos de superfície: o *Espírito* degrada-se em cultura, dispõe-se em regiões (Arte, Religião, Poesia, entre outras). Emerge daí, a Ciência, que se fragmenta em diversas disciplinas apresentadas à disposição das profissões. A Ciência, os saberes tendem à especialização, como demonstra Bachelard (1977) ao cunhar a expressão *racionalismos regionais*. O *Espírito* se transforma em *Inteligência instrumental* - “uma mera habilidade ou

perícia no exame, no cálculo e na avaliação das coisas, com objetivo de transformá-las reproduzi-las e distribuí-las em massa” (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 127).

Tanto o jornalismo quanto o seu saber não escapam disso. Pelo contrário, estão cada vez mais impregnados pelo discurso tecnológico, pela *inteligência instrumental*, em que “[...] O Espírito, falsificado em inteligência, degrada-se para o papel de um mero instrumento a serviço de outro, cujo manejo pode ser ensinado e aprendido” (FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 128).

No artigo⁸⁰ intitulado *Dispensáveis e anulados*, o jornalista e professor Rogério Borges (2015) enfatiza a tendência de se conceder às máquinas a tarefa de expandir a cultura e criar algo novo. Na atualidade, os esforços criativos se concentram na tecnologia, e não mais na arte e na filosofia. Agilidade e praticidade são características valorizadas. Abdica-se da prerrogativa de pensar, de se haver com a teoria. Assim,

[...] vamos nos acomodando a sermos preguiçosos para solucionar problemas, para fazer contas, para escrever, para ler. O jornalismo – e aqui vai a mea-culpa – não foge a essa regra. Pelo contrário, é cada vez mais engolido por essa dinâmica. O trivial ganhou poder de notícia, as bobagens do universo digital dominam pautas, as reportagens, na tentativa de ficarem informais, ‘engraçadinhas’, vão se aproximando mais e mais do puro entretenimento. As fronteiras entre o sério e o grotesco estão mais tênues e a irrelevância já domina amplos territórios. O jornalismo padece de um mau que aflige outras linguagens que necessitam do pensamento mais detido para sobreviver e prosperar. [...] Isso tudo acontece porque estamos abdicando da nossa prerrogativa de pensar. Estamos entregando isso às facilidades tecnológicas [...]. Assim, nos anulamos. Assim vamos ficando dispensáveis (BORGES, 2015, s./p., grifos nossos).

Ferreira Júnior (1998) aponta para a necessidade de dar um outro sentido à técnica/tecnologias, para transcender seu caráter instrumental. É preciso compreender que elas não são naturais, mas sim resultado da ação humana, ou seja, são sempre artificiais. A questão não está em a técnica/tecnologia ser positiva, negativa ou neutra. O problema está, acima de tudo, no processo de massificação, maquinização e de exclusão da consciência do humano e na conseqüente impossibilidade do despertar do ser. Esse problema advém também do papel que se atribui à técnica na relação do homem consigo mesmo e com os outros humanos.

Seguindo o pensamento de Heidegger, o filósofo e professor Franz Josef Brüseke, em sua obra *A técnica e os riscos da modernidade* (2001), alerta para o perigo acerca da falta de percepção do homem atual no que concerne à exploração, ao controle do ser humano e ao

⁸⁰ Esse artigo foi publicado no jornal goiano *O Popular* em fevereiro de 2015 e traz como questão central a delegação do ato de pensar às tecnologias e as conseqüências disso para a humanidade, em específico para o jornalismo/saber jornalístico.

esquecimento do ser (BRÜSEKE, 2001). A técnica colocada como meio e finalidade, alerta o autor, traz consequências irreparáveis à condição humana e à existência. Para Brüseke, Auschwitz, Stalingrado, Hiroshima e Nagasaki são apenas os primeiros anúncios dessas consequências. Comungando com essa ideia, Ferreira Júnior (2012), em conferência intitulada *Heidegger e a questão da técnica*⁸¹, deixou a seguinte reflexão: “Chegamos tarde para Deus e muito cedo para o ser”.

Como vem sendo demonstrado, essa concepção instrumental da técnica pelo homem moderno está impregnada no saber jornalístico atual. Por meio dela constroem-se diariamente discursos e ficções, ocultam-se versões diferentes de um mesmo fato. Por trás dos veículos de comunicação arma-se uma categoria hegemônica, detentora de poder econômico e político, que monopoliza a informação, pauta uma sociedade e difunde uma ideologia. Nesse contexto, a promessa de uma democratização da informação por meio de dispositivos técnicos, como a TV e internet, corre o risco de se tornar uma aspiração utópica, pois o que vem ocorrendo, de fato, é o uso dessas tecnologias para controlar grande parte da população.

O espaço do jornalismo na atualidade, como bem aponta o jornalista e professor Felipe Pena (2005), é o público. Porém, essa concepção de espaço público está longe de discutir interesses de uma coletividade, como ocorria, por exemplo, na *ágora* da Grécia Antiga. O filósofo Jürgen Habermas, em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984), mostra como a burguesia se apropriou do espaço público para defender interesses privados. Assim, o que se percebe hoje é que esse espaço se tornou lugar de exposição e de visibilidade dos assuntos de interesse de poucos com a finalidade de dominar muitos. Nesse contexto, a luta pela audiência é constante; e para prender a atenção do público vale tudo, inclusive fazer do conteúdo jornalístico um grande espetáculo. Acerca disso, Bucci (1998, p. 23) faz uma reflexão sobre o telejornalismo que se estende ao jornalismo em diferentes meios:

Em muitas ocasiões o que ele (jornalismo de televisão) exhibe como informação é pura promoção de espetáculo em assuntos tão diversos quanto saúde, política, meio ambiente ou ciência. O que determina que assim seja não é apenas a troca de favores (de influência, de servidão) entre as empresas de televisão e outros núcleos de poder, mas é principalmente a necessidade do telejornalismo de proporcionar gozo. Cada dia mais, acima da tarefa de buscar e difundir a informação, o telejornalismo se vê forçado a produzir e montar o circo.

⁸¹ O professor e filósofo Dr. Wanderley J. Ferreira Jr. proferiu, no dia 17 de setembro de 2012, a conferência *Heidegger e a Questão da técnica* aos alunos do Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Educação da PUC-GO, na disciplina Educação e Comunicação, ministrada pela professora Dra. Joana Peixoto.

A internet anuncia uma possibilidade de democratização da informação com a exposição e visibilidade de assuntos e personagens distintos e com interesses diferentes, nem sempre os mesmos da classe dominante. Mas, como dito anteriormente, isso ainda é um anúncio de possibilidade de democracia. No caso do jornalismo, por exemplo, a internet vem reconfigurando as rotinas produtivas da notícia e a relação com o público já passa a ser bidirecional e interativa. Esses ainda são, porém, pequenos passos em um longo caminho para alcançar, de fato, a cidadania plena, entendida como democracia na sociedade atual.

Tudo indica que o jornalismo se vê em uma zona de conforto possibilitada pelas técnicas da informação. A possibilidade de produzir notícias e disseminá-la de forma instantânea e planetária aumenta o seu poder dentro de uma sociedade cujo modo de produção é o capitalismo e o modelo de desenvolvimento é o informacional. O grande problema é que o jornalismo/saber jornalístico parece estar aprisionado pela técnica. Ao se adequar aos diferentes meios técnicos, ele vem perdendo a possibilidade e a chance de trabalhar em favor de uma sociedade democrática.

Qual seria o caminho para transformar o jornalismo/saber jornalístico atual, que fabrica espetáculos no intuito de tornar público tudo o que favorece o modo de produção capitalista, em um jornalismo que favoreça uma sociedade mais democrática? Ao que tudo indica, esse caminho se dá por uma formação vertical e sólida desses profissionais; afinal, “se a escola é o meio de se perpetuar um sistema, paradoxalmente é o único lócus possível para a ruptura com o mesmo. Toda a mudança é precedida por um movimento educativo” (FIALHO, F.; FIALHO, G., 2012, p. 11). No artigo “Formando os magos do amanhã”, publicado na obra *Educação do século XXI desafios e perspectivas*, esses autores trazem a denúncia de como as escolas ainda têm contribuído para a repetição, a representação e a opressão e interferido negativamente no processo de singularização e de construção de um sujeito.

Não se pode afirmar que os cursos de Jornalismo ensinam somente o que já se observa no mercado; mas percebe-se em grande parte dos produtos jornalísticos a repetição de formatos e estilos textuais, as locuções e visuais padronizados e os mesmos cenários e recursos técnicos. E se o trabalho do jornalista de hoje se limitar a responder ao lide sem aprofundar discussões, a repetir os modelos padrões de produtos jornalísticos e a valorizar a técnica e a tecnologia no intuito de espetacularizar notícias para buscar e manter audiência, torna-se mesmo necessário colocar em questão a real necessidade de uma formação específica. Precisa-se de repensar, urgente, o quanto as matrizes curriculares e os projetos político-pedagógicos dos cursos de jornalismo podem, também, estar impregnados pelo discurso tecnicista, pela exploração e controle do ser humano.

Outro problema encontrado em grande parte dos cursos de jornalismo é a concepção que o homem atual tem sobre a técnica. A supervalorização desta aparece nas matrizes curriculares em pura consonância com um sistema educacional que muitas vezes tem o aluno como cliente. A fim de manter a clientela e reduzir o índice de evasão por parte dos alunos, as instituições de ensino superior privadas oferecem disciplinas práticas que se apoiam no uso das tecnologias e podem ser cursadas no segundo semestre do curso, sem a discussão de teorias indispensáveis para a compreensão da relação entre a técnica, o jornalismo e qualquer que seja o seu produto final - jornal impresso, revista, webjornal, telejornal, radiojornal. Acerca disso, Brasil (2007, p. 11) traz um dado alarmante:

[...] para aprender o ofício, muitos estudantes se matriculam em cursos universitários duvidosos [...]. A maioria desses cursos, tanto os universitários quanto os “milagrosos”, é sem dúvida muito ruim. Tentam o impossível. Pretendem ensinar a tocar piano sem ter um piano.

Nesses cursos há uma valorização dos laboratórios das práticas jornalísticas, muitas vezes apresentados como cartão de visita para os alunos ingressantes. Porém, as realidades desses espaços estão longe de ser ideais. O reduzido número de equipamentos, devido ao alto custo de investimento, geralmente não atende a demanda. Assim, grande parte dos graduandos não experienciam⁸² e muito menos pensam sobre a produção jornalística. Assim, poucos são os produtos jornalísticos elaborados pelos discentes que apresentam ruptura ou novidade em relação aos existentes no mercado; e pouco se estimula o processo de singularização, de estranhamento, de afastamento do que já está dado como modelo e padrão. Além disso, as disciplinas práticas que se utilizam dos laboratórios geralmente têm cargas horárias insuficientes para uma formação que ultrapasse o conhecimento meramente técnico, o que impossibilita o aprofundamento teórico em relação à especificidade de cada técnica e a perspectiva de interdisciplinaridade dentro do próprio curso.

Nessa perspectiva, os cursos de jornalismo mais parecem fábricas despejando profissionais em série para disputar um lugar no mercado. Estão formando especialistas que não vão além dos recortes de suas áreas e que não conseguem significar o saber por inteiro. Ortega y Gasset (1929/2007) já denunciava essa problemática da especialização:

Dantes os homens podiam facilmente dividir-se em ignorantes e sábios, em mais ou menos sábios ou mais ou menos ignorantes. Mas o especialista não

⁸² O filósofo Walter Benjamin, em seu texto “Experiência e Pobreza” (BENJAMIN, 1994), explicita a diferença entre vivência e experiência a fim de denunciar o quanto o homem moderno não mais experiencia. Segundo ele, isso é um problema porque somente por meio da experiência o homem é capaz de aprender, compreender e agir de forma consciente e crítica.

pode ser subsumido por nenhuma destas categorias. Não é um sábio porque ignora tudo quanto não entra na sua especialidade, mas também não é um ignorante porque é “um homem de ciência” e conhece muito bem a pequeníssima parcela do universo em que trabalha. Teremos que dizer que é um sábio-ignorante – coisa extremamente grave – pois significa que é um senhor que se comportará em todas as questões que ignora, não como um ignorante, mas com toda a petulância de quem, na sua especialidade, é um sábio (ORTEGAY GASSET, 2007, p. 173-174).

Essa formação com perspectiva de atender a interesses de cunho político, econômico, técnico/tecnológico e mercadológico fica bem distante de uma formação que atenda o ser humano. Uma escola com esse projeto, seja de que nível for - infantil, fundamental, médio, superior -, sufoca qualquer possibilidade de uma educação que abra todos os canais para desenvolver inteligências e habilidades, que forme um homem sensível e torne as pessoas cada vez mais livres, singulares e responsáveis.

Considerando todo o exposto, compreende-se que se faz necessário e urgente um curso superior de Jornalismo cujo papel esteja além do ensino de técnicas e teorias superficiais e desconectadas entre si. Afinal, um curso de Jornalismo deve, antes de tudo, estimular o pensar, ou seja, possibilitar o estranhamento e consequentes rupturas com o que já está dado; por exemplo, por em questão o uso da técnica, as rotinas produtivas da notícia e os meandros das interferências organizacionais.

3.2 O SABER JORNALÍSTICO E A CONSTITUIÇÃO DE SUAS TEORIAS À LUZ E SOMBRAS DA *EPISTEME* MODERNA

Foucault mostra em suas obras⁸³ que na modernidade o saber é invenção. Essa construção se dá a partir de condições gerais de possibilidade, que ele nomeará *episteme*, o “*húmus* que alimenta o modo de pensar de uma cultura numa determinada época” (TERNES, 2004, p. 196); ou seja, o que foi possível ser pensado e dito em determinada época é o que constitui o saber/pensamento. Em *A história da loucura* (2003), por exemplo, ele mostra que na Idade Clássica não era possível coexistirem razão e loucura como no Renascimento. Aos loucos restava então o exílio, o Grande Internamento, considerado natural àqueles que a razão faltasse.

Na época clássica, o espaço do louco é o Grande Enclausuramento. Isso significa que ele não é percebido como doente e muito menos como doente

⁸³ *A história da loucura na Idade Clássica* (2003), *O Nascimento da Clínica* (1994), *As palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas* (1999), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão* (2012), *Microfísica do Poder* (2014b), *A Arqueologia do Saber* (2014a).

mental. No Hospital Geral não há tratamento, e se um médico faz visitas esporádicas a esses estabelecimentos é por medo de que a população internada adoça e possa contaminar a cidade (MACHADO, 2007, p. 59).

Na modernidade, o pensamento sobre a loucura mudou de estatuto. O louco passou a ser visto como doente que poderia recuperar a razão. O seu destino, a partir de então, era ser tratado. Há um objeto novo: o doente mental. Essa novidade trouxe um outro olhar sobre a loucura, rompeu com o modo de pensá-la e inaugurou uma outra forma de ver e se haver com ela. Acerca disso, Machado (2007, p. 58) acrescenta: “o ato de internar não é algo negativo, no sentido de unicamente separar, isolar, excluir. É muito mais que isso: ele é positivo, não no sentido, é evidente, de um juízo de valor, mas no de criador de realidade e de saber”.

Em *O nascimento da Clínica* (1994), Foucault descreve o nascimento da anátomo-clínica que exigiu a abertura de cadáveres, não mais se contentava com as estruturas externas. Na modernidade, as estruturas invisíveis passaram a ser imprescindíveis para o saber médico, que apresentaria a bipolaridade entre o normal e o patológico. O conhecimento fisiológico instala-se no centro de toda reflexão médica e o saber passou a exigir além da exterioridade, não porque vivia-se uma época em que se permitiu dissecar o corpo humano, mas sim pelo fato de que o conhecer se voltou para a interioridade, a profundidade. Buscando entender o nascimento da clínica e, por sua vez, a constituição do saber médico, o autor descreve como eram a organização dos hospitais, as prescrições e relatórios, a separação entre os doentes e os normais e mostra que as ciências do homem surgiram no prolongamento das ciências da vida, tomando emprestados conceitos da Biologia, embora já estivessem fundadas também medicamente.

Em *Vigiar e Punir* (2012), o autor apresenta a história da legislação penal, a constituição de uma sociedade disciplinar e o processo mediante o qual os suplícios foram substituídos por prisões com direito à reintegração social. Apresenta-se aí uma novidade discursiva acerca do direito penal: para além de um projeto mais humanitário, político e econômico, ele passou a pensar a recuperação dos criminosos, a transformação em indivíduos dóceis e úteis. Isso porque o homem é agora compreendido como ser em construção. Ele não nasce pronto, é “devir”. O autor descreve o surgimento do poder disciplinar e, a partir dele, a “proliferação de saberes estranhos à tradição do Ocidente”. Como avalia Ternes (2004, p. 194):

Não são saberes que emergem do esforço de objetividade. Trata-se de conhecimentos que se constituem no interior das instituições, umbilicalmente relacionados com o fazer, com técnicas de produção. Ao

contrário do que ocorrera com as empiricidades clássicas, que, mesmo tributárias de um procedimento eminentemente político, o inquirido, alcançaram um grau elevado de autonomia epistemológica, esses saberes emergentes desde o ocaso do século XVIII assumem, sem pudores, as alianças impostas pelo seu procedimento regular: o exame. De um lado, extraem, do objeto, uma sabedoria. De outro, tal aprendizagem permite redobrar o cuidado, o controle do sujeito envolvido no processo. O nome dessas ciências? Mais do que uma identidade epistêmica, talvez se deva apontar-lhes o lugar institucional, um espaço político: o quartel, o hospital, a prisão, a família, a escola. Foi através do estudo dessas instituições, não como aparelhos de um Estado distante, o que já nos dá, de antemão, a resposta, mas, sim, como redes localizadas de poder, que Foucault nos apresenta uma nova leitura da existência de saberes tais como: pedagogia, assistência social, psicologia etc. (TERNES, 2004, p. 194-195).

Foucault (2014b) mostra que o homem surgiu pela primeira vez, como produtor de poder e objeto de saber, a partir das técnicas disciplinares, tais como adestrar e regular o comportamento do corpo, normalizar o prazer, aprender gestos e interpretar discursos com o intuito de separar, comparar, hierarquizar. “Das técnicas disciplinares, que são técnicas de individualização, nasce um tipo específico de saber: as ciências do homem” (FOUCAULT, 2014b, p. 26). E acrescenta: “[...] se as ciências do homem têm como condição de possibilidade política a disciplina, as ‘regulações da população’, os ‘dispositivos de segurança’ estão na origem de ciências sociais com a estatística, a demografia, a economia, a geografia etc.” (FOUCAULT, 2014b, p. 30).

Em *As palavras e as coisas* (1999) Foucault faz uma arqueologia das ciências humanas e mostra o esgotamento do projeto cartesiano, da Idade da Representação. O autor verifica que o saber muda de estatuto. A *Análise das Riquezas*, a *História Natural* e a *Gramática Geral* dão lugar ao trabalho, à vida e à linguagem, respectivamente. Trata-se de novos objetos até então impensados. Na modernidade foi possível então pensar a vida, o homem e a constituição de saberes como a Biologia, a Sociologia e a Psicologia, que só surgiram com o esfacelamento ou esgotamento da Idade Clássica.

Assim, se conhecer na Idade Clássica se dava pela ordenação, pela classificação e pelo enquadramento, se o mundo se dava por imagens e representações, na modernidade esse projeto cartesiano é questionado. Não mais se reconheceria um fundamento absoluto, seja Deus, o sujeito ou qualquer outra coisa. Não haveria mais um projeto único da razão, uma unidade; as mais diversas experiências se colocam como saberes. Nessa exposição, Foucault apresenta a ideia de que em certas épocas é possível pensar em determinados objetos que antes não eram possíveis de ser pensados e mostra que as Ciências Humanas se constituíram no interior de determinadas condições.

Mas o que essas ideias descritas nas obras de Foucault têm a ver com o saber jornalístico? Como visto anteriormente, o autor situa o jornalismo como um acontecimento, um fenômeno, uma invenção do século XIX. Trata-se então de um saber que se alimenta do hùmus da modernidade, que se configura nesse solo em que os discursos, os saberes e a linguagem são construídos. Longe de questionar a cientificidade desse saber, já que foge à proposta deste trabalho, importa aqui entender e descrever o espaço em que o saber jornalístico se constitui.

Se na modernidade a verdade é fabricada, o mundo e o pensamento/saber/linguagem são invenções, construções. Conhecer exige pensar, construir, inventar, e não mais descobrir, ordenar, classificar.

Nós, modernos, os absolutamente modernos, pelo menos, não nos contentamos com representações. Mudou, para nós, o que é saber. Mudou nossa compreensão do que é conhecer. É essa história que separa duas maneiras de compreender o saber que será preciso aqui escrever. História do estatuto da linguagem, portanto. História, também, do estatuto da realidade (TERNES, 2012a, p. 1).

O saber jornalístico surge nesse espaço em que a linguagem não mais representa o mundo, mas o constitui; nesse solo em que conhecer, se haver com o “real” e com a “verdade” muda de natureza, pois, como revela Ternes (2012a, p. 1), “o que denominamos ‘real’ está em nossa boca, é um modo de falar, de escrever, de pensar”. A linguagem agora fala, não mais representa.

Mas o saber jornalístico também aparece e se constitui arraigado em sua negatividade, ou seja, naquilo que ele não é. Assim como as ciências humanas e as outras ciências modernas, ele vive de outros saberes, o que dificulta sua autonomia, sua invenção em bases sólidas e próprias. Isso gera problemas acerca do objeto, da formação de um corpo teórico próprio e em torno da delimitação do campo do saber. Talvez possa se apontar aí para uma crise ou uma fragilidade das ciências e saberes modernos.

Em relação às ciências humanas, Merleau-Ponty (1973) aponta para a dificuldade que elas têm em realizar um estudo acerca do objeto homem sem fazer relação com aspectos externos a ele. Sobre essa ideia, o autor afirma:

Tanto as ciências do homem (Psicologia, Sociologia, História), quanto a Filosofia, encontravam-se numa situação de crise. À medida que se desenvolviam as pesquisas psicológicas, sociológicas, históricas, tendiam a nos apresentar todo pensamento, toda opinião e, em particular, toda filosofia como resultado da ação combinada das condições psicológicas, sociais, históricas exteriores. A Psicologia tendia para o que Husserl denomina

psicologismo, a Sociologia para o sociologismo, a História para o historicismo. Ora com isto elas acabavam por erradicar seus próprios fundamentos (MERLEAU-PONTY, 1973, p. 16).

O saber jornalístico repetiria essa mesma fragilidade das ciências humanas e demais ciências modernas apontadas por Merleau-Ponty (1973), com algumas especificidades que devem ser consideradas. Por beber em fontes de distintos e diversos saberes e ciências, ele tomou por empréstimo conceitos de outras áreas; deixou, assim, a oportunidade de criá-los e também se constituiu de forma híbrida. Além disso, os estudos do jornalismo foram mergulhados e, porque não dizer, dissolvidos na fonte das Ciências da Comunicação, que surgiram por volta de 1940 e foram influenciadas pelo uso dos meios de comunicação de massa no contexto da Segunda Guerra Mundial. Um contrassenso, de acordo com o Relatório da Comissão de Especialistas das Novas Diretrizes Curriculares de Jornalismo (BRASIL, 2009), já que os estudos de jornalismo em cursos de graduação datam da primeira década do século XX. Mas, para além de que campo tenha se constituído primeiro, vale destacar que as Ciências da Comunicação também são filhas de outros tantos saberes, como bem avalia Juan Diaz Bordenave (1998):

[...] a maior parte de suas teorias e pesquisas foi resultante de outras ciências já consolidadas, como a Psicologia, a Sociologia, a Psicologia Social, a Antropologia e a Ciência Política. A ciência da comunicação é, pois, filha de muitas mães e, talvez por isso, a sua evolução tenha registrado diversas mudanças de orientação, que corresponderam não só aos interesses e necessidades das épocas históricas respectivas mas também aos diversos pontos de vista das ciências-mães ou de seus mais destacados expoentes (BORDENAVE, 1998, p. 107-108).

Se, por um lado, contar com diferentes abordagens e discursividades pode ser entendido como uma riqueza, de outro deve se atentar para a dispersão de conhecimentos e falta de aprofundamento (ou verticalização) de um saber. No caso do jornalismo, prevaleceu ao longo de suas construções teóricas o que os outros saberes e ciências disseram dele. Assim, acabaram por constituí-lo, se levar-se em conta que a linguagem/pensamento constitui, constrói e inventa o que é possível ser dito em cada época. Desse modo, as teorias da comunicação reinaram quase absolutas nesse campo de saber, principalmente no meio acadêmico, já que na prática sempre houve um estranhamento entre o pensar a comunicação e o fazer jornalismo.

Dois fatores foram decisivos para intensificar esse problema e estão relacionados à implantação do curso de Jornalismo no Brasil e à organização de seus Currículos Mínimos⁸⁴ e Diretrizes Curriculares, como aponta o Relatório da Comissão Especial do Jornalismo (BRASIL, 2009), produzido por uma equipe de professores e pesquisadores da área. No texto, os autores mostram que a substituição do curso de Jornalismo pelo curso de Comunicação Social, na tentativa de formar o comunicador polivalente, teve consequências negativas para a formação do jornalista e, por extensão, para o saber jornalístico. Ficaram na marginalidade conteúdos indispensáveis, como Teoria, Ética, Deontologia e História do Jornalismo, que foram fracionados em conteúdos gerais da Comunicação.

O documento revela ainda que, mesmo depois de a habilitação “comunicador polivalente” ser retirada do currículo mínimo, as disciplinas teóricas do curso de Comunicação Social, no intuito de atenderem às diferentes habilitações – Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Produção Editorial e Cinema,

[...] abandonaram as referências fundamentais para a prática do jornalismo, quando não se voltaram contra elas. Contudo, com o posterior abandono do projeto de formar o ‘comunicador polivalente’ nos cursos, a teoria não retornou às questões suscitadas pelas habilitações profissionais específicas, como seria o esperado. Ganhou, em vez disso, crescente autonomia em relação às práticas da comunicação, na direção de se tornar uma disciplina estritamente crítica, da área das Ciências Humanas, e não mais da área das Ciências Aplicadas. Em consequência, passou a não reconhecer legitimidade no estudo voltado ao exercício profissional, desprestigiando a prática, ridicularizando os seus valores e se isolando do mundo do jornalismo (BRASIL, 2009, p. 11-12).

Seguindo essa perspectiva, o saber jornalístico em construção no meio acadêmico direcionou-se, de um lado, para o conhecimento prático e técnico da profissão e, de outro, para as teorias da comunicação desvinculadas do jornalismo. A consequência é relatada da seguinte forma pela comissão de especialistas instituída pelo Ministério da Educação para traçar as novas Diretrizes Nacionais dos Cursos de Jornalismo:

⁸⁴ Na obra *O Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às diretrizes curriculares*, a pesquisadora Cláudia Peixoto de Moura (2002) analisa a trajetória das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Comunicação Social no Brasil; mostra a articulação de entidades, profissionais e área acadêmica no intuito de constituir um modelo padrão curricular que possibilitasse a formação ideal para o profissional da área. Implantado a partir de 1962, o currículo mínimo do “Curso de Jornalismo” foi reformulado em 1965. A partir de 1969 foi implantado o currículo mínimo do “Curso de Comunicação Social” e as habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Editoração e Polivalente. Esse terceiro currículo sofreu mais duas atualizações que ocorreram em 1977 e 1984. Em 2002 o ensino de jornalismo nos cursos de graduação passou a seguir as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Comunicação e no ano de 2013 foram aprovadas as novas Diretrizes Curriculares para o curso de Jornalismo, conforme já detalhado no capítulo 2 desta tese.

[...] os estudantes de Jornalismo desde então têm sido forçados a uma opção dramática e pouco razoável entre negar a sua profissão, em nome do “espírito crítico”, ou desprezar a teoria estudada nos cursos para se voltarem à prática, reproduzida de maneira acrítica e envergonhada. A ênfase na análise crítica da mídia, quando feita sem compromisso com o aperfeiçoamento da prática profissional, abala a confiança dos estudantes em sua vocação, destrói seus ideais e os substitui pelo cinismo (BRASIL, 2009, p. 12).

Ao voltar os estudos principalmente para o campo da comunicação e à crítica da mídia em geral - que engloba, além do jornalismo, outras áreas como a publicidade e propaganda, o cinema, novelas e outras séries de entretenimento -, a formação deixou de primar pela construção de teorias específicas na área do jornalismo e de pensar e criar elementos internos próprios desse saber, que hoje se encontra à mercê de várias contestações e contrassensos.

Assim, o saber jornalístico constituído nas universidades acabou por receber durante décadas uma influência pragmatista que priorizou conhecimentos técnicos e tecnológicos, em detrimento do aprofundamento, da revisão e construção de teorias do jornalismo. A discussão acerca da tecnologia é ampla e não deixa de ser interessante; porém, pensar os saberes na modernidade, verificando além de sua estrutura visível⁸⁵ e para além de suas relações com aspectos externos - subsistemas econômicos, políticos e sociais -, pode talvez, como sugere Bachelard (1973, p. 13), “arejar” e devolver “turbulência e agressividade” ao pensamento. Em se tratando do saber jornalístico, parece haver obstáculos que o impedem de progredir ou rejuvenescer, quando seus estudos se restringem à crítica da mídia. Nesse sentido, construir uma teoria do jornalismo é uma tarefa que esteve por algum tempo à deriva, embora encontrasse esforços de alguns corajosos intelectuais⁸⁶ que se atreveram a superar a tradição, o formalismo, as convenções acadêmicas e as políticas de carreiras universitárias em busca de escrever novidade.

⁸⁵ Na obra *O Nascimento da Clínica* (1994), o filósofo Michel Foucault revela que o saber da medicina passou a ter um novo objeto que ia além da estrutura visível. O conhecimento acerca do corpo exigiu o aprofundamento nas estruturas invisíveis. Estava em jogo uma nova forma de conhecer até então marginalizada pelos estudiosos. Em analogia a essa ideia e baseado na discussão acerca da necessidade de revisão do pensamento realizada pelo filósofo Gaston Bachelard em *A formação do espírito científico* (1996), é presumível que a interioridade do saber jornalístico esteja ganhando uma nova construção, agora desmembrada da Comunicação, na tentativa de se tornar uma área mais autônoma. Estaria aí a novidade acerca do pensamento jornalístico, apontada para uma nova forma de conhecer desse campo. Indica, talvez, uma mudança de natureza desse saber que está a acontecer.

⁸⁶ Pena (2005) dedica um capítulo de sua obra *Teoria do Jornalismo* para revelar os pesquisadores que vêm contribuindo para compor o corpo teórico do saber jornalístico. Citam-se: Nelson Traquina, Alfredo Vizeu, Gaye Tuchman, José Marques de Melo, Nilson Lage, Ciro Marcondes, Eduardo Meditsch, Marialva Barbosa, Muniz Sodré, Adriano Rodrigues Duarte, Manuel Chaparro, Mauro Wolf, McCombs, Shaw, entre tantos outros a quem o autor pede desculpas por não estarem elencados.

Deleuze (2013) exprime bem essa angústia e preocupação do teórico comprometido com o progresso do saber. Discorrendo sobre a produção das obras *Diferença e repetição* e *Lógica do sentido*, o autor afirma: “Não tenho ilusões: ainda estão cheios de um aparato universitário, são pesados, mas tento sacudir algo, fazer com que alguma coisa em mim se mexa, tratar a escrita como um fluxo, não como um código” (DELEUZE, 2013, p. 15). A isso acrescenta: “Escrever é um fluxo entre outros, e que entra em relações de corrente, contracorrente, de redemoinho com outros fluxos [...] de fala, de ação, de erotismo, [18] de dinheiro, de política etc.” (DELEUZE, 2013, p. 17).

Nessa perspectiva, a reivindicação da área acadêmica e profissional do Jornalismo para se desmembrar das Diretrizes Nacionais Curriculares de Comunicação Social e se constituir como curso específico aponta para a busca de autonomia do saber jornalístico, o que não significa abandonar as discussões acerca de outras áreas, como as Ciências da Comunicação, mas antes de tudo aproveitar o fenômeno da interdisciplinaridade⁸⁷, possível no solo da modernidade e já tão caro às ciências modernas, para criar teorias jornalísticas e não somente teorias da comunicação e crítica da mídia. Vale ressaltar que as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Jornalismo aprovadas em 2013 contemplaram essa exigência e já abrem a possibilidade de novos caminhos para esse saber. Como bem orienta Bachelard (1996, p. 17), “no fundo o ato de conhecer dá-se contra um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos mal estabelecidos, superando, o que no próprio espírito, é obstáculo à espiritualização”.

Temer (2014) acrescenta que os estudiosos da Comunicação, seguindo uma tradição cartesiana, apoiaram-se na razão instrumental, em busca de descobrir ou revelar a essência do processo comunicativo humano e de compreender como se davam as ações comunicativas, levando em conta a separação entre sujeito e objeto e interditando aspectos da subjetividade ou do *pathos* (a paixão), no intuito de não comprometer e valorizar a razão (o *logos*). Essa herança de um conhecimento germinado em um solo ancorado nas ideias de René Descartes, primado pela racionalidade, pela dedução, ordenação lógica e planificação, não seria um obstáculo epistemológico ao saber jornalístico? Temer (2014, p. 14-15) aponta para uma resposta a essa questão, citando Muniz Sodré:

[...] os estudos da Comunicação, principalmente em seus estágios iniciais, se fundamentaram nesta herança das teorias que buscavam explicar sua

⁸⁷ Olga Pombo (2004, p. 11), no texto *Interdisciplinaridade e integração dos Saberes*, ensina que o progresso do conhecimento se dá para além da especialização. Para as ciências ou saberes, agora se exige um olhar transversal. Trata-se da interdisciplinaridade. “Há que olhar para o lado para ver outras coisas, ocultas a um observador rigidamente disciplinar”, aconselha a autora.

essência. Essas teorias, centradas na linearidade dos processos comunicativos, geraram contribuições importantes para os estudos neste campo, mas a complexidade da comunicação logo tornou necessário buscar perspectivas epistemológicas que envolvessem o questionamento de outros aspectos, entre eles (mas não apenas) os efeitos das técnicas sobre o homem (e a racionalidade da formulação de técnicas) e a percepção de que muitas são as formas de compreensão que transcendem o eu puramente racional (SODRÉ, 2006, p. 31 apud TEMER, 2014, p. 14-15).

Há aqui uma novidade trazida pelos saberes modernos: a autorização do *logos* e do *pathos*, que não se estranham entre si e se afinam ora com as lições do Bachelard diurno, que se dedicam aos conceitos, ora com as ideias do Bachelard noturno, que abrem espaço para a poética, a imaginação. Forma-se um solo fecundo para que o pensamento possa ousar, mais que repetir. Criar o mundo. Uma mistura do devaneio e da razão. Afinal como bem coloca Temer (2014, p. 15), “Somados, *logos* e *pathos* fundamentam a comunicação humana, definem a dimensão do comunitário e do social e constroem a humanidade - ou seja, o lugar do homem”. Os saberes modernos, inclusive o jornalístico, tornam-se possíveis nesse espaço, nessa cultura geral, nessa *episteme*, conforme ensina Foucault. Trata-se de um fenômeno complexo, como pôde ser observado nos capítulos anteriores deste trabalho; afinal, a arte de transformar informações em notícias vem se transformando, constituindo-se desde sua invenção. Nessa perspectiva, várias teorias que inicialmente se direcionaram para compreendê-la já não a iluminam, o que confirma a seguinte reflexão de Foucault:

Toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa, que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que esclarecem os dados - organizando-os, explicitando suas inter-relações, desenvolvendo suas implicações -, mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos com base em novo material trabalhado (FOUCAULT, 2014b, p. 12-13).

Vários autores⁸⁸ se debruçaram sobre a sistematização das escolas e suas respectivas teorias que compuseram e orientaram os estudos da Comunicação voltados para a mídia. Nem sempre ficou claro de que se tratava especificamente de análises acerca do jornalismo, mas esses pensamentos, que têm relevância para o campo do saber jornalístico, apesar de não centralizarem nele suas discussões (e sim, geralmente, nos meios de comunicação de massa), influenciaram o saber produzido na academia, nos cursos de Jornalismo no Brasil.

⁸⁸ Citam-se entre esses autores os estudos de Armand e Michéle Mattelart (2008), Roberto Elísio dos Santos (2003), Joãoamar Carvalho Brito Neto (2014a), Mauro Wolff (2002), Ellis Regina Araújo e Elizete Cristina de Souza (2007) que compuseram a descrição das teorias da comunicação neste trabalho.

Importa ressaltar também que grande parte dessas teorias da comunicação surgiu em áreas de conhecimentos distintas, tais como a Sociologia, a Psicologia, a Biologia, a Matemática, entre outras. Assim, o pensamento jornalístico constitui-se por empréstimos de conceitos das ciências exatas, empíricas, sociais e humanas e também do que esses campos de saber dizem sobre o jornalismo.

Torna-se oportuno, por isso, um retorno às teorias da comunicação incorporadas ao pensamento jornalístico constituído nos cursos de graduação no Brasil sob orientação dos currículos mínimos dos cursos de Jornalismo e, mais tarde, por suas Diretrizes Curriculares. Como conhecimento obrigatório dos cursos de Comunicação Social no país, essas reflexões teóricas sobre comunicação foram absorvidas como se fossem próprias do jornalismo. Passasse a elas no intuito de não só apresentá-las e criticá-las, mas também compreendê-las como discursos constituintes do saber jornalístico.

De acordo com o jornalista e professor Roberto Elísio dos Santos (2003, p. 80), os primeiros estudos sobre comunicação foram empreendidos pelo engenheiro ferroviário inglês Herbert Spencer, em 1852, que formulou o conceito de “fisiologia social”, criando a ideia de sociedade organismo. Influenciado pelo positivismo, Spencer entendia que a comunicação deveria ser compreendida como “componente básico dos aparelhos distribuidores (estradas, ferrovias) e dos aparelhos reguladores (imprensa) da sociedade” (SANTOS, 2003, p. 80). Suas ideias influenciaram os pensadores da *Escola de Chicago* que, também, embalados pelo espírito científico positivista, anunciaram no início do século XX a noção de “ecologia humana”, empregando conceitos oriundos da Biologia no intuito de explicar os fenômenos sociais. Sobre os estudos sociológicos emergentes na Universidade de Chicago no período entre 1915 e 1940, Brito Neto (2014a) atesta:

Claro que não se trata de uma corrente de pensamento homogênea, adotando abordagem teórica comum, embora ela tenha tido, ao longo do tempo, características que lhe deram uma grande unidade, como a pesquisa empírica, marcadas pelo moralismo e muito próximas do jornalismo de investigação, como lembra Coulon. Inegavelmente, esta “escola” trouxe inegável contribuição à sociologia, psicologia social e ciências da comunicação. Ela foi o berço de ouro da sociologia dos EUA (BRITO NETO, 2014a, p. 5).

As pesquisas sobre os meios de comunicação de massa se intensificaram na primeira metade do século XX nos EUA, época em que ocorreu o crescimento dos setores editoriais, fonográficos e cinematográficos. Partindo da observação empírica, os estudos avançaram na perspectiva de mensurar o alcance dos meios de comunicação junto ao público, sua influência

e poder de mobilização junto à massa. Desafio extremamente complexo, como bem aponta Gaston Bachelard (2004) acerca dessa inclinação pela medida. Afinal, como seria possível medir o alcance, influência e poder dos meios de comunicação junto ao público? Qualquer número que fosse encontrado como resultado dessa questão não passaria de um conhecimento aproximado. E mesmo que essa medida contemplasse tanto as abordagens quantitativa quanto as qualitativas, ainda assim não passaria de uma ilusão da primeira aproximação. Afinal, o real e a verdade se dão por construção ou inventividade, como ensina Bachelard ao mostrar que as ciências modernas oferecem exatamente essa lição: não há mais verdades, mas sim aproximações. E, por que não dizer, discursos aproximados que, no bordejar de uma “realidade”, acabam sempre encontrando o que é possível dizer em determinada época?

Outra teoria da comunicação que vem influenciando o pensamento jornalístico brasileiro é a funcionalista. Ela nasce das contribuições advindas da psicologia behaviorista e da filosofia pragmática dos EUA e da sociologia positivista da Europa; difunde a ideia de que cada parte ajuda a preservar o todo, fazendo analogia entre o corpo biológico e o social. Há um esforço em determinar as funções da comunicação⁸⁹, em explicar o processo de comunicação⁹⁰. Com ênfase no conceito de função, são elaboradas as teorias: hipodérmica (*bullet theory* ou ainda teoria da manipulação); psicológico experimental (teoria da persuasão) e a teorias dos efeitos limitados (teoria da influência).

A teoria hipodérmica nascerá no período das duas guerras mundiais a partir da observação do uso dos meios de comunicação por líderes totalitaristas, tanto da Alemanha quanto da URSS. Com base no modelo estímulo-resposta, orientado pelas pesquisas *behavioristas*, acreditava-se que cada pessoa do público era atingida diretamente pela mensagem. Tratar-se-ia então da supremacia dos meios de comunicação diante de uma massa manipulável, ideia que foi revisada pela teoria psicológico experimental e pela teoria dos efeitos limitados. A primeira (teoria da persuasão), ao analisar campanhas informativas publicitárias, despertou para a existência do receptor como sujeito e ressaltou a possibilidade de persuasão dos meios de comunicação de massa, à medida que a mensagem estivesse estruturada de acordo com as características psicológicas do destinatário. Já a segunda (teoria da influência), sob orientação sociológica, refere-se a todos os *mass media* levando em conta

⁸⁹ As funções da comunicação foram determinadas pelo teórico funcionalista Charles R. Wright. Entre elas citam-se: informar ou noticiar, ensinar ou transmitir cultura entre gerações, publicizar, persuadir, divertir e manter a harmonia social (SANTOS, 2003; MATTELART, A.; MATTELART, M., 2008; BRITO NETO, 2014a; WOLF, 2002).

⁹⁰ Na teoria funcionalista o processo comunicativo se explica pelo *Paradigma de Lasswell*: Quem? (emissor), Diz o quê? (mensagem), Em que canal? (meio), Para quem? (receptor), Com que efeito? (feedback) (SANTOS, 2003; MATTELART, A.; MATTELART, M., 2008; BRITO NETO, 2014a; WOLF, 2002).

sua influência sobre o público. Destaca-se aqui o *Paradigma de Lazarsfeld*. Segundo ele, a mídia em sociedades com predominância de sistemas políticos ditatoriais serviria a fins autoritários; em uma sociedade liberal, porém, seus efeitos seriam limitados.

Apesar de realizar seus estudos empíricos baseados majoritariamente em campanhas políticas e propaganda e tratar de pesquisas voltadas à mídia em geral, e não especificamente ao jornalismo, a escola funcionalista traz contribuições ao saber jornalístico à medida que o jornalismo é incluído como produto dos meios de comunicação de massa. Além disso, por meio dela pode-se observar o movimento na criação de conceitos, na invenção de objetos e na responsabilidade de revisão do conhecimento, já que a natureza previamente dada é uma garantia que desaparece na modernidade. A verdade não se encontra pronta, está a ser feita. Abre-se então a possibilidade de construir os objetos.

Referindo-se ao artigo *Was ist Aufklärung*, escrito por Kant a um jornal de Berlim em 1784, Ternes (2012b) destaca que o espaço da modernidade pode ser considerado o da maioria intelectual; ao contrário da Idade Clássica, quando conhecer se contentava com a repetição de verdades prontas, tendo como base um objeto *a priori*. Nessa perspectiva, “a modernidade, a ciência moderna, principalmente, cujas verdades demandam criatividade, pois não se encontram prontas a priori, coloca ao cientista, a todos aqueles que se ocupam com o saber, novas exigências. Novas atitudes” (TERNES, 2012b, p. 15-16). Exige-se agora “a coragem do saber” (TERNES, 2012b, p. 10).

Seguindo essa concepção, a Escola de Frankfurt, orientada pelas ideias marxistas, contribuiu para os estudos da comunicação e, conseqüentemente, influenciou o saber jornalístico com a teoria crítica da sociedade. A junção de conhecimentos da área da psicanálise e da sociologia marxista colocou-se em oposição às teorias de tendência positivista. Dois conceitos decorrentes dessa influência consagraram-se no meio acadêmico: *dialética do esclarecimento* e *indústria cultural*, formulados nos anos 40 do século XX por Horkheimer e Adorno.

O conceito de *indústria cultural* mostra a forma como a cultura foi apropriada pelo capitalismo industrial, como passou a ser vista como atividade econômica e meio de controle social. Os autores destacam a perda de originalidade da obra cultural que, por meio da técnica, passaria a ser padronizada no intuito de agradar a massa e reproduzida em série. Transforma-se assim em mercadoria. Além disso, essa teoria alerta para o fato de que “o cinema, o rádio e a imprensa substituiriam, na sociedade industrial, a religião em seu papel de ópio do povo” (SANTOS, 2003, p. 88).

Ao se referir ao texto *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, escrito em 1933 por Walter Benjamin (1892-1940), Armand e Michèle Mattelart (2008, p. 78-79) chamam atenção para o fato de que Adorno e Horkheimer teriam superestimado a arte como ferramenta revolucionária, deixando de observar aspectos importantes em relação à conjunção entre arte e tecnologia. Segundo eles, a ideia de Benjamin é justamente a de que o cinema só é possível no estágio de reprodução, quando inaugura uma nova forma de fruição da arte, já não mais atrelada ao fato de ela ser única, tornando “obsoleta uma velha concepção de arte que ele chama de aurática”.

Já a *dialética do esclarecimento* critica a racionalidade técnica que, regida pela ordem econômica, impediria o indivíduo de se libertar do sistema estabelecido. De acordo com Santos (2003, p. 88), esse conceito “desmascara a ideia de que a racionalidade libertaria a humanidade por meio da técnica”; na verdade, ela se torna “uma forma de explorar o homem e a natureza”.

Na década de 50 do século XX, a teoria crítica tem continuidade com os estudos de Jürgen Habermas, que em sua obra *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1984) mostra as condições sociais que tornaram possíveis os espaços públicos de discussão crítica e racional de assuntos privados. Levando em conta a mídia como espaço público ou arena da argumentação e, acima de tudo, da visibilidade, como propõem Gomes e Maia (2008) ao trabalharem as ideias de Habermas, inúmeras discussões voltadas ao saber jornalístico decorrem. Delas podem surgir questões-problema, como: até que ponto esferas econômicas, políticas e culturais usam a exposição em jornais para se tornarem visíveis ou para tornarem verdades suas opiniões ou válidos seus argumentos? Como os jornais podem impedir que assuntos privados possam passar por assuntos públicos? Quais seriam os limites entre o público e o privado para o jornalismo? Por suscitarem reflexões afins, mesmo que não tratem diretamente da mídia ou do jornalismo, a teoria crítica é valorizada no meio acadêmico dos cursos de Jornalismo e, conseqüentemente, têm influência na constituição do saber/pensamento jornalístico. Acerca disso, Brito Neto (2014a) afirma:

A Teoria Crítica, por exemplo, não é uma teoria de comunicação, mas tem o grande mérito de ter construído talvez a melhor contribuição aos estudos comunicacionais, ao conseguir enxergar e criticar os meios de comunicação como uma **indústria dos bens simbólicos**. Ela faz contraponto à **teoria funcionalista** (BRITO NETO, 2014a, p. 37, grifos nossos).

É importante ressaltar que esses conceitos não deixam de trazer reflexões interessantes, mas a proposta de realizar uma teoria crítica da sociedade não seria, antes de

tudo, um modo de se haver com um objeto um tanto abstrato? Tudo o que se refletir sobre a sociedade não estaria ligado ao que se pensa que ela seja, alimentado por um *húmus* que torna possível percebê-la e compreendê-la de determinado modo? Diante disso, quando um saber moderno se dispõe a estudar a sociedade não estaria, na verdade, lidando com sua representação? Até que ponto pensar a sociedade é pensar o jornalismo? Não se nega aqui a relação entre sociedade e jornalismo, mas, como ensinam Foucault (2014b) e Bachelard (1996), a modernidade impõe outras exigências que vão além de relacionar o pensamento/saber ao que lhes é externo – a economia, a política, a cultura, a sociedade, os saberes/ciências modernas que vêm se constituindo. Diante disso, por que não atender ao conselho de Bachelard (1996): fazer uma psicanálise do pensamento?

Outra corrente de pensamento que compõe os estudos da comunicação e do saber jornalístico é a Escola Sociológica Europeia, que diverge das ideias funcionalistas e frankfurtianas desenvolvendo estudos sobre o conteúdo das mensagens da cultura de massa, orientados pelos princípios da semiologia e da análise estrutural. O professor e pesquisador italiano Umberto Eco é considerado um dos expoentes desta vertente da Teoria da Comunicação na Europa. Na obra *Apocalípticos e Integrados* critica a passividade dos integrados (funcionalistas) e o pessimismo dos apocalípticos (frankfurtianos) diante da cultura de massa que, mesmo acusada de fabricar produtos efêmeros e reproduzidos em série, deve ser entendida como um fenômeno legítimo de um momento histórico, independente da qualidade de seus conteúdos, que podem também informar e educar.

É relevante destacar que as discussões levantadas e os conceitos trabalhados nesses estudos não elegeram o jornalismo como centro de suas investigações. Geralmente ele ficou à margem, à espera de que fosse lembrado ou de que, numa generalização de conceitos, se encontrasse ali subentendido, quem sabe na forma subliminar. Modo estranho esse de se haver com o conhecimento. Tão estranho que não é de se surpreender o desencanto de grande parte dos alunos dos cursos de Jornalismo no Brasil e as tentativas pouco louváveis de seus professores em lhes oferecer um cardápio de pensamentos empoeirados, verdadeiras “peças de museu” esperando para que sejam, quem sabe um dia, arejados ou, enfim, sepultados. Afinal, o pensamento envelhece e pode encontrar o caminho de seu esgotamento ou, talvez, de seu rejuvenescimento. Isso vai passar por muitas variáveis/attitudes, como: “a vontade de saber”; a reavaliação do que ainda merece ser ensinado, do tipo de formação que se quer oferecer aos futuros jornalistas; o engajamento de pesquisadores e profissionais da área com esse saber.

De volta a elencar as reflexões teóricas voltadas à comunicação estudadas nos cursos de jornalismo, passa-se agora às teorias da recepção que, sob a perspectiva funcionalista, tinham como ideia central o estudo acerca das audiências dos meios de comunicação de massa. Nos anos 30 e 40 do século XX, as pesquisas se orientaram para os efeitos dos meios. Instrumentalizadas pela psicologia experimental e social, buscavam verificar o poder dos anúncios e das campanhas partidárias sobre o comportamento do público (consumidor ou eleitor). Num segundo momento, as investigações concentraram-se nos usos e gratificações dos meios de comunicação, apoiando-se em metodologias descritivas.

No pós-guerra, os estudos da audiência passaram a ser estudos de recepção; agora, porém, sob a perspectiva qualitativa. Formou-se a Teoria Culturológica, que se constituiu por meio de diferentes escolas e pensadores e foi inspirada pelas ideias do filósofo Edgar Morin, autor da obra *L'esprit du temps*, publicada em 1962, que considerava a cultura de massa como um sistema próprio; pelos *cultural studies*, que se dedicavam aos estudos acerca da construção social de sentido; e pelas pesquisas da recepção, compreendidas por uma teoria da estrutura social em que meios e audiência se incluíam; uma teoria das disposições socioculturais e sociopsicológicas e uma teoria do discurso.

Nos anos 60 do século XX, a Escola Canadense “[...] se interessou pelos estudos da vida contemporânea que, segundo seus mentores, passa por tecnologias e imagens digitais, mediando a relação do indivíduo com o ambiente” (BRITO NETO, 2014a, p. 31). Herbert Marshall McLuhan (1911-1980) é considerado um dos grandes nomes dessa escola, cujas pesquisas se voltaram para a definição da sociedade de modo a abarcar os conceitos de comunicação e abandonando referências a saberes externos, como os advindos da Matemática, da Biologia, Política, Economia, Estatística, entre outros. O pesquisador canadense acreditava que os meios de comunicação determinam a evolução da humanidade. Nesse sentido, as condições ambientais e cognitivas em que o ser humano produz conhecimento seriam moldadas pelas tecnologias de comunicação. Entre os princípios enunciados por McLuhan, destacam-se: os meios são extensão dos sentidos humanos⁹¹; meios

⁹¹ Esse conceito expressa que “os meios de comunicação usam códigos adequados aos sentidos do corpo humano. Assim, a **transmissão oral** anterior ao Renascimento (sec. XIV e XV) aplicava-se ao **sentido**. Depois de Johannes Gutenberg (inventor da tipografia), dá-se ênfase à **escrita**, aplicando-se à **visão**. Na **era eletrônica**, há um envolvimento **múltiplo audiovisual**” (BRITO NETO, 2014a, p. 33, grifos nosso).

quentes e frios⁹²; o meio é a mensagem⁹³; a Galáxia de Gutenberg⁹⁴; Aldeia global⁹⁵. Este último tem sua pertinência nos dias de hoje, marcado pela comunicação via internet que permite, apesar da distância, das diferenças culturais e ideológicas, uma mesma experiência comunicativa, em que imagens, áudio e escrita congregam-se em um mesmo espaço e permitem a troca simultânea de informações e sua transmissão em tempo real.

No final dos anos 80 do século XX, a Teoria do Meio proposta por McLuhan foi retomada. Ela surge coincidindo com

[...] a explosão do processo da globalização, com a crise do sistema educacional, com a consolidação dos movimentos de minorias, as discussões sobre o ciberespaço. As teses/provocações de McLuhan, tidas como loucuras, agora pareciam as mais adequadas para explicar a nova sociedade humana. Ele havia sido, de fato, um profeta deste novo mundo tecnológico e integrado, como numa Aldeia Global (BRITO NETO, 2014a, p. 35-36).

Direcionando-se para as características específicas dos diferentes meios de comunicação de massa, a Teoria do Meio investiga como a inserção de um novo meio de comunicação pode alterar o comportamento social das pessoas e das instituições. Inicialmente as pesquisas se voltaram para os efeitos nas grandes instituições, tais como o Estado e a escola. Num segundo momento os estudos voltaram-se para a verificação das mudanças de comportamento do indivíduo diante das tecnologias comunicacionais.

Torna-se aqui oportuno dirigir-se a algumas lições do filósofo Bachelard (1996, 2004), que podem ser exemplificadas no que ocorreu com a Teoria do Meio: o pensamento pode rejuvenescer ou revigorar, é possível escrever na história das ciências/dos saberes os esquecimentos, eclipses, retomadas; há uma história do pensamento independente de quem o

⁹² “McLuhan faz uma distinção no efeito dos meios de comunicação: aqueles que prolongam um único sentido humano em alta definição (alta saturação de dados) são *meio quentes* (como o rádio e a fotografia); os que permitem maior participação dos receptores no entendimento de seus enunciados são *meios frios* (fala, tevê, telefone, etc.)” (SANTOS, 2003, p. 102).

⁹³ Segundo McLuhan (1969, p. 11-12), o conceito *o meio é a mensagem* pode ser entendido da seguinte forma: “em termos de eletrônica, já se criou um ambiente totalmente novo. O conteúdo deste novo ambiente é o velho ambiente mecanizado da era industrial. O novo ambiente reprocessa o velho tão radicalmente quanto a TV está reprocessando o cinema. Pois o conteúdo da TV é o cinema. A televisão é o ambiental é imperceptível como todos os ambientes. Nós apenas temos consciência do conteúdo, ou seja, do velho ambiente” (SANTOS, 2003, p. 101).

⁹⁴ Esse conceito expressa a ideia de que “[...] O advento da imprensa, a partir de Gutenberg, forçou o ser humano a se concentrar na visão, em detrimento de outros canais sensoriais, gerando um novo ser: ‘o homem gutenberciano’. Mais lógico, disciplinado, com o espírito fechado a possibilidades mais amplas de expressão comunicativa, ele é também pontual e produtivo” (SANTOS, 2003, p. 100).

⁹⁵ De acordo com esse conceito, “o ‘homem eletrônico’, resultante das transformações tecnológicas, voltou a encontrar-se em uma aldeia tribal, mas de escala planetária: a aldeia global” (SANTOS, 2003, p. 101).

realiza, dos personagens, pois o que está em jogo são as condições do pensamento. Uma teoria só existe discursivamente.

Tratando-se da pesquisa em comunicação na América Latina, Brito Neto (2014a, p. 45) apresenta dois movimentos: o de autonomia e o de dependência. Este se deve à adoção dos modelos teóricos norte-americanos (principalmente a escola funcionalista) e europeus (teoria crítica e estruturalismo) e se consolidou com a instalação do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina (CIESPAL), com sede em Quito, no Equador. Baseado em Trigueiro (2001), o autor mostra que em 1950 já existiam escolas de comunicação na Argentina, Brasil, Colômbia, Cuba, Equador, México, Peru e Venezuela e na década seguinte triplicaram os centros de pesquisas e escolas na América Latina.

Santos (2003, p. 123) mostra que o pensamento latino-americano em comunicação foi inspirado pela teoria funcionalista⁹⁶ e que o CIESPAL priorizou as questões relacionadas à comunicação, à modernização e à educação, de acordo com os anseios do governo norte-americano que objetivavam melhorar as condições dos povos da América Latina, principalmente da população do campo, para impedir revoltas.

Na obra *Pesquisa em comunicação na América Latina: paradigmas da Escola Latino Americana*, o jornalista e professor José Marques de Melo (2004) destaca que as primeiras pesquisas de comunicação na América Latina nasceram a partir da demanda das emergentes indústrias culturais e assim estimularam o surgimento de agências privadas de pesquisas sobre opinião pública, audiência e persuasão.

Buscando autonomia, as pesquisas de comunicação na América Latina se inspirariam na Teoria Crítica, da Escola de Frankfurt. Essa escolha teórica é avaliada por Armand e Michéle Mattelart da seguinte forma:

Se a América Latina aparece na vanguarda nesse gênero de estudos é porque ali se desencadeiam processos de transformação que abalam as velhas concepções de agitação e propaganda e porque, nessa região do mundo, o desenvolvimento da mídia é então bem mais importante do que em outras regiões do Terceiro Mundo. A América Latina não é apenas o lugar de uma crítica radical das teorias da modernização aplicadas à difusão de inovações junto aos camponeses no âmbito de tímidas reformas agrárias, à política de planejamento familiar ou ao ensino à distância, mas produz também iniciativas que rompem com o modelo vertical de transmissão das “ideais” de desenvolvimento (MATTELART, A.; MATTELART, M., 2008, p. 119).

⁹⁶ Citando Trigueiro (2001), Brito Neto (2014a, p. 45-46) mostra que “[...] As teorias funcionalistas foram utilizadas na capacitação profissional e nas linhas de pesquisa voltadas para as áreas de comunicação e modernidade, rádio e tele-educação, difusão de novas tecnologias para o meio rural, liderança de opinião e os agentes de extensão rural”. O CIESPAL, utilizando-se de análises de conteúdo e de efeitos, tinha como prioridade formar profissionais polivalentes, o que se demonstrou posteriormente incompatível com a necessidade do mercado latino-americano.

Esse pensamento crítico que rechaça o modelo de conhecimento pragmatista, focado na utilidade e nas funções, direcionado a atender exigências políticas e econômicas, só iria conduzir o saber jornalístico constituído no meio acadêmico no final da década de 1960, quando as pioneiras escolas de jornalismo, atendendo ao terceiro currículo mínimo homologado pelo MEC, agregam as carreiras de publicidade, relações públicas, cinema, rádio e televisão. Nasceram então os cursos de comunicação social. Porém, como bem avaliam Marques de Melo (2004) e Brito Neto (2014a, p. 49), a criação dessas escolas nas principais cidades latino-americanas não garantiu o compromisso com a pesquisa. “Elas geralmente se dedicam a tarefas exclusivas de formação profissional, disseminando os resultados das pesquisas feitas pela indústria ou polemizando as reflexões ensaísticas produzidas pelos intelectuais de renome”.

Por outro lado, nessa época podem ser observadas iniciativas promissoras no campo da pesquisa comunicacional no Brasil e na Venezuela. Destacam-se a instalação do Instituto de Investigações da Imprensa, fundado por Jesus Marcano Rosas na Universidade Central da Venezuela, e o Instituto de Ciências da Informação, fundado por Luiz Beltrão na Universidade Católica de Pernambuco. Além deles, marcados pelo contexto de guerra fria, engajados com as questões macropolíticas ou microideológicas, voltados a pensar as políticas de comunicação e o papel dos meios de comunicação na formação da consciência política, surgem nos anos 1970 e 1980 pesquisas subsidiadas pelos fundos internacionais. Destacam-se os estudos do Centro de Estudos da Realidade Nacional (CEREN), no Chile; o Instituto Latino Americano de Estudos Transnacionais (ILET), no México; o Instituto de Investigaciones de la Comunicación (ININCO), na Venezuela; a Comisión Latino Americana de Evangelización Cristiana (CELADEC), no Peru; o Centro Gumilla, na Venezuela; e o Centro de Estudio de los Medios Masivos (CEMEDIM), em Cuba. Segundo Brito Neto (2014a, p. 50, grifo nosso),

O trabalho investigativo de todos eles encontra forte ressonância em todo o continente, num período caracterizado pela busca de alternativas comunicacionais ou pela construção de políticas democráticas de gestão dos meios massivos. Confluem em seus marcos teóricos dois paradigmas dominantes: **a teologia da libertação e a denúncia do imperialismo cultural.**

Com foco em novas problemáticas, os estudos comunicacionais continuam sendo construídos. Destacam-se entre eles: a teoria da representação, que tem como representante

no Brasil o pesquisador Pedrinho Guareshi, autor de obras que tratam comunicação e política; e a mediologia, que propõe análise das ideias e da transmissão simbólica.

Para além das teorias da comunicação, o saber jornalístico também vem sendo constituído pela construção das teorias do jornalismo. Traquina (2005, p. 145) observa que “o estudo do jornalismo constitui um campo científico com já longas tradições que predatam a criação de curso de Mestrado e de Doutorado nos anos 30 do século XX nos EUA”. Mesmo assim reconhece que, por se tratar de um fenômeno complexo, ainda existem muitas questões apresentadas no início do século passado que podem ser consideradas atuais e merecem aprofundamento das discussões e até possíveis revisões de pensamentos diante do novo cenário que se abre para o jornalismo com as novas tecnologias.

Além do mais, a institucionalização da disciplina “Teoria do Jornalismo”⁹⁷ no Brasil data dos anos 80 do século XX. No prefácio da obra de Nelson Traquina (2005, p. 12) intitulada *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*, escrito por Eduardo Meditsch, o autor mostra que, apesar da originalidade, essa teoria se demonstrava incipiente em relação aos estudos internacionais. Naquele contexto, também não havia internet, os livros importados tinham alto custo e grande parte dos pesquisadores se interessava por outros temas que não o jornalismo, o que impedia o incentivo a intercâmbio dos pensamentos já desenvolvidos fora do país. Somente no final da última década do século XX, a Teoria do Jornalismo tornou-se conhecida e passou a ser adotada de forma significativa nos cursos de jornalismo brasileiro. O Exame Nacional de Cursos do Ministério da Educação – O Provão – foi decisivo nesse processo, já que exigiu a inclusão da matéria como obrigatória na graduação.

Em 2005, Pena publicou o livro *Teoria do jornalismo* e finaliza a obra com um capítulo intitulado “A construção do jornalismo como área do conhecimento humano”. Nessa época escreveu:

As várias tentativas de sistematizar a Teoria do Jornalismo já permitem a plena configuração da área como um campo específico do conhecimento humano. A disciplina deve ser incorporada aos currículos das escolas de jornalismo como um conjunto de metodologias e conceitos estudados a partir da investigação científica (PENA, 2005, p. 213).

⁹⁷ Segundo o texto introdutório de Meditsch na obra *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*, de Traquina (2005, p. 11), nos anos 1970 o ainda estudante de jornalismo Adelmo Genro Filho (1951-1988) publicou uma série de artigos em jornais locais do Rio Grande do Sul em que revelava a necessidade da constituição de uma teoria do jornalismo diante das definições superficiais sobre esse campo que chegavam nos cursos universitários, oriundas da prática profissional. Anos mais tarde o autor se tornaria professor de jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e publicaria a obra *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Ele é considerado no Brasil o fundador da disciplina “Teoria do Jornalismo”.

Ele cita o professor português Nelson Traquina⁹⁸, fundador do Centro de Investigações Mídia e Jornalismo, como um dos mais renomados pesquisadores das teorias do jornalismo e cujas ideias vêm influenciando os estudos da disciplina no Brasil; as relevantes contribuições da socióloga Gaye Tuchman, cujos estudos se voltam para as questões de noticiabilidade e valores-notícia; e o esforço intelectual de vários pesquisadores brasileiros nos estudos voltados especificamente ao jornalismo, de modo a reunir teorias e críticas que constituem o pensamento jornalístico e a ocupar-se de duas questões: por que as notícias são como são? E quais são os efeitos que essas notícias geram?

Ao contrário das teorias e conceitos da comunicação social que não focam diretamente o jornalismo e se concentram nos estudos gerais dos meios de comunicação de massa ou das mídias, a proposta é delimitar o campo de saber, criar objetos diretamente relacionados à compreensão do jornalismo. É importante ressaltar que o trabalho não tem a intenção de negar as teorias da comunicação, cujos estudos são pertinentes à área, mas trata-se, antes de tudo, de uma busca incessante pela autonomia do saber jornalístico. Além disso, as teorias do jornalismo surgem com a proposta de rejeição ao ensino tecnicista, com exigência à universidade para que ofereça uma formação que supere o aprendizado prático do ofício. Nessa perspectiva, trabalhar com o objeto “notícia” parece ser uma alternativa interessante de se haver especificamente com o saber jornalístico; afinal, trata-se da matéria-prima essencial do jornalismo.

Jornalistas vivem em busca de notícias. Como consagrado pelos *slogans* do Repórter Esso, são esses profissionais que devem ser “os primeiros a darem as últimas”⁹⁹, a serem “testemunhas oculares da história”¹⁰⁰. São eles que, ao longo dos últimos dois séculos - XIX e XX -, vêm construindo o saber jornalístico, edificando uma cultura profissional repleta de mitos que, ao mesmo tempo que os protegem, os fragilizam. Como bem mostram os estudos de Marshall (2003), Traquina (1993, 2005, 2008), Marcondes Filho (2002, 2009), Pena (2005), entre outros investigadores da área, o jornalismo cultua vários mitos, tais como: a objetividade, a verdade, a clareza, a imparcialidade, a realidade. Todos tão abstratos quanto

⁹⁸ Segundo Pena (2005), os estudos das teorias do jornalismo tiveram o seu *boom* na década de 1970. Um dos renomados pesquisadores da disciplina é Nelson Traquina, que, influenciado pela noção de campo formulada por Pierre Bourdieu e também pelas ideias de Gaye Tuchman sobre noticiabilidade e valores-notícia, vem contribuindo consideravelmente para o progresso das investigações nessa área. Suas pesquisas chegaram ao Brasil a partir da década de 1990. Entre seus vários livros, citam-se: *Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional* (2008), *Teorias do Jornalismo, porque as notícias são como são* (2005), *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento* (2000), *Jornalismo 2000* (2000), *Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”* (1993), *Jornalimos* (1998).

⁹⁹ *Slogan* do Repórter Esso no meio radiofônico.

¹⁰⁰ *Slogan* do Repórter Esso no meio televisivo.

subjetivos e usados muitas vezes como estacas para sustentá-lo. Talvez, estejam fincados em areia, se imaginar-se que no espaço em que se funda o saber jornalístico – na modernidade – tudo isso pode ser colocado facilmente em xeque. Tratar-se-iam de ilusões do pensamento, obstáculos epistemológicos, como sugere Bachelard (1996). Porém, isso não tira o mérito da busca de consolidar uma teoria própria que dê autonomia ao saber. Afinal,

O teórico tem que assumir a vocação para vidraça e atravessar a avenida, com a cara no vidro, esperando pelas pedras e pelas flores. Mais pedras do que flores. As pétalas da crítica só aparecem para o cânone estabelecido. A academia é um inverno perene. A pesquisa científica tem mil faces, é construída e reconstruída em teias de complexidade e suor. Assim como o jornalismo e, é claro, sua teoria (PENA, 2005, p. 213).

A esta altura torna-se oportuno um retorno às teorias do jornalismo. O que elas expressam? Ainda se repetem nelas os mesmos discursos das teorias da comunicação? O que trazem de novidade? Criar uma teoria do jornalismo seria realmente a saída para uma autonomia do campo? Ou tratar-se-ia de uma medida para sujeitar esse saber às regras e hierarquias do meio científico? Qual seria a consequência disso para o jornalismo? *Status científico*? Aqui vale ressaltar o que Foucault temia que se fizesse a partir do método genealógico:

E a partir do momento em que se extraem fragmentos da genealogia e se coloca em circulação esses elementos de saber que se procurou desenterrar, não correm eles o risco de serem recodificados, recolonizados pelo discurso unitário que, depois de tê-los desqualificado e ignorado quando apareceram, estão agora prontos a anexá-los ao seu discurso e a seus efeitos de saber e poder? (FOUCAULT, 2014b, p. 270 -271).

Independente da adoção de seu método genealógico, o alerta de Foucault é extremamente pertinente ao saber jornalístico, principalmente neste momento em que a relação saber-poder se apresenta tão complexa, com destaque para o exercício do poder empresarial e político quando da desregulamentação da profissão em 2009. Para citar exemplos mais específicos: os atos de violência contra jornalistas; o movimento por parte da academia em busca de autonomia do saber jornalístico; certa instabilidade em relação ao futuro da profissão, cujo campo, ao mesmo tempo que se abre ofertando diferentes especialidades possíveis a partir das revoluções tecnológicas, parece perder o monopólio da produção de notícias, tão reivindicado pela categoria.

Brito Neto (2014b) afirma que não há um entendimento comum no meio acadêmico de que o jornalismo no Brasil e na América Latina possa ser compreendido como ciência. Segundo ele, são pioneiros do pensamento teórico sobre jornalismo no país: Carlos Rizini,

Luiz Beltrão, Carlos Lacerda, Alceu Amoroso Lima, Ruy Barbosa, Barbosa Lima Sobrinho, Danton Jobim, Luiz Amaral e Nilson Lage. No processo de consolidação da disciplina destacam-se: José Marques de Melo, Muniz Sodré, Luiz Gonzaga Motta e Felipe Pena. Há também vários outros pesquisadores brasileiros discutindo os rumos para uma epistemologia do jornalismo.

Passa-se então às teorias do jornalismo¹⁰¹, primeiro para apresentá-las como constituidoras do pensamento jornalístico; segundo, na tentativa de demonstrar, numa releitura, o que se instala de atual e que “poeiras” ainda podem existir nas ideias expressas, como aconselha Bachelard (1996), de modo a impedir que novidades se construam. Baseado na obra *Four theories of the press* (1956), Brito Neto (2014b) elenca algumas reflexões teóricas que antecederam a fase de consolidação das teorias de jornalismo. Destacam-se entre essas primeiras formulações: a teoria autoritária¹⁰², a teoria liberal¹⁰³, teoria da responsabilidade social¹⁰⁴ e teoria comunista soviética da imprensa¹⁰⁵. Somam-se a essas as teorias do desenvolvimento¹⁰⁶ e a teoria da participação democrática¹⁰⁷, elaboradas por Denis McQuail e que surgem voltadas aos países de Terceiro Mundo.

Tratando-se das teorias de jornalismo que começaram a se consolidar nessa nova fase de busca por um pensamento teórico autônomo, observa-se um esforço intelectual mais direcionado às questões pertinentes ao jornalismo, definições desvinculadas das teorias da comunicação, reflexões teóricas sobre as práticas. “Por que as notícias são como são e quais os seus efeitos” são questões que fazem parte desses estudos. O que elas dizem? Que novidades apresentam? É isso que se pretende apresentar a partir de agora.

Segundo Traquina (2005, p. 149-150), a primeira teoria na literatura acadêmica sobre o jornalismo foi a teoria do *gatekeeper*. O conceito foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin, em 1947, quando investigava as decisões domésticas em relação aos alimentos

¹⁰¹ As teorias do jornalismo elencadas neste trabalho encontram-se nas obras de Mauro Wolf (2002), Felipe Pena (2005), Traquina (1993, 2005) e Brito Neto (2014b).

¹⁰² Considerada a mais antiga, essa teoria surge no século XVI e foi formulada por “sábios” que receberam a incumbência do Estado absolutista de definir o que seria verdade. Segundo ela, a imprensa deveria servir e promover o Estado.

¹⁰³ De acordo com essa reflexão teórica, influenciada pelo Iluminismo, a imprensa não deveria servir o governo, mas buscar a verdade. Nasceria aí a ideia de “quarto poder” relacionada à imprensa, que não está a serviço do Estado, mas da sociedade.

¹⁰⁴ Baseada na noção de livre imprensa, traz a ideia de que eram os proprietários e operadores de imprensa que decidiam os fatos e as versões que deveriam chegar ao público. Eles teriam, por isso, a responsabilidade social diante dessas escolhas.

¹⁰⁵ De acordo com essa teoria, o dever da imprensa seria apoiar e preservar o progresso do sistema socialista e de seu partido.

¹⁰⁶ Esta teoria traz a ideia de que os meios de comunicação deveriam ser usados para a formação da identidade cultural, o progresso e a autonomia de uma sociedade nacional.

¹⁰⁷ Trazia ideia contrária ao monopólio e à comercialização da imprensa privada, ao centralismo e à burocratização das instituições públicas.

adquiridos para casa. Referia-se “à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisão” e foi aplicado ao jornalismo por David Manning White. Focada no jornalista como produtor de notícias, essa teoria afirma que a seleção de informações durante o processo de produção de notícias passa por inúmeros *gates* (portões ou filtros). Ao serem analisadas as justificativas de alguns editores da *Associated Press*, *United Press* e *International News Service* acerca das escolhas que faziam entre as notícias que seriam veiculadas ou não, chegou-se à conclusão de que se tratavam de seleções que obedeciam a critérios como subjetividade e juízos de valor, baseados no conjunto de experiências, atitudes e expectativas. Segundo Wolf (2002), a teoria do *gatekeeper* evoluiu em duas vertentes: uma diz respeito à sociologia das profissões e volta os estudos para características sociológicas, culturais dos emissores; já a outra se refere à lógica dos processos que buscam compreender o percurso de produção da notícia.

Considerando a influência da organização em que se insere o jornalista na constituição da notícia, estruturou-se a teoria organizacional, fruto dos estudos do sociólogo norte-americano Warren Breed¹⁰⁸. Ele verificou que os jornalistas tendem a se render à linha editorial das instituições em que trabalham, a seguir os valores, códigos, dicas e vocabulários dos companheiros de trabalho e que o jornalismo dentro de uma instituição é, antes de tudo, um negócio. Traquina (2005, p. 153) afirma: “na teoria organizacional, a ênfase está num processo de socialização organizacional em que é sublinhada a importância de uma *cultura* organizacional, e não uma *cultura profissional*.”

Ao analisar os fatores que formam os processos de identidade da comunidade jornalística, Felipe Pena (2005, p. 139) propõe a teoria agnóstica. Utilizando-se do conceito de gnose para formulá-la, afirma: “Acredito que a identidade da comunidade jornalística é formada por uma estrutura gnóstica. Não no sentido religioso, mas sim no caráter fáustico e restritivo de seus costumes, vocabulário e ritos de iniciação”. O autor cita o livro *O mundo dos jornalistas*, escrito por Isabel Travancas (1992), que aborda os ritos de iniciação do foca, ou jornalista novato, e se refere à obra de Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan (1987) que traz a noção de *vocabulário de precedentes*. Mostra-se, aí, que os iniciantes acumulam saberes específicos sobre a profissão interagindo com os profissionais mais velhos.

O jornalista tem o poder de decidir o que é notícia, de construir o próprio público, de trabalhar com códigos específicos produtores de sentido, de inserir-se em uma cultura profissional que dita o comportamento da tribo jornalística e de se situar numa redação que funciona como um templo para garantir maior eficácia. Assim, para Traquina (2005),

¹⁰⁸ As obras de Traquina (1993, 2005), Pena (2005) e Wolf (2002) descrevem com mais detalhes a investigação do pesquisador Warren Breed que deu origem à teoria organizacional.

[...] as notícias têm uma estrutura de valores que são compartilhados pelos jornalistas entre si, embora carreguem ecos da interação com a sociedade. Esse compartilhamento é nitidamente uma operação gnóstica, com ritos de passagem e forte conotação de conhecimento secreto, só acessível a uns poucos iniciados, os próprios jornalistas (TRAQUINA, 2005, p. 141).

Levando em conta a ideia de utilidade do jornalismo, a teoria instrumentalista expressa que as notícias são distorções sistemáticas que servem a interesses políticos, por isso podem ser usadas para a manutenção e defesa do capitalismo ou para questioná-lo. Pressupõe, assim como a Teoria do Espelho, que o jornalismo retrata a realidade. As noções de parcialidade e objetividade encontram-se arraigadas a esse pensamento que sustenta a ideia do jornalismo como o “quarto poder”.

Cultuando um dos grandes mitos do jornalismo, edifica-se a Teoria do Espelho. Sua máxima é: as notícias refletem a realidade. Percebe-se um modo cartesiano de se haver com a verdade, já que cabe ao jornalista “buscar a verdade acima de qualquer outra coisa” (PENA, 2005, p. 125) para apresentar a realidade que se encontra dada, esperando para ser descoberta. Nessa perspectiva, a informação jornalística primária pela objetividade ao separar fatos de opiniões, seguindo um rigor científico que mal cabe ao jornalismo, que dirá à sua prática. Trata-se de uma teoria ligada às mudanças na imprensa americana ocorridas na segunda metade do século XIX, que se orientaram de acordo com regras de narração e procedimentos profissionais formulados no intuito de garantir o relato objetivo, livre de subjetividades. Os mitos da verdade e da objetividade formam a atmosfera dessa teoria e protegem a categoria jornalística, como mostra Traquina:

Para os jornalistas, como para os cientistas sociais, o termo ‘objetividade’ funciona como um baluarte entre eles e os críticos. Atacados devido a uma controversa apresentação dos “fatos”, os jornalistas invocam a sua objetividade quase do mesmo modo que um camponês mediterrâneo põe um colar de alhos à volta do pescoço para afastar os espíritos malignos (TRAQUINA, 1993, p. 75).

Apesar de ainda hoje a comunidade jornalística defender esta ideia, principalmente pelo fato de que ela legitima e torna credível o trabalho dos jornalistas (que passam a ser vistos como imparciais e detentores de um saber de narração orientado por método científico que garantiria a objetividade), essa teoria demonstra-se envelhecida e frágil, não encontrando vigor no solo da modernidade. Primeiro porque a verdade não está dada para ser observada e narrada. Ela é, acima de tudo, uma fabricação. Segundo, porque a subjetividade no processo

de produção noticioso é inevitável. Pena (2005) explica que há uma confusão entre a objetividade do jornalista e a objetividade do método utilizado na construção da notícia.

[...] a simples argumentação de que a linguagem neutra é impossível já bastaria para refutar a teoria do espelho, pois não há como transmitir o significado direto (sem mediação) dos acontecimentos. Além disso, as notícias ajudam a construir a própria realidade, o que inviabiliza a existência de um simples reflexo do real. Na verdade, os próprios jornalistas estruturam representações do que supõem ser a realidade no interior de suas rotinas produtivas e dos limites dos próprios veículos de informação (PENA, 2005, p. 128).

Numa ótica diferente da teoria do Espelho, a teoria do *Newsmaking* é orientada pela perspectiva construtivista dos anos 1970. De acordo com ela, as notícias seriam “estórias” construídas pelos jornalistas seguindo uma lógica interna que influencia todo o processo de sua produção, o que não significa que se trata de ficções. Como lembra Gaye Tuchman:

[...] Dizer que uma notícia é uma estória não é de modo algum rebaixar a notícia, nem acusá-la de ser fictícia. Melhor, alerta-nos para o fato de a notícia, como todos os documentos públicos, ser uma realidade construída possuidora da sua própria validade interna. (TUCHMAN, 1993, p. 262).

O modelo teórico do *newsmaking* leva em consideração as rotinas produtivas, os constrangimentos organizacionais, a construção da audiência, a noticiabilidade e os valores-notícia como elementos que influenciam diretamente a produção da notícia, impedindo que ela seja reflexo da realidade. Além disso, nessa *episteme* das ciências modernas é impossível refletir a realidade por meio de estórias, visto que a própria linguagem não a representa. Ao contrário disso, como bem revela Foucault (1999), a linguagem fala ou constitui. Sobre isso Traquina (2005, p. 168) escreve: “as notícias ajudam a construir a realidade”.

Traquina (2008) mostra ainda que o conceito de *agenda setting* ou agendamento foi introduzido por Maxwell McCombs e Donald Shaw, quando da publicação do artigo *Public Opinion Quarterly*, em 1972. Segundo ele, os *media* dizem às pessoas sobre o que pensar, ou seja, agendam os assuntos a serem discutidos pelo público. Trinta anos antes, o jornalista Walter Lippman em seu livro *Opinião Pública*, publicado em 1922, já defendia que os *media* eram responsáveis pelas imagens que as pessoas tinham dos acontecimentos e demonstrava uma visão mais ampliada que a proposta de McCombs e Shaw. Numa análise retrospectiva da evolução da investigação, esses autores revisaram a própria teoria e sugeriram que “os *media* não só nos dizem no que pensar, mas também como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar” (TRAQUINA, 2008, p. 15-16).

Estudando a relação entre mídia e opinião pública, a alemã Elizabeth Noelle-Neuman formulou a teoria da Espiral do Silêncio, na década de 1980. Pena (2005, p. 155) resume esse pensamento da seguinte forma: “Essa teoria defende que os indivíduos buscam a integração social através da observação da opinião dos outros e procuram se expressar dentro dos parâmetros da maioria para evitar o isolamento”. Cita como exemplo a influência da mídia nas eleições, em que geralmente os candidatos que estão à frente nas pesquisas recebem os votos dos indecisos; estes se aliam, portanto, à opinião da suposta maioria. A teoria da Espiral condiciona a opinião pública por meio de três mecanismos: o excesso de exposição ou visibilidade, “a presença da mídia em todos os lugares”, “a forma semelhante como as notícias são produzidas e veiculadas” (PENA, 2005, p. 156).

A teoria da Nova História propõe uma nova atitude entre os historiadores. Seus teóricos, reunidos na Escola dos Anais (França), sugerem uma nova atitude diante dos acontecimentos. A ideia é questionar fontes, arquivos e documentos oficiais. Baseia-se no método de interpretação dos eventos, levando em conta seus pressupostos de formação. Critica a metodologia histórica apontando sua insistência em inventariar e classificar, ao invés de construir o discurso. Traz a ideia de que “a História, assim como o jornalismo, não reconstitui a verdade, interpreta-a. [...] A História é o que podemos saber dela, nada além disso. [...] A maior parte é lacuna, não revelada. Qualquer matéria jornalística segue a mesma lógica” (TRAQUINA, 2005, p. 157).

A teoria marxista do jornalismo foi proposta por Adelmo Genro Filho, que apresenta o trabalho pioneiro do alemão Otto Groth¹⁰⁹ no processo de construção de uma teoria do jornalismo, por estudá-lo como objeto autônomo entre os demais processos de comunicação. Segundo ele, o jornalismo é uma forma social de conhecimento em que se distinguem e se complementam as mediações que a ciência e a arte realizam para a compreensão do mundo. Constata que as reflexões teóricas sobre a área são insuficientes por não conseguirem se livrar do esquema dos manuais que se dedicam às técnicas e críticas que resumem o jornalismo a instrumento de dominação (BRITO NETO, 2014b).

A Teoria dos Fractais Biográficos ou a Biografia sem-fim foi desenvolvida por Felipe Pena entre 1999 e 2000. Estuda as biografias, que são narrativas que se utilizam de técnicas jornalísticas e da noção de verdade, e faz referência ao conceito de *ilusão biográfica*, formulado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. O jornalista-biógrafo seria cúmplice desta

¹⁰⁹ Discípulo de Max Weber, Otto Groth “produziu um relevante trabalho tentando situar o jornalismo como ciência. Groth descartou a possibilidade de que o jornalismo fosse tratado como técnica e apontou os quatro elementos clássicos e característicos do que denominou Periodika, a ‘ciência do jornalismo’: periodicidade, atualidade, universalidade e difusão” (MORAES JÚNIOR, 2013, p. 76).

ilusão, ao buscar satisfazer a expectativa de veracidade do leitor enquanto tenta produzir um relato coerente que expresse uma sequência de acontecimentos. Mas, de acordo com Pena (2005, p. 161), “[...] o máximo que a biografia pode oferecer é uma reconstrução, um efeito de real”. A isso o autor acrescenta:

O objetivo é propor uma análise crítica sobre o discurso biográfico e também a possibilidade de aplicação da mesma teoria na própria produção de biografias por jornalistas historiadores e outros biógrafos da atualidade. A ideia é organizar uma biografia em capítulos nominais (fractais) que reflitam as múltiplas identidades do personagem (por exemplo: o judeu, o gráfico, o pai, o patrão, etc.). No interior de cada capítulo, o biógrafo relaciona pequenas histórias/fractais fora da ordem diacrônica. Sem início, meio e fim, o leitor pode começar o texto de qualquer página. A interatividade pode ser conseguida ao lançar a obra junto com um site em que qualquer leitor possa contar sua própria história sobre o personagem para ser publicada na edição seguinte. Ou seja, o leitor é coautor e o biógrafo, apenas um mediador, o responsável pela reconstrução das histórias dos outros. Enfim, uma função realmente coerente com seu ofício (PENA, p. 162-163).

Como se pode observar, a construção de uma teoria do jornalismo geralmente tem passado pela discussão das questões: Por que as notícias são como são? Por que temos as notícias que temos (circulação)? e Quais os efeitos que as notícias geram? Trata-se do desafio de construir uma teoria que se proponha a compreender a notícia e sua relação com elementos que bordejam sua constituição. Assim, pensar uma teoria da notícia é estar em comum acordo com os anseios por uma autonomia do saber jornalístico. É também constituir esse campo por meio de um discurso próprio cada vez mais especializado, já que a notícia pode ser considerada componente elementar e específico do jornalismo/saber jornalístico. Afinal, todo o seu trabalho e saber se elaboram na transformação de informações em notícias. Acrescenta-se a isso que ele se constitui e se transforma à medida que, desde seu surgimento, se propôs a produzir notícias para a sociedade. A respeito disso, Temer (2014, p. 96) afirma que

[...] O jornalismo existe e sobrevive em função da sua determinação primeira: o relato de fatos/acontecimentos reais e atuais [...].No entanto, ele não detém a capacidade mágica de mostrar a totalidade da verdade ou os fatos de todos os ângulos, ou de atender de forma equilibrada os diferentes grupos, indivíduos e representações, em uma versão sofisticada da Teoria do Espelho.

A tarefa de elaborar uma teoria da notícia, como já observado nesta tese, não é tarefa fácil, mas, como ensina Bachelard, deve-se suspeitar das coisas *familiares*, dos conhecimentos fáceis (TERNES, 2009b). Torna-se oportuno lembrar que o jornalismo/saber jornalístico se

encontra em uma *episteme* moderna, como sugere Foucault (1999, 2014a, 2014b), em que a constituição dos saberes está a devir. Ternes também o ensina (2009a, p. 7), ao destacar que a “modernidade é mensageira de novas lições”. Lições em que não há observado, tampouco observador; em que o real é realizado e a linguagem mesma pensa. Nessa perspectiva, os conceitos e as teorias, que tendem a se degenerar, existem discursivamente e devem assim ser entendidos, como construções possíveis dentro de uma determinada época. Assim mostra Bachelard (2004), que sugere curar o espírito de suas felicidades, tirando-o da zona de conforto, buscando retomar o mundo interno ao próprio pensamento, que não deve ser síntese, mas sim desordem. Ironia, uma vez que o pensamento é guerra.

O professor Jorge Pedro Souza (2002) reflete sobre como deveria ser constituída uma teoria da notícia. Acerca disso, escreve:

Uma **teoria da notícia**, à semelhança de outras teorias científicas, deve ser enunciada de maneira breve e clara, deve ser universal, deve ser traduzível matematicamente e deve ainda ser predicativa. Deve atentar no que une e é constante e não no que é acidental. Isto significa que o enunciado da teoria deve ser contido, explícito e aplicável a toda e qualquer notícia que se tenha feito ou venha a fazer. Uma teoria da notícia, como qualquer teoria científica, será válida unicamente enquanto não ocorrerem fenômenos que a contradigam, pois o conhecimento científico, que é construído, como qualquer outro tipo de conhecimento, é marcado pela possibilidade de refutação e, portanto, pela revisibilidade (SOUZA, 2002, p. 2).

A favor de uma teoria unificada do jornalismo e considerando o paradigma da notícia como construtora da realidade, Souza (2002) propõe um modelo de teoria¹¹⁰ baseado em equações matemáticas: uma relacionada à produção de notícias e a outra sobre seus efeitos. Comungando com essa mesma ideia de unificação, Felipe Pena (2005) propõe a teoria gnóstica, já enunciada. Não se trata de uma formulação matemática como a de Souza, mas de uma analogia entre os ritos de passagem ao jornalismo e à gnose, de modo a mostrar como se constitui a comunidade jornalística e, a partir dela e por ela influenciada, como se estruturam as notícias. Pode ser uma teoria questionável, caso se busque cientificidade, mas não deve ser ignorada, uma vez que na modernidade, segundo Ternes (2009b), parece haver quase uma autorização de uma vizinhança entre imaginação e razão, requerida muitas vezes pelas revoluções científicas. Acerca disso, escreve:

¹¹⁰ Esse modelo de teoria é apresentado no artigo *Construindo uma teoria do jornalismo*, publicado pela revista virtual *Recensio*. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>>.

Essa perigosa vizinhança entre razão e imaginação que as revoluções científicas parecem autorizar talvez não sancione, ainda, a fusão dos dois campos, o racional e o onírico, o científico e o poético. Talvez tenha ocorrido, na história ocidental, essa experiência. Penso nos pré-socráticos. Talvez a Renascença, a de Koyré e Foucault. Nós, modernos, no entanto, carregamos a pesada herança da Idade Clássica, do Racionalismo, do *Grande* e dos *Pequenos* (mais perigosos), do Iluminismo, do Positivismo, de toda uma tradição cientificista. Difícil imaginar uma época em que conceito e imagem (na acepção de Bachelard) se dêem as mãos. Uma ciência *poética*, uma arte *científica* (TERNES, 2009b, p. 11).

Em desacordo com a edificação de uma teoria unificada do jornalismo, Nelson Traquina desenvolve seus estudos sobre as notícias utilizando a noção de campo proposta por Bourdieu, que o conceitua como um “espaço social estruturado, um campo de forças, num campo de força” (BOURDIEU, 1997, p. 40). A partir dessa consideração, Traquina (2008) explica que, à medida que os profissionais se especializam, dominam linguagem específica e constroem uma cultura profissional, acabam ganhando autonomia e autoridade frente aos não profissionais. A seu ver, existe um campo jornalístico que se divide em dois pólos: o ideológico, em que a notícia é serviço público, e o econômico, cujo produto jornalístico é comercial.

Observa-se um esforço para compreender como se dão as relações entre as notícias, seus produtores e o público. Não há entre os estudiosos, ainda, um consenso acerca de uma teoria da notícia unificada, mas percebe-se um movimento que Foucault (2014a, p. 225) descreve e que torna interessante destacá-lo. Segundo este filósofo, os saberes não se encontram em um mesmo estágio; eles passariam pelo *limiar de positividade*, *limiar de epistemologização*, *limiar da cientificidade* e o *limiar da formalização*, mas não necessariamente nessa ordem sucessiva e nem sempre um saber passa por todas elas. Entre todas as ciências, somente a matemática é citada como a única a transpor todos esses limiares de uma só vez. Daí se tornar modelo para grande parte dos discursos científicos em relação a alcançar o rigor formal e sua demonstratividade. Porém, avalia Foucault (2014a, p. 228), “[...] para o historiador que interroga o devir efetivo das ciências, ela é um mau exemplo – um exemplo que não se poderia, de forma alguma, generalizar”.

3.3 UMA FORMAÇÃO OUTRA EM JORNALISMO

“A palavra é meu domínio sobre o mundo”.

(CLARICE LISPECTOR, 2014)

Partindo da ideia de que na modernidade¹¹¹ a linguagem é constitutiva, e não representativa, e que também constituído por ela o homem constrói/inventa sua história e tece a realidade de sua época, esta seção tem como objetivo discutir a formação em Jornalismo no Brasil principalmente à luz do pensamento do filósofo Gaston Bachelard, de modo a reivindicar o rejuvenecimento do saber jornalístico. Em suas obras, o autor mostra que no solo da modernidade a linguagem torna-se espaço da elaboração da verdade de uma época e, conseqüentemente, a natureza da ciência se transforma. O real deixa de ser observado para ser pensado e constituído. Isso muda de forma considerável o ato de conhecer e solicita da educação um comprometimento, um engajamento com o saber muito diferente de épocas anteriores, como o Renascimento e a Idade Clássica. Pode-se dizer que na modernidade linguagem é pensamento e isso muda totalmente o olhar sobre o conhecimento, sobre a verdade/realidade. Diante do exposto, torna-se relevante um retorno à seguinte afirmação do antropólogo Guertz Clifford (2008, p. 5): “O homem é um animal suspenso em teias de significado que ele mesmo teceu”.

Com apoio nessa ideia de linguagem/pensamento/razão constitutiva, pretende-se chamar atenção para a grande responsabilidade que a educação e os educadores nos cursos de Jornalismo têm na sociedade e para as lições de Bachelard¹¹² que servem ao saber jornalístico, considerando que este reclama urgentemente um racionalismo científico aberto - o surracionalismo -, um comprometimento com a ciência, com o progresso do conhecimento/pensamento, com a formação de um novo espírito científico, enfim, uma psicanálise do conhecimento. Acerca disso, o autor acrescenta:

Se formos além dos programas escolares até as realidades psicológicas, compreenderemos que o ensino das ciências tem de ser todo revisto; que as sociedades modernas não parecem ter integrado a ciência na cultura geral. A desculpa dada é que a ciência é difícil e que as ciências se especializam.

¹¹¹ A modernidade torna-se possível quando se coloca em questão o conhecimento como representação. Temporalmente, pode-se afirmar que isso pode ser observado a partir do século XIX. Até então o homem vivia a época da imagem do mundo ou idade da representação, em que a linguagem era um meio e tinha a função de representar o mundo, o que será questionado e se esgotará (FOUCAULT, 1999). Vale ressaltar que a ideia de Bachelard sobre a modernidade está relacionada à contraposição entre o pré-científico e o científico. Contraposição entre uma época que se esgotou e o nascimento de uma nova época.

¹¹² Segundo a professora Marly Bulcão (2002), os textos de Bachelard não tratam de forma explícita a educação, mas trazem contribuições importantes que servem ao pensamento pedagógico, tais como as noções de formação do sujeito, de tempo como instante e o racionalismo aplicado.

Mas, quanto mais difícil é uma obra, mais educativa será (BACHELARD, 1996, p. 309).

Essas lições sobre educação podem ser encontradas em diversas obras¹¹³ do autor, tanto nas que revelam o trabalho do epistemólogo preocupado com a ciência - o Bachelard diurno -, quanto nas do fenomenólogo e poeta - o Bachelard noturno. A grande novidade em ambos - Bachelard noturno e diurno - está em revelar que o pensamento muda de estatuto ou de natureza,

[...] deixa de ser essencialmente analítico para tornar-se síntese. Deixa de ser imagem, substituto de algo exterior, jogo estéril da dualidade representante/representado, para assumir densidade própria [...] conhecer não pode mais ser “dar a imagem”. Terá que ser outra coisa (TERNES, 2012c, p. 6).

Vale lembrar que essa outra coisa não cabe mais nas amarras do poder divinizado da época do Renascimento e muito menos na prisão da estrutura visível das ciências da Idade Clássica, que assegura um racionalismo fechado em que o mundo já dado ocorreria independente da existência humana. Conhecer não está mais em descobrir verdades ou realidades, mas em inventá-las. Isso desmonta todo o projeto clássico de conhecimento em que “a linguagem, a verdade, se retira do mundo e adquire o estatuto estranho de imagem” (TERNES, 2012d., p. 1). Colocam-se em questão as ideias de Descartes, cujo projeto da razão estava em descobrir a verdade ou o real, ordenar, classificar, medir um mundo já existente, representar e repetir este mundo. Bachelard conclama um novo espírito científico, que recomeça em outras bases bem diferentes da certeza e da verdade pré-existente, bases ancoradas na dúvida constante, na filosofia do não, na revisão e retificação constante do pensamento, na construção/invenção do pensamento e das ciências. Nada mais oportuno que o retorno à sua seguinte reflexão: O conhecimento do real é luz que sempre projeta algumas sombras [...]. O real nunca é ‘o que se poderia achar’, mas é sempre o que se deveria ter pensado” (BACHELARD, 1996, p. 17).

É a partir dessa grande novidade, a premissa de que o projeto da razão moderna está na invenção da realidade, assim como sugere Bachelard, que a educação em Jornalismo deve trilhar seu destino. Dentro da perspectiva epistemológica contemporânea, a ciência se realiza como conceito a ser criado ou inventado. A partir do momento em que não há nada inscrito na natureza e que a ciência, assim como todo o conhecimento humano, é uma invenção muitas

¹¹³ Entre as obras de Gaston Bachelard, esta seção trabalhou principalmente as ideias que compõem as obras: *A formação do espírito científico* (1996), *Ensaio sobre o conhecimento aproximado* (2004), *O novo espírito científico* (2000) e *O racionalismo aplicado* (1977).

vezes sujeita a convenções, a verdade científica passa a ser marcada por começos, rupturas, descontinuidades e evanescências.

Esta lição é ousada, rompe com ideias que durante séculos predominaram e receberam o aceite da comunidade científica e exige um olhar atento para a formação de sujeito que a educação formal em cursos de Jornalismo vem propondo na sociedade atual. Afinal, nas salas de aula ainda há o dissabor da falta de rigor teórico, a ideia utópica de transmissão do conhecimento, o estímulo à memorização e a redução do pensar. Tudo indica que o “conhecer” nas escolas modernas ainda carrega o fardo cartesiano de repetir o que o mundo já oferece, de descobrir verdades e adotar métodos deterministas que acabam por estagnar o progresso científico. O “estrabismo” do pensamento ocidental ainda persiste em compor o conteúdo escolar, como bem denuncia Merleau-Ponty ao criticar o racionalismo de Descartes, da Idade Clássica. A partir daí esse autor conclama uma “nova ‘revolução copernicana’” ou “uma inversão no modo de ver o próprio conhecimento” (TERNES, 2012c, p. 5).

Embora essa lição de construção/invenção do conhecimento já se encontre esboçada em projetos pedagógicos, ementas e discursos acadêmicos, a prática da educação brasileira persiste em percorrer velhos caminhos ditados pela tradição. Além disso, muitas vezes esses documentos acabam por engessar o pensamento, ao adotarem metodologias prévias e sugerirem resultados antes mesmo de percorrer o caminho do conhecimento. No mesmo absurdo incorrem as monografias, dissertações e teses que partem de projetos previamente determinados por metodologias já consagradas no meio acadêmico.

O que Bachelard (2000) ensina é que a técnica/método tem o seu sentido na trajetória do pensamento. Ele observa que as condições experimentais se dão *a posteriori* e que o espírito científico não pode progredir senão criando novos métodos, ideia que contraria o projeto cartesiano de um método universal. Acerca disso, ao analisar as ideias de Bachelard, a professora Marly Bulcão acrescenta:

O conhecimento não parte jamais de uma certeza primeira, como queria Descartes, mas, ao contrário, tem seu ponto de partida numa polêmica, ou seja, começa sempre por um diálogo, pela troca de argumentos e pela negação e retificação do saber anterior para em seguida alcançar novas verdades. Nesse sentido, a objetividade alcançada nunca é definitiva, sendo necessário reconquistá-la constantemente, pois psicologicamente a objetividade está sempre em perigo, o que denota que o conhecimento é essencialmente uma atividade dinâmica de recomeço e de reorganização constante de ideias (BULCÃO, 2002, p. 286).

Além dos problemas apresentados anteriormente nesta tese, a história do pensamento educacional brasileiro apresenta ainda interferência do revés das marcas inscritas e escritas

pela colonização, religião, pela política e pela revolução industrial tardia. Trata-se de elementos externos ao pensamento educacional, mas que de uma maneira ou de outra acabam também por impedir o seu progresso ou avanço, não bastassem os obstáculos epistemológicos¹¹⁴ do próprio pensamento, como alerta Bachelard. Em *A formação do espírito científico* (1996), o autor cita a cultura e até o próprio cérebro com suas condições psicológicas de serem causas da inércia intelectual. Reivindica, então, que a escola seja permanente e que a ciência esteja inserida na cultura de tal forma que ambas as instâncias – escola e ciência - estejam indissociadas. “É essa escola que a ciência deve fundar. Então, os interesses sociais estarão definitivamente invertidos: a Sociedade será feita para a escola e não a Escola para a Sociedade” (BACHELARD, 1996, p. 310), acrescenta o filósofo.

O fato é que em grande parte dos cursos de graduação em Jornalismo do século XXI ainda “não nos libertamos inteiramente do professor ‘leigo’” (TERNES, 2006, p. 70). Na história da educação em Jornalismo no Brasil observa-se o desprezo e a desvalorização da educação e do professor. A formação de professores sempre foi um projeto inacabado. As universidades brasileiras, principalmente as particulares, não se demonstram preocupadas com isso. Servas do capitalismo, geralmente, dedicam-se à formação de bacharéis que atendem à falta de mão de obra especializada para o mercado.

No prefácio do livro *Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética*, de Bernardo Kucinski, Lima (2005) mostra que houve uma proliferação dos cursos de comunicação social, com a expansão do ensino superior privado. Sobre os jornalistas formados nessas instituições privadas, o autor destaca:

Estes novos jornalistas – que ainda estão substituindo aqueles formados diretamente nas redações – passam por um processo de profissionalização *sui generis* na medida em que, como é sabido, há um divórcio entre as teorias da comunicação ensinadas nos cursos e a prática profissional. Além disso, não se dá, na maioria desses cursos, a ênfase que deveria merecer a discussão sobre as diferentes teorias do próprio jornalismo ou sobre sua vinculação com os sistemas ideológicos do nosso tempo (LIMA, 2005, p. 12).

É comum observar nesses espaços a teoria, que é a prática do pensamento, ser transformada em sinônimo de mera erudição e/ou se restringir a ser oferecida em breves pinceladas nos cursos, que vêm sendo cada vez mais reduzidos às especificidades técnicas.

¹¹⁴ Na obra *A Formação do Espírito Científico*, Gaston Bachelard (1996) denomina “obstáculos epistemológicos” as causas de inércia intelectual. De acordo com o filósofo, eles aparecem no ato de conhecer, internamente, e podem impedir o progresso do pensamento.

Nessa perspectiva, a ciência fica longe de ser contemplada nos cursos de graduação em Jornalismo; o que ocorre são exposições de recortes do pensamento científico.

Ao contrário desse tipo de formação, Bachelard (1996, p. 12-13) aponta para a necessidade de estimular o confronto com a teoria na perspectiva de transformar a “*alma pueril ou mundana*”, que se anima pela curiosidade, pela distração como pretexto para se engajar a uma atitude séria, em “*alma com dificuldade de se abstrair e chegar à quintessência*, consciência científica dolorosa, [...]; perturbada a todo momento pelas objeções da razão, pondo sempre em dúvida o direito particular à abstração”.

O novo espírito científico¹¹⁵ requer um outro tipo de relação com o saber. Reivindicase engajamento, comprometimento, tanto por parte de quem ensina quanto de quem aprende. Nesse sentido, Bachelard (1996) critica as alternativas pedagógicas que se apegam às facilidades. Para ele, o mestre jamais deve trocar as bibliotecas por qualquer outro espaço que simule a prática, tais como: laboratórios, museus, cinemas. As visitas a espaços externos ao ambiente escolar podem se tornar interessantes na formação do jornalista, se ao mesmo tempo é ensinado e estimulado o caminho às bibliotecas, aos livros. Isso porque, como bem alerta Alexandre Koyré (1973, p. 397 apud TERNES, 2012b, p. 1), “a ciência é teoria que não necessariamente conduz à prática; por sua vez não engendra, pelo menos diretamente, a teoria”. Dessa forma, teoria e prática pertencem a mundos diferentes. Ao prescindir de teoria corre-se o risco de perder o engajamento com o saber, que se dá justamente nessa luta de revisão constante do conhecimento.

Dessa forma, a implantação de cursos de Jornalismo descomprometidos com a teoria/ciência, repletos de professores “leigos” que adotam o modelo de transmissão do saber na forma de educação bancária, criticado pelo pedagogo Paulo Freire (1983), deve ser compreendida como um obstáculo ao progresso do saber jornalístico.

É importante também por em questão as políticas educacionais brasileiras que, num falso discurso de democratização, adotam formas de avaliação e entrada ao Ensino Superior por meio de ENEM e vestibulares que privilegiam a redução do conhecimento à memorização e às fórmulas prontas, de forma a favorecer a repetição e a naturalização dos conteúdos, desestimulando a criatividade. Acerca disso, o jornalista Clóvis Rossi (1998), autor da obra *O que é jornalismo?*, traz a seguinte reflexão:

¹¹⁵ Bachelard (1996) distingue três grandes períodos: o estado *pré-científico* (séc. XVI, XVII, XVIII), que vai da Antiguidade Clássica, Renascimento às novas buscas; o *estado científico* (fim do séc. XVIII ao início do XX) e o *novo espírito científico* (a partir de 1905) quando a Relatividade de Einstein deforma conceitos fixados como verdades absolutas, fato que permitiu abstrações mais audaciosas, como o surgimento da mecânica quântica, mecânica ondulatória, física das matrizes, entre outras.

Se o jornalismo é uma grande batalha para a conquista de mentes e corações, é forçoso reconhecer que **a maior parte dos jornalistas** entra nessa guerra com um **preparo mínimo insuficiente**. E aí a **culpa é de toda uma estrutura educacional defeituosa, cujos problemas foram sensivelmente agravados pela introdução do vestibular de múltipla escolha**, o “teste de cruzadinhas”, condenado por todos os educadores mais responsáveis deste país. Como **igualmente condenadas têm sido as escolas de jornalismo, um dos ramos do ensino de mais explosiva proliferação nos últimos anos** (ROSSI, 1998, p. 66, grifos nossos).

Caso se perpetue esse modelo educacional na graduação, as instituições de Educação Superior podem se tornar verdadeiros templos de obstáculos epistemológicos que impedem o saber/pensamento de se livrar da “vida latente do século XVIII” ou dos “vestígios do homem velho” que, segundo Bachelard (1996, p. 10), devem ser vistos como “prova da sonolência do saber, prova da avareza do homem erudito que vive ruminando o mesmo conhecimento adquirido, a mesma cultura, e que se torna como todo avarento, vítima do ouro acariciado”.

Os cursos de jornalismo devem rejeitar esses modelos educacionais, tratá-los como superados. Afinal, não é possível formar o jornalista para atuar no solo da modernidade para repetir conteúdos, retratar a realidade. Diante do exposto, tudo indica, como aponta Bachelard (1996), que a razão na modernidade estaria doente e a escola poderia ser o lócus onde se devolveria turbulência ao pensamento. A dúvida se instalaria dando a ele vigor, estimulando o progresso do conhecimento, ao invés de ocorrerem os meros depósitos de conteúdos nas mentes dos a-lunos, “sem luz”. A proposta de Bachelard (1996) é estimular os alunos, que não chegam às salas de aulas como uma tábula rasa, como bem lembra o educador Paulo Freire. Tratar-se-ia de “inquietar a razão e desfazer os hábitos do conhecimento objetivo” (BACHELARD, 1996, p. 304). Afinal, “na obra da ciência só se pode amar o que se destrói, pode-se continuar o passado negando-o, pode-se venerar o mestre contradizendo-o. Aí, sim, a Escola prossegue ao longo da vida” (BACHELARD, 1996, p. 309).

Nesse projeto de inquietar a razão, a modernidade oferece mais uma condição de possibilidade do pensamento: apresentar ao rigor teórico e ao racionalismo aplicado, proposto pelo epistemólogo Bachelard, lições de devaneio, de liberdade e de criatividade, pois há um momento em que a ciência não se justifica e é preciso extrapolar. É nesse caminho que o poeta Bachelard vê na ciência moderna uma razão que se arrisca quase a sonhar. Ao contrário do que ocorria no cartesianismo, agora os sonhos não são descartados no caminho do conhecimento. Ao analisar as ideias desse poeta e filósofo, a professora Marly Bulcão acrescenta:

Bachelard, ao contrário, faz da pedagogia a forma mesma da razão e da imaginação. Mostra que a escola é, na verdade, o diálogo empreendido pela

razão ao longo de seu desenvolvimento que deve ser acrescido do elã criativo próprio da imaginação. Pode-se então, concluir que a escola, que tem como objetivo primordial a verdadeira formação do homem, deve ser a que substitui o instinto conservador pelo instinto criador e que, fundamentando-se no diálogo e na imaginação criadora, faz que o ser humano se eleve num vôo vertical ascendente, alcançando assim, a plenitude do ser (BULCÃO, 2002, p. 296).

É importante ressaltar que o pensamento moderno, além de permitir essa aproximação entre dois projetos tão distintos - razão e imaginação -, exige que isso ocorra. Isso porque há uma tarefa nova para a escola do futuro, que é desenvolver a intuição. Afinal, “em um mundo repleto de informações, com equações matemáticas insolúveis, com milhares de variáveis, precisamos de pessoas que sejam capazes de olhar para o caos e dizer: Vamos por aí” (FIALHO; FIALHO, 2012, p. 14).

No lugar do “Vamos por aí”, talvez esta tese possa oferecer pistas que estão a espera de novos olhares sobre o objeto *saber jornalístico*, a fim de novas contribuições. A opção por finalizar este trabalho com essa seção intitulada “Por uma formação outra em jornalismo” visa a reivindicar o *rejuvenescimento*¹¹⁶ ou *reinvenção*¹¹⁷ do jornalismo/saber jornalístico.

Elaborar uma discussão tendo como guia a questão *o que é o saber do jornalismo?* é, antes de tudo, um compromisso com a atualidade, com a formação do jornalista. Não por acaso se destacou no início desta tese o jornalismo como acontecimento do século XIX, assim como destaca Foucault (2014b). Mesmo tendo acesso ao arquivo histórico, que remete a origem do jornalismo à Antiguidade Clássica, a proposta foi situar o jornalismo/saber jornalístico no solo epistêmico da modernidade, na atualidade, no “agora” que inquieta o pensamento de Foucault no texto *O que é o iluminismo?* Afinal, é neste espaço que é possível sentir, perceber, descrever, tentar enfim entender a constituição do saber jornalístico.

A formação do jornalista no século XXI, também tem a ver com este “agora”; e quem se dedica a ela não pode perder de vista a questão colocada por Foucault ao se debruçar sobre as questões de Kant sobre “O que é a Aufklärung? (1784) e O que é a revolução?” (1798). Para o jornalista, assim como para os que se dedicam a formá-los torna-se oportuno destacar essa questão colocada por Foucault (1994, s./p.): “E o que é este “agora” no interior do qual estamos, uns e outros, e que define o momento em que escrevo?”

Isso tem a ver com a noção de *episteme*, uma cultura geral à qual torna possível ou dá condições de possibilidade de existência a determinados discursos, e a outros não. Nessa perspectiva, pensar “o que é o saber do jornalismo?” remete aos possíveis discursos histórico,

¹¹⁶ Expressão utilizada por Bachelard (1996) em *A formação do Espírito Científico*.

¹¹⁷ Expressão utilizada por Carlos Castilho (2007) no prefácio da obra de Mark Briggs, *Jornalismo 2.0*.

profissional, tecnológico e acadêmico. Face àquilo que o discurso é, torna-se oportuno destacar as seguintes inquietações de Foucault:

[...] inquietação face a essa existência transitória destinada sem dúvida a apagar-se, mas segundo uma duração que não nos pertence; inquietação por sentir nessa actividade, quotidiana e banal porém, poderes e perigos que sequer adivinhamos; inquietação por suspeitarmos das lutas, das vitórias, das feridas, das dominações, das servidões que atravessam tantas palavras em cujo uso há muito se reduziram as suas rugosidades. [...] suponho que em toda a sociedade a produção do discurso é simultaneamente controlada, seleccionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por papel exorcizar-lhe os poderes e os perigos, refrear-lhe o acontecimento aleatório, disfarçar a sua pesada, temível materialidade (FOUCAULT, 1971, p. 2).

É nessa teia complexa de discursos possíveis, na atualidade, que o saber do jornalismo se constitui. No que concerne especificamente ao discurso acadêmico referente à formação em Jornalismo, Traquina (2001, p. 197) aponta para o fato de os jornalistas precisarem de preparação especial para enfrentar os desafios que surgem nesse século: “Na verdade é tempo de tirar o jornalismo da ‘idade do feiticeiro’ e requerer níveis educacionais - nomeadamente de nível superior - que sejam compatíveis com as terríveis responsabilidades sociais”, afirma.

Ferreira Júnior (2008, p. 226) destaca que o caráter técnico de nossa época vem sendo privilegiado nas universidades, que além de se apresentarem cada vez mais parecidas com uma “fábrica” ou “agência prestadora de serviço”, têm privilegiado uma concepção meramente técnica e científica em suas grades curriculares. A essa reflexão, o autor acrescenta:

Enquanto instituição organizada tendo as leis de mercado como condição e formação de incompetentes sociais como resultado, a universidade tem agora como missão básica a formação desse animal de trabalho – o homem, que se converte em material humano que deve ser preparado para render o máximo no processo de produção, e ser descartado como uma espécie de ruído que compromete a otimização da performance do sistema. (FERREIRA JÚNIOR, 2008, p. 226-227).

Observa-se neste solo da modernidade a fragmentação dos saberes em disciplinas cada vez mais especializadas, atravessadas pelo discurso tecnológico. O saber vem sendo transformado em fazer. Previlegia-se um mero saber-fazer que torna as profissões tão obsoletas quanto as máquinas que as dominam. Retira-se a “aura” da universidade, como lócus de formação do saber, do humano.

Infelizmente, muitos cursos de Jornalismo existentes no Brasil não fogem a essa realidade e muitos egressos desses cursos mal sabem o valor da palavra/discurso no mundo

atual. E na relação em que o campo e o saber vão se constituindo, observa-se o jornalismo/saber jornalístico perder sua “aura” de intelectualidade, de vigilante do poder e defensor da liberdade, da democracia.

A impressão que se tem é que esse poderoso instrumento de justiça tão necessário em um país que carrega tantas mazelas, desigualdades e violência vem perdendo sua voz, seu prestígio, seu valor social. Misturando-se publicidade e meros shows de entretenimento, qualquer assunto vira notícia.

O jornalismo e o seu saber como se apresentam na atualidade fazem lembrar a obra *As aventuras de Alice no país das Maravilhas*, de Lewis Carroll (2009). O jornalismo, os jornalistas e o seu ensino seriam aquela menina Alice que já não sabe mais quem é. E que às vezes se sente tão grande e forte, ao cumprir seu papel de denunciar, de expor o estranho, de convidar o público a duvidar, criticar... mas em outras horas se põe tão pequeno, ao se deixar vender às forças das rotinas produtivas, ao canto da sereia entoadado pela técnica e ao estimular a repetição e a representação, em lugar de criar e construir.

Com sorte, parece haver uma luz no fim do túnel e indícios de que nem tudo está perdido. E talvez o jornalismo e o seu saber, apesar de não mais percorrerem a estrada de outrora, possam, com as lições do passado e as novidades do presente, construir um caminho que devolva sua turbulência, sua inquietação, sua vontade de questionar, sua dúvida eterna sobre o que vê e o que ouve. Esta possibilidade talvez guie o saber jornalístico ao seu progresso como conhecimento humano e social. E a educação formal em cursos de graduação em Jornalismo deveria urgentemente assumir essa missão.

Somado a isso, o jornalismo/saber jornalístico teria de dar ao jornalista o direito de sonhar, como bem propõe o filósofo Gaston Bachelard. Isso porque o saber jornalístico jamais deve dispensar a poesia, a imaginação, sua “loucura”. Assim como o Chapeleiro revela à Alice que “as melhores pessoas são loucas”, o melhor jornalismo, o jornalista que faz a diferença, o mais magnífico ensino do jornalismo podem e devem beber na fonte do devaneio. É com esse olhar extremamente artístico, que não naturaliza os fatos, que consegue ver o que muitos jamais verão do mundo, que os jornalistas deveriam convidar o público a construir a verdade de sua época.

E se hoje os jornalistas e os educadores que se dedicam ao seu ensino estão se perguntando onde fica uma saída para o quadro em que se encontra o saber jornalístico, talvez a resposta que o gato deu à Alice possa servir: “Depende. Depende de para onde você quer ir”.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tatiana Carilly Oliveira. **Ensino do Telejornalismo em Goiás: formação acadêmica como garantia da qualidade da informação telejornalística comprometida com o exercício da cidadania?** Goiânia, 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás.

ARAÚJO, Elis Regina; SOUZA, Elizete Cristina de. **Obras jornalísticas: uma síntese.** Brasília: Vestcon, 2007.

BACHELARD, Gaston. **El compromiso racionalista.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1973.

_____. **O racionalismo aplicado.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

_____. **O novo espírito científico.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

_____. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BARBOSA, Marialva. **História da comunicação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BELLONI, Isaura. A educação superior dez anos depois da LDB/1996. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB dez anos depois: reinterpretação sob diversos olhares.** São Paulo: Cortez, 2008.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas I).

_____. Experiência e pobreza. In: _____. **Magia e técnica, arte e política.** Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras escolhidas I).

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência.** Petrópolis: Vozes, 1998.

BORGES, Rogério. Dispensáveis e anulados. **O Popular**, Goiânia 26 fev. 2015. Magazine, p. 05.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL, Antônio Cláudio. **Antimanual do jornalismo e comunicação: ensaios críticos sobre jornalismo, televisão e novas tecnologias.** São Paulo: Senac, 2007.

BRASIL. **Lei n. 4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/129047/lei-de-diretrizes-e-base-de-1961-lei-4024-61>>. Acesso em: 15 de out. 2014.

_____. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102363>>. Acesso em: 03 ago.2014.

_____. Decreto-lei n. 972, de 17 de outubro de 1969. Dispõe sobre exercício da profissão de jornalista. **Coordenação de estudos legislativos – CEDI.** Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/844543.pdf>>. Acesso em: 10 out.2014.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001.** Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social. Disponível em: <[/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf](http://cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf)> Acesso em: 05 de abr. de 2015

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 203, de 12 de fevereiro de 2009.** Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo. Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/documento_final_cursos_jornalismo.pdf> Acesso em: 20 de jan. de 2014.

_____. Ministério da Educação. Resolução n. 1, de 27 de setembro de 2013. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado. **Diário Oficial da União**, Brasília, p.26, 01 out. 2013. Seção 1.

BRIGGS, Mark. **Jornalismo 2.0:** como sobreviver e prosperar. College Park: Universidade de Maryland, 2007. Disponível em: http://knightcenter.utexas.edu/Jornalismo_20.pdf. Acesso em: 21 de abr.2015.

BRITO NETO, Joãoamar Carvalho de. **História do jornalismo:** a luta contra o controle da informação. Goiânia. 2012. Material didático ou instrucional (apostila) desenvolvido para o curso de graduação em Jornalismo, Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

_____. **Teorias da comunicação:** a construção do pensamento comunicacional. Goiânia. 2014a. Material didático ou instrucional (apostila) desenvolvido para o curso de graduação em Jornalismo, Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

_____. **Teorias do jornalismo**: a construção do pensamento jornalístico. Goiânia. 2014b. Material didático ou instrucional (apostila) desenvolvido para o curso de graduação em Jornalismo, Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

BRUSEKE, Franz Josef. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: EDUFSC, 2001.

BUCCI, Eugênio. Cinco funções quase ideológicas na televisão. **Imagens**, Campinas, n. 8, p. 20-25, maio/ago., 1998.

BULCÃO, Marly. Bachelard: contribuições para uma pedagogia da razão e da imaginação. **Educativa**. Goiânia, v. 5, n. 2, p. 283-297, jul./dez., 2002.

CARROLL, Lewis. **As aventuras de Alice no País das Maravilhas** (em Português). [S.l.]: Relógio d'Água, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTILHO, Carlos. Prefácio. In: BRIGGS, Mark. **Jornalismo 2.0**: como sobreviver e prosperar. College Park: University of Maryland, 2007.

CHAGAS, Carlos. **Não ao retrocesso! Formação Superior em Jornalismo**: uma exigência que interessa à sociedade. Florianópolis: FENAJ, 2008.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **A difícil tarefa de fazer jornalistas**. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=2348>. Acesso em: 30 de abr. 2015.

CLIFFORD, Geertz. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Conversações**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DEMO, Pedro. **A nova LDB**: ranços e avanços. Campinas: Papyrus, 1997.

ERICSON, Richard; BARANEK, Patricia; CHAN, Janet. **Visualizing Deviance**: a study of news organizations. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FERREIRA JÚNIOR, Wanderley J. Heidegger e a modernidade. **Philósaphos**. v. 3. n. 2, p. 113-131, jul./dez., 1998. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/11273#.VTIHN6U9VfQ>>. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

_____. A universidade na era da técnica. Aprender. **Caderno de Filosofia e Psic. da Educação**. Vitória da Conquista, ano VI, n. 10, p. 223-254, 2008.

FIALHO, Francisco Antonio Pereira; FIALHO; Gustavo Loureiro. Formando os magos do amanhã. In: SCHNEIDER, Henrique Nou; LACKS, Solange. **Educação no século XXI: desafios e perspectivas**. Aracaju: UFS, 2012.

FOUCAULT, Michel. L'Ordre du discours: Leçon inaugurale au Collège de France prononcée le 2 décembre 1970,). Trad. Edmundo Cordeiro com a ajuda para a parte inicial do António Bento. Gallimard, Paris, 1971. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/Ciencias.Linguagem/Foucault_ordemdodiscurso.pdf. Acesso em 05 de abr. de 2015.

_____. **História da sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 2002.

_____. **A história da loucura na Idade Clássica**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014a.

_____. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

_____. O que é o Iluminismo? In: _____. **Dits et Écrits**. Paris: Gallimard, 1994, p. 679-688. v. IV. Traduzido por Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: <<http://www.filoczar.com.br/foucault/Foucault-O-Que-e-o-Iluminismo.pdf>>. Acesso em: 05 de abr. de 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____; GUIMARÃES, Sérgio. **Sobre educação: diálogos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley C. M. **Comunicação e democracia: problemas & perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HANNAH Arendt. Direção de Margarethe von Trotta. Estados Unidos. Zeitgeist Films, 2013. 1 filme (109 min): son., color.

HEIDEGGER, Martin. **Introdução à metafísica**. Trad. Emanuel Carneiro Leão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1987.

_____. A questão da técnica. Trad. Emmanuel Carneiro Leão. In: _____. **Ensaio e Conferências**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Trad. Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IANNI, Octávio. **O príncipe eletrônico**. São Paulo: Perspectiva, 1999. v. 22.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KUNCZIK, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. Manual de comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

KURTZ, Howard. **Media Circus: the trouble with America's newspaper**. New York: Times Books, 1993.

LACAN, Jacques. **O seminário: livro 17, O avesso da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACAN, Jean François; PALMER, Michael; RUELLAN, Denis. **Les journalistes: stars, scribes, scribouillards**. Paris: Syros, 1994.

LIMA, Venício A. de. Prefácio. In: KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo na era virtual: ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Unesp, 2005.

LISPECTOR, Clarice. **A paixão segundo G. H.** Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. Prefácio. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 28. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: o desafio das tecnologias e o fim das ilusões**. São Paulo: Paulus, 2009.

_____. **Comunicação e jornalismo: a saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2002.

MARQUES DE MELO, José; LINS DA SILVA, Carlos Eduardo; FADUL, Anamaria (Org.). **Ideologia e poder no ensino de comunicação**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

_____. Brasil: imprensa e capitalismo dependente. **Cadernos Intercom: Comunicação Latino-Americana: Reforma/Revolução 3**. São Paulo, n. 3, p. 70-79, 1982.

_____. **Pesquisa em comunicação na América Latina: paradigmas da escola latino-americana**. São Bernardo: PCL, 2004.

MARSHALL, Leandro. **O jornalismo na era da publicidade**. São Paulo: Summus, 2003.

MARTINS, Ana Luíza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2008.

McLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Cultrix, 1969.

MEDITSCH, Eduardo. Prefácio. In: TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função da universidade e os obstáculos para a sua realização**. Florianópolis: Insular, 2012.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Ciências do homem e fenomenologia**. São Paulo: Saraiva, 1973.

MEYER, Philip. **Os jornais podem desaparecer?** São Paulo: Contexto, 2004.

MORAES JÚNIOR, Ênio. **Formação de jornalistas: elementos para uma pedagogia de ensino do interesse público**. São Paulo: Annablume, 2013.

MORIN, Edgar. **L'esprit du temps**. Paris: Grasset, 1962. v.1.

MOURA, Cláudia Peixoto de. **O curso de comunicação social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

ORTEGA Y GASSET. **La rebelión de las masas**. 14.ed. Madrid: Espasa Calpe, 2007.

PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PEIXOTO, Joana. **Compreender a técnica**. Anotações de aula. Goiânia. 2012. Material da disciplina Educação e Comunicação, ministrada nos cursos de mestrado e doutorado em Educação, exclusivo de circulação interna no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC Goiás.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO SOBRE EPISTEMOLOGIA E INTERDISCIPLINARIDADE NA PÓS-GRADUAÇÃO. 2004, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC, 2004. Disponível em: <http://profjayrfigueiredo.com.br/EDU_AC_15.pdf>. Acesso em: 12 de jan. 2014.

REZENDE, Guilherme Jorge de. **Telejornalismo no Brasil: um perfil editorial**. São Paulo: Summus, 2000.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. Brasiliense: São Paulo, 1998.

SANTAELLA, Lúcia. **Cultura das mídias**. São Paulo: Experimento, 1996.

SANTOS, Roberto Elísio dos. **As teorias da comunicação: da fala à internet**. São Paulo: Paulinas, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SAVIANI, D. Transformações do capitalismo, do mundo do trabalho e da educação. In: SANFELICE, José Luís; SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, J. C. (Org.). **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas: Autores Associados; Histedbr, 2005.

SILVA, Marconi Oliveira da. Jornalismo e representação do mundo. **Comunicação e Informação**. Goiânia: UFG, v. 8, n. 1, p. 19-25, jan./jun., 2005.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Sociedade da informação ou da comunicação?** São Paulo: Cidade Nova, 1996.

SODRÉ, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear em rede**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

SOUZA, Jorge Pedro. Construindo uma teoria do jornalismo. **Recensio**, 2002. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-construindo-teoria-jornalismo.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2015.

SPENTHOF, Edson Luiz. A formação superior específica como forma de qualificação e acesso democrático à profissão de jornalista. In: MAIA, Juarez de (Org.). **Jornalismo UFG**. Goiânia: FUNAPE/Facomb, 2010.

TAVARES, Maria da Conceição. A era das distopias. **Insight inteligência**, n. 64, p. 21-28, jan.-mar., 2014. Disponível em: <<http://www.insightinteligencia.com.br/64/PDFs/pdf1.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Ensino superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessôa. **Flertando com o caos: comunicação, jornalismo e televisão**. Goiânia: FIC/UFG, 2014.

TERNES, José. Foucault e o nascimento das Ciências Humanas. **História Revista**, n. 9, p. 191-204, jul./dez., 2004.

_____. A noção de ciência e de Educação em Anísio Teixeira: considerações preliminares. In: TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; NEPOMUCENO, Maria de Araújo. **Pensamento educacional Brasileiro**. Goiânia: PUC Goiás, 2006.

_____. **Michel Foucault e a Idade do Homem**. 2. ed. Goiânia: UCG; UFG, 2009a.

_____. Bachelard, o espaço da imaginação. In: IV CONGRESSO DE FENOMENOLOGIA DO CENTRO-OESTE., 2009, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2009b. v. 1.

_____. A história e o arquivo. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 12, n. 21, p. 235-239, jul.-dez., 2010.

_____. **Uma época da imagem do mundo**. Goiânia. 2012a. 14f. Material da disciplina Epistemologia e Pesquisa Educacional, ministrada no curso de doutorado em Educação, exclusivo de circulação interna no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO.

_____. **A natureza da ciência moderna**. Goiânia. 2012b. 16f. Material da disciplina Epistemologia e Pesquisa Educacional, ministrada no curso de doutorado em Educação, exclusivo de circulação interna no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO.

_____. **A atualidade do pensamento de Gaston Bachelard**. Goiânia. 2012c. 3f. Material da disciplina Filosofia e Educação, ministrada no curso de doutorado em Educação, exclusivo de circulação interna no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO.

_____. **Experiência primeira e valores racionais**. Goiânia. 2012d. 9f. Material da disciplina Filosofia e Educação, ministrada no curso de doutorado em Educação, exclusivo de circulação interna no Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-GO.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TIBALLI, Elianda Figueiredo Arantes; NEPOMUCENO, Maria de Araújo (Coord.). **Pensamento educacional Brasileiro**. Goiânia: PUC Goiás, 2006.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

_____. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.

_____. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2008.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus Editorial, 1992.

TRIGUEIRO, Osvaldo. O estudo científico da comunicação: avanços teóricos e metodológicos ensejados pela Escola Latino-Americana. **PCLA**, São Bernardo do Campo, v. 2, n. 2, jan-mar, 2001. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista6/artigo%206-3.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

TUCHMAN, Gaye. Contando estórias. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

_____. **Making News: a study in the construction of reality**. New York: Free Press, 1980.

WIENER, Norbert. **Cybernetics, or control and communication in the animal and the machine**. Cambridge: The Technology press of MIT, 1967.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2002.

ANEXOS

ANEXO A - CAMPANHA EM DEFESA DA FORMAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS

Carta à Sociedade

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), os 31 Sindicatos de Jornalistas e ela filiados em todo país e o Fórum Nacional de Professores de Jornalismo (FNPJ) solicitam a sua adesão à campanha nacional que estamos promovendo em defesa da formação universitária específica de jornalista como condição essencial ao registro para o exercício profissional.

Há quase quatro anos, os jornalistas desenvolvem esta campanha para recuperar um dos pilares da sua regulamentação profissional: o item III do Artigo 4º do Decreto 83.284/79, derrubado por decisão judicial em 1.ª instância. Foi em outubro de 2001, através de liminar da juíza substituta Carla Rister, da 16ª Vara Cível da Justiça Federal, 3ª Região, em São Paulo, que suspendeu a obrigatoriedade da exigência do diploma de Curso Superior de Jornalismo, reconhecido pelo MEC, para a obtenção do registro profissional.

Desde então, com o apoio de todos os Sindicatos de Jornalistas do País, a FENAJ trava uma batalha na Justiça Federal paulista tentando reverter a decisão. O processo permanece, desde dezembro de 2003, no TRF-3ª Região à espera da análise de recurso impetrado pela FENAJ e Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

É importante esclarecer, já de início, que a defesa da formação específica para o exercício do jornalismo está longe de ser uma questão unicamente corporativa. Trata-se, acima de tudo, de atender à exigência cada vez maior, na sociedade contemporânea, de que os profissionais da comunicação tenham um alto nível de qualificação técnica, teórica e principalmente ética. Com este entendimento e:

considerando que, depois de 60 anos de regulamentação profissional e 80 de lutas pela formação superior em Jornalismo, enfrentamos agora a clara ameaça do fim de quaisquer exigências legais para o exercício da profissão de jornalista;

considerando que o ataque à profissão jornalística é mais um ataque às liberdades sociais e às profissões em particular, cujo objetivo fundamental é desregular as profissões em geral e aumentar as barreiras à construção de um mundo mais pluralista, democrático e justo;

considerando que a decisão judicial acarreta claros prejuízos à ética profissional, avilta as condições de trabalho e salariais dos jornalistas e abre espaço para a contratação, nas empresas jornalísticas, de apadrinhados políticos e ideológicos sem a essencial formação específica na área;

considerando que a existência de uma imprensa livre, comprometida com os valores éticos e os princípios fundamentais da cidadania, portanto cumpridora da função social do jornalismo de atender ao interesse público, depende também de uma prática profissional qualificada;

considerando que uma das formas de se preparar, de se formar jornalistas capazes a desenvolver tal prática é através de um curso superior de graduação em jornalismo e que já existe liberdade garantida para quem quiser expor sua opinião na imprensa, como entrevistado ou articulista de uma determinada área;

considerando, finalmente, que se a decisão for mantida, atinge profissionais e estudantes de jornalismo numa de suas principais conquistas, desrespeita as identidades de cada área (e com isso desrespeita também as demais), e fere frontalmente a sociedade em seu direito de ter informação apurada por profissionais, com qualidade técnica e ética, bases para a visibilidade pública dos fatos, debates, versões e opiniões contemporâneas, atacando portanto o próprio futuro do país e da sociedade brasileira;

solicitamos o seu engajamento nesta campanha em defesa da formação superior específica para o exercício da profissão de Jornalista, através da promoção e/ou participação em atividades programadas pela FENAJ, Sindicatos e FNPJ e também do envio de moção de apoio para: STF (Supremo Tribunal Federal), TRF 3ª Região (Tribunal Regional Federal da Terceira Região), STJ(Superior Tribunal de Justiça), Procuradoria-Geral da República, Câmara Federal e Senado, Procuradoria-Geral do Trabalho, Tribunal Superior do Trabalho e Conselho Superior da Justiça Federal, além do encaminhamento de uma cópia para a FENAJ. Os endereços eletrônicos seguem abaixo. O modelo de moção está em anexo e também pode ser encontrado nos sites da FENAJ, do FNPJ e dos Sindicatos em todo o país.

Saudações sindicais!

Brasília, junho de 2005

Fonte: <<http://www.fenaj.org.br/diploma.php>>

ANEXO B - PARECER CNE/CES 492/2001

DIRETRIZES CURRICULARES A ÁREA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUAS HABILITAÇÕES

Introdução

Estas Diretrizes Curriculares da Área da Comunicação foram elaboradas procurando atender a dois objetivos fundamentais:

- a) **flexibilizar** a estruturação dos cursos, tanto para atender a variedades de circunstâncias geográficas, político-sociais e acadêmicas, como para ajustar-se ao dinamismo da área, e para viabilizar o surgimento de propostas pedagógicas inovadoras e eficientes;
- b) **estabelecer** orientações para a obtenção de padrão de qualidade na formação oferecida.

O presente texto estabelece um padrão básico de referência para todas as instituições que mantenham Cursos de Graduação em Comunicação com habilitações em Jornalismo, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Cinema, Radialismo, Editoração, ou outras habilitações pertinentes ao campo da Comunicação que venham a ser criadas.

Diretrizes Curriculares

1. Perfil dos Formandos

PERFIL COMUM

O perfil comum do egresso corresponde a um objetivo de formação geral que deve ser atendido por todos os Cursos da área e em todas as habilitações de Comunicação, qualquer que seja sua ênfase ou especificidade. Trata-se de base que garanta a identidade do Curso como de Comunicação.

O egresso de Curso de Graduação em Comunicação, em qualquer de suas habilitações, caracteriza-se por:

1. sua capacidade de criação, produção, distribuição, recepção, e análise crítica referentes às mídias, às práticas profissionais e sociais relacionadas com estas, e a suas inserções culturais, políticas e econômicas;
2. sua habilidade em refletir a variedade e mutabilidade de demandas sociais e profissionais na área, adequando-se à complexidade e velocidade do mundo contemporâneo;
3. sua visão integradora e horizontalizada - genérica e ao mesmo tempo especializada de seu campo de trabalho possibilitando o entendimento da dinâmica das diversas modalidades comunicacionais e das suas relações com os processos sociais que as originam e que destas decorrem.
4. utilizar criticamente o instrumental teórico-prático oferecido em seu curso, sendo portanto competente para posicionar-se de um ponto de vista ético-político sobre o exercício do poder na comunicação, sobre os constrangimentos a que a comunicação pode ser submetida, sobre as repercussões sociais que enseja e ainda sobre as necessidades da sociedade contemporânea em relação à comunicação social.

PERFIS ESPECÍFICOS

Os perfis específicos resultam das habilitações diferenciadas do campo da Comunicação, que se caracteriza por uma abrangência sobre diferentes meios, linguagens e práticas profissionais e de pesquisa e, na atualidade, por envolver um acelerado dinamismo social e tecnológico. Para assegurar o desenvolvimento histórico desta área de formação, estudos e exercício profissional, serão desenvolvidas habilitações com uma variedade de perfis específicos. Estas habilitações, definidoras dos perfis específicos, se organizam conforme as seguintes premissas:

- a) é mantida a referência básica às habilitações historicamente estabelecidas: jornalismo, relações públicas, publicidade e propaganda, radialismo, editoração, e cinema (assim como à sua denominação alternativa, cinema e vídeo);

b) podem ser criadas ênfases específicas em cada uma destas habilitações, que serão então referidas pela denominação básica, acrescida de denominação complementar que caracterize a ênfase adotada;

c) podem ser criadas novas habilitações pertinentes ao campo da Comunicação.

As habilitações referidas nos itens "b" e "c" acima serão reconhecidas como pertinentes ao campo da Comunicação na medida em que contemplem :

- a dimensão e a complexidade temática e de objeto de estudo;
- a existência de vinculações profissionais e conceituais com o campo da Comunicação;
- a delimitação de uma habilitação específica, que comporte linguagem e práticas profissionais próprias.

PERFIS ESPECÍFICOS POR HABILITAÇÃO

Para as habilitações já estabelecidas, além do perfil comum relacionado no item anterior, devem se objetivar os perfis a seguir explicitados:

Jornalismo

O perfil do egresso em Jornalismo se caracteriza:

1. pela produção de informações relacionadas a fatos, circunstâncias e contextos do momento presente;
2. pelo exercício da objetividade na apuração, interpretação, registro e divulgação dos fatos sociais;
3. pelo exercício da tradução e disseminação de informações de modo a qualificar o senso comum;
4. pelo exercício de relações com outras áreas sociais, culturais e econômicas com as quais o jornalismo faz interface.

[...]

2. Competência e Habilidades

Assim como os perfis dos egressos, organizados em uma parte geral comum e uma parte específica por habilitação, as competências e habilidades também comportam dois níveis, um geral para todas as profissões e formações do campo da Comunicação e um especializado por habilitação.

A) Gerais

As competências e habilidades gerais para os diferentes perfis são as seguintes:

1. assimilar criticamente conceitos que permitam a apreensão de teorias;
2. usar tais conceitos e teorias em análises críticas da realidade;
3. posicionar-se de modo ético-político;
4. dominar as linguagens habitualmente usadas nos processos de comunicação, nas dimensões de criação, de produção, de interpretação e da técnica;
5. experimentar e inovar no uso destas linguagens;
6. refletir criticamente sobre as práticas profissionais no campo da Comunicação;
7. ter competência no uso da língua nacional para escrita e interpretação de textos gerais e especializados na área.

B) Específicas por Habilidade

Além das competências e habilidades gerais acima referidas, há que se promover o desenvolvimento de competências específicas.

Jornalismo

- registrar fatos jornalísticos, apurando, interpretando, editando e transformando-os em notícias e reportagens;
- interpretar, explicar e contextualizar informações;
- investigar informações, produzir textos e mensagens jornalísticas com clareza e correção e editá-los em espaço e período de tempo limitados;

- formular pautas e planejar coberturas jornalísticas;
- formular questões e conduzir entrevistas;
- relacionar-se com fontes de informação de qualquer natureza;
- trabalhar em equipe com profissionais da área;
- compreender e saber sistematizar e organizar os processos de produção jornalística;
- desenvolver, planejar, propor, executar e avaliar projetos na área de comunicação jornalística;
- avaliar criticamente produtos, práticas e empreendimentos jornalísticos;
- compreender os processos envolvidos na recepção de mensagens jornalísticas e seus impactos sobre os diversos setores da sociedade;
- buscar a verdade jornalística, com postura ética e compromisso com a cidadania;
- dominar a língua nacional e as estruturas narrativas e expositivas aplicáveis às mensagens jornalísticas, abrangendo-se leitura, compreensão, interpretação e redação;
- dominar a linguagem jornalística apropriada aos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;

[...]

3 *Conteúdos Curriculares*

Os conteúdos curriculares são diferenciados em Conteúdos Básicos e Conteúdos Específicos. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Os conteúdos específicos são aqueles que cada instituição, livremente, deve eleger para organizar seu currículo pleno, tendo como referência os objetivos e os perfis comum e específicos anteriormente definidos.

a. Conteúdos Básicos

Os conteúdos básicos são caracterizadores da formação geral da área, devendo atravessar a formação dos graduandos de todas as habilitações. Envolve tanto conhecimentos teóricos como práticos, reflexões e aplicações relacionadas ao campo da Comunicação e à área configurada pela habilitação específica. Estes conhecimentos são assim categorizados: conteúdos teórico-conceituais; conteúdos analíticos e informativos sobre a atualidade; conteúdos de linguagens, técnicas e tecnologias midiáticas, conteúdos ético-políticos.

b. Conteúdos Específicos

Os conteúdos específicos serão definidos pelo colegiado do curso, tanto para favorecer reflexões e práticas no campo geral da Comunicação, como para incentivar reflexões e práticas da habilitação específica.

Cada habilitação correspondendo a recortes dentro do campo geral da Comunicação, organiza conhecimentos e práticas profissionais, aborda questões teóricas, elabora críticas, discute a atualidade e desenvolve práticas sobre linguagens e estruturas.

4. *Estágios e Atividades Complementares*

O Estágio orientado por objetivos de formação refere-se a estudos e práticas supervisionados em atividades externas à unidade de oferecimento do Curso. As atividades complementares realizadas sob a supervisão de um docente buscam promover o relacionamento do estudante com a realidade social, econômica e cultural, e de iniciação à pesquisa e ao ensino.

Tais tipos de ação pedagógica caracterizam mecanismos de interação com o mundo do trabalho, assim como o confronto com possibilidades metodológicas visando a promoção de uma formação complexa.

Assim, além das disciplinas típicas e tradicionais da sala de aula e de práticas ditas laboratoriais, segundo o padrão de turma/docente/horas-aula semanais, podem ser previstas Atividades Complementares, com atribuição de créditos ou computação de horas para efeito de integralização do total previsto para o Curso, tais como:

- programas especiais de capacitação do estudante (tipo CAPES/PET);
- atividades de monitoria;
- outras atividades laboratoriais além das já previstas no padrão turma/horas-aula;
- atividades de extensão;
- atividades de pesquisa etc.

O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo. Esta flexibilidade horária semanal deverá permitir a:

- a) adoção de um sistema de creditação de horas baseada em decisões específicas para cada caso, projeto ou atividade específica, e em função do trabalho desenvolvido;
- b) ênfase em procedimentos de orientação e/ou supervisão pelo docente;
- c) ampliação da autonomia do estudante para organizar seus horários, objetivos e direcionamento.

O número máximo de horas dedicadas a este tipo de atividades não pode ultrapassar 20% do total do curso, não incluídas nesta porcentagem de 20% as horas dedicadas ao Trabalho de Conclusão de Curso (ou Projetos Experimentais).

5. Estrutura do Curso

O curso de Comunicação Social pode ser oferecido por créditos, havendo, no entanto, atenção para uma seqüência equilibrada de conteúdos curriculares e acompanhamento planejado da formação.

Na oferta seriada importa considerar, além de uma seqüência harmônica e lógica, a flexibilidade de caminhos alternativos.

Na organização modular, deverá ser esclarecido o seu modo de inserção na estrutura geral do curso.

6. Acompanhamento e Avaliação

A avaliação é periódica e se realiza em articulação com o Projeto Acadêmico do curso sob três ângulos:

- a) pertinência da estrutura do Curso, observando o fundamento de suas propostas e a adequação dos meios postos em ação para realizá-las;
- b) aplicação dos critérios definidos pelo colegiado de curso, para a sua avaliação;
- c) mecanismos de acompanhamento e avaliação externa e interna do próprio curso.

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>

ANEXO C: RESOLUÇÃO N. 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR**

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 27 DE SETEMBRO DE 2013^(*)

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei no 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei no 9.131, de 24 de novembro de 1995, tendo em vista as diretrizes e os princípios fixados pelos Pareceres CNE/CES n776/1997, 583/2001 e 67/2003, e considerando o que consta do Parecer CNE/CES n39/2013, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 12/9/2013, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, a serem observadas pelas instituições de educação superior em sua organização curricular.

Art. 2º A estrutura do curso de bacharelado em Jornalismo deve:

I - ter como eixo de desenvolvimento curricular as necessidades de informação e de expressão dialógica dos indivíduos e da sociedade;

II - utilizar metodologias que privilegiem a participação ativa do aluno na construção do conhecimento e a integração entre os conteúdos, além de estimular a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, propiciando suas articulações com diferentes segmentos da sociedade;

III - promover a integração teoria/prática e a interdisciplinaridade entre os eixos de desenvolvimento curricular;

IV - inserir precocemente o aluno em atividades didáticas relevantes para a sua futura vida profissional;

V - utilizar diferentes cenários de ensino-aprendizagem, permitindo assim ao aluno conhecer e vivenciar situações variadas em equipes multiprofissionais;

VI - propiciar a interação permanente do aluno com fontes, profissionais e públicos do jornalismo, desde o início de sua formação, estimulando, desse modo, o aluno a lidar com problemas reais, assumindo responsabilidades crescentes, compatíveis com seu grau de autonomia.

Art. 3º O projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, com suas peculiaridades, seu currículo pleno e sua operacionalização, abrangerá, sem prejuízo de outros, os seguintes elementos estruturais:

I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções – institucional, política, geográfica e social;

II - condições objetivas de oferta e vocação do curso;

III - cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;

IV - formas de efetivação da interdisciplinaridade;

V - modos de integração entre teoria e prática;

VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;

(*) Resolução CNE/CES 1/2013. Diário Oficial da União, Brasília, 1º de outubro de 2013 – Seção 1 – p. 26.

VII - modos de integração entre graduação e pós-graduação;

VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessários prolongamentos das atividades de ensino e como instrumentos para a iniciação científica e cidadã;

IX - regulamentação das atividades do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), componente obrigatório a ser realizado sob a supervisão docente;

X - regulamentação das atividades do estágio curricular supervisionado, contendo suas diferentes formas e condições de realização;

XI - concepção e composição das atividades complementares, quando existentes.

Art. 4o A elaboração do projeto pedagógico do curso de bacharelado em Jornalismo deverá observar os seguintes indicativos:

I - formar profissionais com competência teórica, técnica, tecnológica, ética, estética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento;

II - enfatizar, em sua formação, o espírito empreendedor e o domínio científico, de forma que sejam capazes de produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos inovadores que respondam às exigências contemporâneas e ampliem a atuação profissional em novos campos, projetando a função social da profissão em contextos ainda não delineados no presente;

III - orientar a formação teórica e técnica para as especificidades do jornalismo, com grande atenção à prática profissional, dentro de padrões internacionalmente reconhecidos, comprometidos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público;

IV - aprofundar o compromisso com a profissão e os seus valores, por meio da elevação da autoestima profissional, dando ênfase à formação do jornalista como intelectual, produtor e/ou articulador de informações e conhecimentos sobre a atualidade, em todos os seus aspectos;

V - preparar profissionais para atuar num contexto de mutação tecnológica constante no qual, além de dominar as técnicas e as ferramentas contemporâneas, é preciso conhecê-las em seus princípios para transformá-las na medida das exigências do presente;

VI - ter como horizonte profissional o ambiente regido pela convergência tecnológica, em que o jornalismo impresso, embora conserve a sua importância no conjunto midiático, não seja a espinha dorsal do espaço de trabalho, nem dite as referências da profissão;

VII - incluir, na formação profissional, as rotinas de trabalho do jornalista em assessoria a instituições de todos os tipos;

VIII - atentar para a necessidade de preparar profissionais que possam exercer dignamente a atividade como autônomos em contexto econômico cuja oferta de emprego não cresce na mesma proporção que a oferta de mão-de-obra;

IX - instituir a graduação como etapa de formação profissional continuada e permanente.

Art. 5o O concluinte do curso de Jornalismo deve estar apto para o desempenho profissional de jornalista, com formação acadêmica generalista, humanista, crítica, ética e reflexiva, capacitando-o, dessa forma, a atuar como produtor intelectual e agente da cidadania, capaz de responder, por um lado, à complexidade e ao pluralismo característicos da sociedade e da cultura contemporâneas, e, por outro, possuir os fundamentos teóricos e técnicos especializados, o que lhe proporcionará clareza e segurança para o exercício de sua função social específica, de identidade profissional singular e diferenciada em relação ao campo maior da comunicação social.

Parágrafo único. Nessa perspectiva, as competências, habilidades, conhecimentos, atitudes e valores a serem desenvolvidos incluem:

I - Competências gerais:

a) compreender e valorizar, como conquistas históricas da cidadania e indicadores de um estágio avançado de civilização, em processo constante de riscos e aperfeiçoamento: o regime democrático, o pluralismo de ideias e de opiniões, a cultura da paz, os direitos humanos, as liberdades públicas, a justiça social e o desenvolvimento sustentável;

b) conhecer, em sua unicidade e complexidade intrínsecas, a história, a cultura e a realidade social, econômica e política brasileira, considerando especialmente a diversidade regional, os contextos latino-americano e ibero-americano, o eixo sul-sul e o processo de internacionalização da produção jornalística;

c) identificar e reconhecer a relevância e o interesse público entre os temas da atualidade;

d) distinguir entre o verdadeiro e o falso a partir de um sistema de referências éticas e profissionais;

e) pesquisar, selecionar e analisar informações em qualquer campo de conhecimento específico;

f) dominar a expressão oral e a escrita em língua portuguesa;

g) ter domínio instrumental de, pelo menos, dois outros idiomas – preferencialmente inglês e espanhol, integrantes que são do contexto geopolítico em que o Brasil está inserido;

h) interagir com pessoas e grupos sociais de formações e culturas diversas e diferentes níveis de escolaridade;

i) ser capaz de trabalhar em equipes profissionais multifacetadas;

j) saber utilizar as tecnologias de informação e comunicação;

k) pautar-se pela inovação permanente de métodos, técnicas e procedimentos;

l) cultivar a curiosidade sobre os mais diversos assuntos e a humildade em relação ao conhecimento;

m) compreender que o aprendizado é permanente;

n) saber conviver com o poder, a fama e a celebridade, mantendo a independência e o distanciamento necessários em relação a eles;

o) perceber constrangimentos à atuação profissional e desenvolver senso crítico em relação a isso;

p) procurar ou criar alternativas para o aperfeiçoamento das práticas profissionais; jornalismo;

q) atuar sempre com discernimento ético.

II - Competências cognitivas:

a) conhecer a história, os fundamentos e os cânones profissionais do

b) conhecer a construção histórica e os fundamentos da cidadania;

c) compreender e valorizar o papel do jornalismo na democracia e no exercício da cidadania;

d) compreender as especificidades éticas, técnicas e estéticas do jornalismo, em sua complexidade de linguagem e como forma diferenciada de produção e socialização de informação e conhecimento sobre a realidade;

e) discernir os objetivos e as lógicas de funcionamento das instituições privadas, estatais, públicas, partidárias, religiosas ou de outra natureza em que o jornalismo é exercido, assim como as influências do contexto sobre esse exercício.

III - Competências pragmáticas:

a) contextualizar, interpretar e explicar informações relevantes da atualidade, agregando-lhes elementos de elucidação necessários à compreensão da realidade; noticiáveis;

b) perseguir elevado grau de precisão no registro e na interpretação dos fatos

c) propor, planejar, executar e avaliar projetos na área de jornalismo;

- d) organizar pautas e planejar coberturas jornalísticas;
 - e) formular questões e conduzir entrevistas;
 - f) adotar critérios de rigor e independência na seleção das fontes e norelacionamento profissional com elas, tendo em vista o princípio da pluralidade, o favorecimento do debate, o aprofundamento da investigação e a garantia social da veracidade;
 - g) dominar metodologias jornalísticas de apuração, depuração, aferição, além das de produzir, editar e difundir;
 - h) conhecer conceitos e dominar técnicas dos gêneros jornalísticos;
 - i) produzir enunciados jornalísticos com clareza, rigor e correção e ser capaz de editá-los em espaços e períodos de tempo limitados;
 - j) traduzir em linguagem jornalística, preservando-os, conteúdos originalmente formulados em linguagens técnico-científicas, mas cuja relevância social justifique e/ou exija disseminação não especializada;
 - k) elaborar, coordenar e executar projetos editoriais de cunho jornalístico para diferentes tipos de instituições e públicos;
 - l) elaborar, coordenar e executar projetos de assessoria jornalística a instituições legalmente constituídas de qualquer natureza, assim como projetos de jornalismo em comunicação comunitária, estratégica ou corporativa;
 - m) compreender, dominar e gerir processos de produção jornalística, bem como ser capaz de aperfeiçoá-los pela inovação e pelo exercício do raciocínio crítico;
 - n) dominar linguagens midiáticas e formatos discursivos, utilizados nos processos de produção jornalística nos diferentes meios e modalidades tecnológicas de comunicação;
 - o) dominar o instrumental tecnológico – hardware e software – utilizado na produção jornalística;
 - p) avaliar criticamente produtos e práticas jornalísticas.
- V - Competências comportamentais:
- a) perceber a importância e os mecanismos da regulamentação político-jurídica da profissão e da área de comunicação social;
 - b) identificar, estudar e analisar questões éticas e deontológicas no jornalismo;
 - c) conhecer e respeitar os princípios éticos e as normas deontológicas da profissão;
 - d) avaliar, à luz de valores éticos, as razões e os efeitos das ações jornalísticas;
 - e) atentar para os processos que envolvam a recepção de mensagens jornalísticas e o seu impacto sobre os diversos setores da sociedade;
 - f) impor aos critérios, às decisões e às escolhas da atividade profissional as razões do interesse público;
 - g) exercer, sobre os poderes constituídos, fiscalização comprometida com a verdade dos fatos, o direito dos cidadãos à informação e o livre trânsito das ideias e das mais diversas opiniões.

Art. 6º Em função do perfil do egresso e de suas competências, a organização do currículo deve contemplar, no projeto pedagógico, conteúdos que atendam a seis eixos de formação:

I - Eixo de fundamentação humanística, cujo objetivo é capacitar o jornalista para exercer a sua função intelectual de produtor e difusor de informações e conhecimentos de interesse para a cidadania, privilegiando a realidade brasileira, como formação histórica, estrutura jurídica e instituições políticas contemporâneas; sua geografia humana e economia política; suas raízes étnicas, regiões ecológicas, cultura popular, crenças e tradições; arte, literatura, ciência, tecnologia, bem como os fatores essenciais para o fortalecimento da democracia, entre eles as relações internacionais, a diversidade cultural, os direitos individuais e coletivos; as políticas públicas, o desenvolvimento sustentável, as oportunidades

de esportes, lazer e entretenimento e o acesso aos bens culturais da humanidade, sem se descuidar dos processos de globalização, regionalização e das singularidades locais, comunitárias e da vida cotidiana.

II - Eixo de fundamentação específica, cuja função é proporcionar ao jornalista clareza conceitual e visão crítica sobre a especificidade de sua profissão, tais como: fundamentos históricos, taxonômicos, éticos, epistemológicos; ordenamento jurídico e deontológico; instituições, pensadores e obras canônicas; manifestações públicas, industriais e comunitárias; os instrumentos de autorregulação; observação crítica; análise comparada; revisão da pesquisa científica sobre os paradigmas hegemônicos e as tendências emergentes.

III - Eixo de fundamentação contextual, que tem por escopo embasar o conhecimento das teorias da comunicação, informação e cibercultura, em suas dimensões filosóficas, políticas, psicológicas e socioculturais, o que deve incluir as rotinas de produção e os processos de recepção, bem como a regulamentação dos sistemas midiáticos, em função do mercado potencial, além dos princípios que regem as áreas conexas.

IV - Eixo de formação profissional, que objetiva fundamentar o conhecimento teórico e prático, familiarizando os estudantes com os processos de gestão, produção, métodos e técnicas de apuração, redação e edição jornalística, possibilitando-lhes investigar os acontecimentos relatados pelas fontes, bem como capacitá-los a exercer a crítica e a prática redacional em língua portuguesa, de acordo com os gêneros e os formatos jornalísticos instituídos, as inovações tecnológicas, retóricas e argumentativas.

V - Eixo de aplicação processual, cujo objetivo é o de fornecer ao jornalista ferramentas técnicas e metodológicas, de modo que possa efetuar coberturas em diferentes suportes: jornalismo impresso, radiojornalismo, telejornalismo, webjornalismo, assessorias de imprensa e outras demandas do mercado de trabalho.

VI - Eixo de prática laboratorial, que tem por objetivo adquirir conhecimentos e desenvolver habilidades inerentes à profissão a partir da aplicação de informações e valores. Possui a função de integrar os demais eixos, alicerçado em projetos editoriais definidos e orientados a públicos reais, com publicação efetiva e periodicidade regular, tais como: jornal, revista e livro, jornal mural, radiojornal, telejornal, webjornal, agência de notícias, assessoria de imprensa, entre outros.

Art. 7º A organização curricular do curso de graduação em Jornalismo deve representar, necessariamente, as condições existentes para a sua efetiva conclusão e integralização, de acordo com o regime acadêmico que as instituições de educação superior adotarem: regime seriado anual; regime seriado semestral; sistema de créditos com matrícula por componente curricular ou por módulos acadêmicos, com a adoção de pré-requisitos; sistema sequencial, com o aproveitamento de créditos cursados por alunos oriundos de outras áreas do conhecimento.

Art. 8º As instituições de educação superior têm ampla liberdade para, consoante seus projetos pedagógicos, selecionar, propor, denominar e ordenar as disciplinas do currículo a partir dos conteúdos, do perfil do egresso e das competências apontados anteriormente.

Parágrafo único. É valorizada a equidade entre as cargas horárias destinadas a cada um dos eixos de formação.

Art. 9º A organização curricular deverá valorizar o equilíbrio e a integração 5 entre teoria e prática durante toda a duração do curso, observando os seguintes requisitos:

I - carga horária suficiente para distribuição estratégica e equilibrada dos eixos curriculares e demais atividades previstas;

II - distribuição das atividades laboratoriais, a partir do primeiro semestre, numa sequência progressiva, até a conclusão do curso, de acordo com os níveis de complexidade e de aprendizagem;

III - garantia de oportunidade de conhecimento da realidade, nos contextos local,

regional e nacional.

Art. 10. A carga horária total do curso deve ser de, no mínimo, 3.000 (três mil) horas, sendo que, de acordo com a Resolução CNE/CES no 2/2007, o estágio curricular supervisionado e as atividades complementares não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso.

Parágrafo único. A carga horária mínima destinada ao estágio curricular supervisionado deve ser de 200 (duzentas) horas.

Art. 11. O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório, a ser desenvolvido individualmente, realizado sob a supervisão docente e avaliado por uma banca examinadora formada por docentes, sendo possível também a participação de jornalistas profissionais convidados.

§ 1º O TCC pode se constituir em um trabalho prático de cunho jornalístico ou de reflexão teórica sobre temas relacionados à atividade jornalística.

§ 2º O TCC deve vir, necessariamente, acompanhado por relatório, memorial ou monografia de reflexão crítica sobre sua execução, de forma que reúna e consolide a experiência do aluno com os diversos conteúdos estudados durante o curso.

§ 3º As instituições de educação superior deverão emitir e divulgar regulamentação própria, aprovada por colegiado competente, estabelecendo, necessariamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação do TCC, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Art. 12. O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório do currículo, tendo como objetivo consolidar práticas de desempenho profissional inerente ao perfil do formando, definido em cada instituição por seus colegiados acadêmicos, aos quais competem aprovar o regulamento correspondente, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º O estágio curricular supervisionado poderá ser realizado em instituições públicas, privadas ou do terceiro setor ou na própria instituição de ensino, em veículos autônomos ou assessorias profissionais.

§ 2º As atividades do estágio curricular supervisionado deverão ser programadas para os períodos finais do curso, possibilitando aos alunos concluintes testar os conhecimentos assimilados em aulas e laboratórios, cabendo aos responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular avaliar e aprovar o relatório final, resguardando o padrão de qualidade nos domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º A instituição de educação superior deve incluir, no projeto pedagógico do curso de graduação em Jornalismo, a natureza do estágio curricular supervisionado, através de regulamentação própria aprovada por colegiado, indicando os critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada a legislação e as recomendações das entidades profissionais do jornalismo.

§ 4º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado a prestação de serviços, realizada a qualquer título, que não seja compatível com as funções profissionais do jornalista; que caracterize a substituição indevida de profissional formado ou, ainda, que seja realizado em ambiente de trabalho sem a presença e o acompanhamento de jornalistas profissionais, tampouco sem a necessária supervisão docente.

§ 5º É vedado convalidar como estágio curricular supervisionado os trabalhos laboratoriais feitos durante o curso.

Art. 13. As atividades complementares são componentes curriculares não obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, dentre elas as adquiridas fora do ambiente de ensino.

§ 1º As atividades complementares constituem componentes curriculares enriquecedores e úteis para o perfil do formando e não devem ser confundidas com estágio

curricular supervisionado ou com Trabalho de Conclusão de Curso.

§ 2o O conjunto de atividades complementares tem o objetivo de dar flexibilidade ao currículo e deve ser selecionado e realizado pelo aluno ao longo de seu curso de graduação, de acordo com seu interesse e com a aprovação da coordenação do curso.

§ 3o As atividades complementares devem ser realizadas sob a supervisão, orientação e avaliação de docentes do próprio curso.

§ 4o Os mecanismos e critérios para avaliação das atividades complementares devem ser definidos em regulamento próprio da instituição, respeitadas as particularidades e especificidades próprias do curso de Jornalismo, atribuindo a elas um sistema de créditos, pontos ou computação de horas para efeito de integralização do total da carga horária previsto para o curso.

§ 5o São consideradas atividades complementares:

I - atividades didáticas: frequência e aprovação em disciplinas não previstas no currículo do curso, ampliando o conhecimento dos estudantes de Jornalismo sobre conteúdos específicos, como economia, política, direito, legislação, ecologia, cultura, esportes, ciência, tecnologia etc.

II - atividades acadêmicas: apresentação de relatos de iniciação científica, pesquisa experimental, extensão comunitária ou monitoria didática em congressos acadêmicos e profissionais.

Art. 14. As instituições de educação superior deverão adotar regras próprias de avaliação internas e externas, para que sejam sistemáticas e envolvam todos os recursos materiais e humanos participantes do curso, centradas no atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Jornalismo, definidas e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação.

Art. 15. Os Planos de Disciplinas devem ser fornecidos aos alunos antes do início de cada período letivo e devem conter, além dos conteúdos e das atividades, a metodologia das aulas, os critérios de avaliação e a bibliografia fundamental, necessariamente disponível na biblioteca da instituição. Desta maneira, os alunos poderão discernir claramente a relação entre as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Jornalismo, a grade curricular da instituição e o processo de avaliação a que serão submetidos no final do curso.

Art. 16. O sistema de avaliação institucional dos cursos de Jornalismo deve contemplar, dentre outros critérios:

I - o conjunto da produção jornalística e de atividades de pesquisa e de extensão realizadas pelos alunos ao longo do curso;

II - o conjunto da produção acadêmica e técnica reunida pelos professores;

III - a contribuição do curso para o desenvolvimento local social e de cidadania nos contextos em que a instituição de educação superior está inserida;

IV - o espaço físico e as instalações adequadas para todas as atividades previstas, assim como o número de alunos por turma, que deve ser compatível com a supervisão docente nas atividades práticas;

V - o funcionamento, com permanente atualização, dos laboratórios técnicos especializados para a aprendizagem teórico-prática do jornalismo a partir de diversos recursos de linguagens e suportes tecnológicos, de biblioteca, hemeroteca e bancos de dados, com acervos especializados;

VI - as condições de acesso e facilidade de utilização da infraestrutura do curso pelos alunos, que devem ser adequadas ao tamanho do corpo discente, de forma que possam garantir o cumprimento do total de carga horária para todos os alunos matriculados em cada disciplina ou atividade;

VII - a inserção profissional alcançada pelos alunos egressos do curso;

VIII - a experiência profissional, a titulação acadêmica, a produção científica, o

vínculo institucional, o regime de trabalho e a aderência às disciplinas e atividades sob responsabilidade do docente.

Art. 17. As Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas nesta Resolução deverão ser implantadas pelas instituições de educação superior, obrigatoriamente, no prazo máximo de 2 (dois) anos, aos alunos ingressantes, a partir da publicação desta.

Parágrafo único. As IES poderão optar pela aplicação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Jornalismo aos demais alunos do período ou ano subsequente à publicação desta Resolução

Art. 18. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GILBERTO GONÇALVES GARCIA